



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 200

PORTO VELHO-RO, SEXTA-FEIRA, 25 DE NOVEMBRO DE 2016

ANO V



SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	3890
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES	3903

TAQUIGRAFIA

ATA DA 43ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR DEBATER SOBRE A SEGURANÇA NAS FRONTEIRAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Em 17 de novembro de 2016

Presidência do Sr.
DR. NEIDSON - Deputado

(Às 15 horas e 22 minutos é aberta a Sessão)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e senhores, bom dia. Sejam todos bem-vindos à Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Dr. Neidson, realiza Audiência Pública objetivando debater sobre a segurança nas fronteiras do Estado de Rondônia.

Convidamos para compor à Mesa o Excelentíssimo Senhor Deputado Dr. Neidson, proponente desta Audiência Pública; senhor Tenente Coronel PM André Luiz Glanert, Gerente de Fronteira, representando a Secretaria de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania e também o Secretário da SESDEC, Coronel PM Caetano; senhor Vitor Hugo, representando a Defensoria Pública do Estado; Dr. Eliseu Muller, Diretor Geral da Polícia Civil; Senhor Leonardo Penhaki, representando a Delegacia da Receita Federal em Rondônia; senhor Delny Cavalcante, Presidente da Associação Comercial de Guajará-Mirim.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta

Audiência Pública, objetivando debater sobre a segurança nas fronteiras do Estado de Rondônia.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhor Deputado Dr. Neidson, que preside esta Audiência Pública e também proponente, registramos e agradecemos a presença do Dr. Raimundo Mendes, Delegado de Polícia Civil e conosco o 1º Tenente PM Tosatti, representante da Polícia Militar.

Com a palavra sua Excelência Deputado Dr. Neidson para a condução geral desta Audiência Pública.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Boa tarde a todos. Quero agradecer a presença de todos aqui. Esta Audiência Pública foi solicitada principalmente devido à situação que nós vivenciamos nas nossas fronteiras aqui no Estado de Rondônia, no qual são 1.342 quilômetros e temos principalmente, aquela travessia de veículos roubados para troca por drogas. E temos o contrabando de armas, contrabando, às vezes, de órgãos. Temos uma fronteira praticamente, quem está dando atenção principal é o Governo do Estado de Rondônia, através da Polícia Militar e a Polícia Civil. Nós temos órgãos federais instalados, da União, nas nossas fronteiras, temos a Receita Federal, que é fiscalizadora dos produtos; temos a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e as Forças Armadas também, do qual devem, se ajudam, mas queremos fazer uma integração entre os municípios, Governo do Estado e Governo Federal também, para que possamos melhorar essa segurança na área de fronteira, diminuir essa criminalidade que nós temos. Nós não temos só contrabando, não temos só contrabando de armas e drogas, mas nós temos crimes ambientais que são realizados também em nossa fronteira e está, às vezes, está pouco, vamos dizer, guardada, para que possamos diminuir essa criminalidade. Tivemos muitas situações, principalmente o aumento da criminalidade lá no município de Guajará Mirim, no qual houve manifestações públicas da população, devido ao aumento da criminalidade, aumento de roubo de motos e veículos, tanto lá naquele município como em outros municípios. Nós tivemos uma situação da travessia de um caminhão no município de Costa Marques indo para a Bolívia, no qual dois policiais civis foram alvejados por armas de fuzis e parece-me que um Policial Militar também, foi atingido, não tenho certeza, e com isso nós queremos fazer essa

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**
2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **ALEX REDANO**
4º Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Departamento legislativo - **Huziel Trajano Diniz**
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

integração para melhorar nossa segurança na área de fronteira aqui no Estado de Rondônia. Tive uma ligação agora a pouco e foi um erro de interpretação no convite, as nossas autoridades da Bolívia eles foram, dirigiram-se diretamente para a Câmara de Vereadores lá de Guajará-Mirim achando que a Audiência Pública iria ser lá no município de Guajará-Mirim, mas não vai faltar oportunidade para que possamos conversar com eles também, inclusive, haverá uma reunião no dia 24, lá no Município de Guajará-Mirim que é a Reunião das Fronteiras, assim como o Delny que é o Presidente da Associação Comercial já está informado também.

Então nós vamos passar a palavra, vamos começar, não tem ninguém do Exército, nenhum representante?

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Não. Até o momento não senhor.

Antes das falas, se o senhor me permite, eu queria registrar aqui mais uma presença do Sr. Luiz Paulo Assunção, representando a Deputada Federal Marinha Raupp e também um Ofício do Ministério Público do Estado de Rondônia.

Agradece o convite. “A par de cumprimentá-lo, acuso recebimento dos convites para participação de Audiências Públicas, por exemplo, de Segurança nas Fronteiras do Estado, notificações recebidas pelos moradores da Reserva Florestal Estadual de Rendimento Sustentável Rio Madeira, entre outras Audiências Públicas.

Em razão de compromissos institucionais anteriormente agendados para o mesmo período o Senhor Procurador Geral de Justiça não poderá comparecer.

Também, Ofício, email destinado ao Presidente desta Casa, justificando a ausência do Conselheiro Edilson de Souza Silva, Presidente do Tribunal de Contas.

E também de ordem do Superintendente do DNIT Rondônia/Acre, Sérgio Augusto Mamanny, acusamos o recebimento dos convites para discutir sobre assuntos diversos de Audiências Públicas nesta Casa de Leis.

Agradeço a gentileza dos convites desta Assembleia e aproveitando o ensejo para informar que não poderei comparecer em razão de compromissos assumidos para estas mesmas datas”.

O SR. DR. NEIDSON – Vou passar a palavra primeiramente ao Delny Cavalcante que é o Presidente da Associação Comercial de Guajará-Mirim, que vai fazer uso da palavra agora.

O SR. DELNY CAVALCANTE – Boa tarde a todos! Cumprimentar o Deputado Dr. Neidson, em nome dele os componentes da Mesa. É com grande alegria que nós estamos aqui neste momento, nesta Audiência Pública representando a Sociedade Organizada de Guajará-Mirim, mas precisamente a Associação Comercial de Guajará-Mirim composta pelos empresários da cidade, preocupados com a segurança dos nossos munícipes nós realizamos várias reuniões lá naquela cidade, na nossa sede e debatemos com várias autoridades sobre Segurança Pública, fizemos também vários documentos encaminhados às autoridades pedindo providências quanto a Segurança Pública, o que culminou com o assassinato do munícipe chamado o Márcio Menacho, foi assassinado brutalmente em sua casa, o assassino para roubar uma moto e nós já sabemos que as coisas funcionam lá, esses roubos de moto para ser levada para o País vizinho a Bolívia e por isso lamento muito a falta dos nossos irmãos bolivianos, nossos vizinhos, a falta deles aqui, com certeza vai deixar a desejar porque eu penso que, sem antes de fazer Segurança Pública sem ajuda, cooperação

da Polícia Boliviana, das autoridades bolivianas que eu tenho certeza que eles querem e vão colaborar, nós vamos poder viver mais em paz, não só Guajará-Mirim, mas também Porto Velho porque os veículos são roubados, os automóveis são roubados aqui em Porto Velho. Temos algumas propostas de trabalho em segurança que nós elaboramos e eu passo a expor.

Em primeiro lugar o Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública em Guajará-Mirim, criação, instalação e operação imediata desse Grupo de Trabalho a ser denominado o Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública em Guajará-Mirim composta por entidades policiais militares instaladas no município, órgãos da administração federal, estadual e a municipalidade.

2 - Formar também um Conselho Comunitário, independente de segurança, também esse Conselho também feito por entidades de sociedade civil organizada e a municipalidade. Esse Conselho, ele se reúne periodicamente tratando desse assunto e também emitindo documentos para as nossas autoridades tomarem as devidas providências.

3 – A Força Tarefa Emergencial. Nós precisamos de um choque contra a bandidagem. É preciso fazer uma operação coordenada entre as nossas forças para coibir o crime e mostrar a presença do Estado, mostrar a força da polícia, que nós estamos já amedrontados em nossas casas, em nossas lojas quanto a esses assaltos e roubos que vem acontecendo com frequência. Então, nós estamos aí solicitando também essa Força Tarefa Emergencial, pode ser uma sugestão, 24 horas por dia em caráter experimental ou até o dia 31 de janeiro. Nesse período estruturar e implementar sua operação em regime permanente até o dia 01 de fevereiro. A partir de então, a Força Tarefa Permanente, atribuições a Força Tarefa será o patrulhamento ininterrupto em terra e no rio ao longo da área ribeirinha da cidade. Essa patrulha no rio, nós temos que solicitar a Marinha do Brasil, que convoque aí os nossos fuzileiros navais que têm treinamento, equipamento para gente poder fazer essa patrulha, pelo menos ali a cerca de 5 KM ali em Guajará-Mirim, fronteira com Guayaramerin. Questão da zona primária aduaneira, que é regida pela Receita Federal do Brasil e também o MAPA, agência local do MAPA que exige que toda e qualquer saída e entrada de pessoas, mercadoria, veículo a qualquer hora do dia ou da noite, se dê conforme assim determine a Lei, questão de zona primária. Então, nós vemos que a nossa saída de mercadorias, as nossas exportações que são realizadas dentro da Lei por nossos empresários, são as mais fiscalizadas, são as mais fiscalizadas, ou seja, quem está certo é quem está sendo mais fiscalizado, é o cara que têm uma CNPJ, é o cara que têm um monte de empregado, tem uma responsabilidade grande de abastecer o povo vizinho; nós hoje estamos exportando na faixa de vinte e cinco milhões de reais para Bolívia, que sai de Guajará-Mirim. Temos um porto muito precário, é o nosso barranco, é o nosso barranco alfandegado e trabalhamos lá, colocamos a mercadoria no chão e então colocamos nas barcas para levar para o país vizinho. A balsa ainda é muito precária, tem uma balsa lá para levar de caminhão ou de carreta, mas é muito pequena e precária ainda tem uma estrutura muito fraca. E para fazer as exportações nós somos muitos fiscalizados; mas, quem está fazendo contrabando, descaminho, está trabalhando mais a vontade e isso não pode ser assim; eu acho que têm que colocar as nossas Forças para quem está trabalhando ilegal. O horário de atendimento para exportação é mínimo, atende segunda, quarta e sexta e só no período da manhã. Não é suficiente para escoar a nossa mercadoria. Então, nós estamos

perdendo também ali, está sendo um gargalo para o desenvolvimento. E o canal de navegação, o nosso canal de navegação, ele dentro do rio tem um canal, uma faixa, aonde os barcos são obrigados a andar dentro daquela faixa. Os barcos que andam fora dessa faixa estão navegando ilegalmente, podem ser interceptados pela Marinha do Brasil e também ser tomadas as medidas cabíveis. Então, temos que intensificar junto com a nossa Marinha brasileira que esse canal seja respeitado, aumentar a fiscalização para que não haja esse tipo de operação, porque nesse tipo de operação, é onde vem armas, munições, drogas, mercadorias contrabandeadas, pessoas foragidas da Justiça que utilizam esses barcos fora da rota, fora dessa faixa para cometer os seus ilícitos. Então, esse canal de navegação é importante que ele seja respeitado.

A concessão de permissão, de operação no país de embarcações bolivianas, esse também é um problema grave por quê? Hoje quem carrega as mercadorias em barcas menores são os bolivianos através dos seus Sindicatos, Associações etc. E eles não deixam que um brasileiro também que teria o direito de fazer isso, e eles não deixam os brasileiros trabalharem com essa função. Então isso também tem que ser conversado e organizado por nossas autoridades.

Polícia Naval, eu quero falar aqui também do nome do meu diretor senhor João Luiz de Miranda, não posso deixar de falar o nome dele que teve aqui a elaboração desse documento. Então, a Polícia Naval 24 horas, geri junto ao Comando no Distrito Naval da Marinha sediada em Manaus, com vista à adoção do procedimento denominado Polícia Naval em caráter permanente 24 horas em Guajará-Mirim, o nosso efetivo é pequeno, a estrutura que tem lá, ela não fica no porto, ela fica ali dá o que, uns quinhentos metros do porto, enquanto que a Marinha deveria ter um lugar ali no nosso porto oficial em que eles tivessem a sede deles ali com seus barcos atracados e pudessem ter uma mobilidade maior com essa presença ali também impondo respeito a nossa fronteira já que quando a nossa entrada lá em Guajará-Mirim, lá pelo lado internacional, ela está completamente aberta, não existe fiscalização de nada no momento, nem de mercadorias. A Receita Federal hoje, não está reformando ainda a aduana deles, logo volta a funcionar, mas essa é uma revista de mercadorias, não é de pessoas, então, não há um controle de pessoas que entram e saem do nosso país via Bolívia. Então, essa fiscalização tem que funcionar por partes das autoridades e criar uma estrutura ali no nosso porto oficial para que essas autoridades possam trabalhar ali fazendo a nossa segurança.

A questão ativação do Porto da Polícia Federal, aprovar ocupação efetiva e concedida a Polícia Federal no bairro Triângulo, que eles têm lá um local que antigamente era uma associação lá, quem sabe lá, era o SENAGRI, e ali então, eles se estabelecerem de forma mais efetiva impondo também a presença e o respeito ali nessa fronteira.

A ocupação do porto clandestino. Nós temos pelos menos dois portos clandestinos funcionando normalmente em Guajará-Mirim, presença de pessoas com barcos rabetas, e que eles carregam essas mercadorias pessoas, objetos de furtos etc, etc., eles estão lá atracados dia a dia. Então, tem que tomar providências quanto a esses dois portos clandestinos, uma vigilância maior e acabar com esses portos clandestinos. Fortalecimento do Sistema de Câmeras de Vigilância ali no nosso porto também, e cessar a operação do Porto da ANVISA, Agência Nacional de Vigilância Sanitária da ANVISA pelo fechamento total da área sob sua responsabilidade com instalação de cerca e muro onde ainda existe o fechamento de portões existentes, já que o atual a segurança ali de pessoas não auto-

rizadas por onde se pratica e transita toda sorte de ilícito no porto clandestino. Então, lá tem Agência Nacional a ANVISA, foram construídas as margens do rio, mas eles não têm muro e não tem pessoal para tirar aquela gente que fica ali trabalhando nos fundos da ANVISA já, e eles necessitam de apoio policial para tirar aquelas pessoas que estão trabalhando ali indevidamente.

Outra sugestão é o de número treze já, um holofote aonde ele pudesse iluminar durante a noite para a gente poder visualizar melhor as embarcações que trafegam a noite carregando esses ilícitos. O policiamento da UNESFRON que é uma polícia de fronteira, a prática do policiamento ostensivo móvel, permanente ao longo da área ribeirinha, desde a Praia da Acácia até o Tamandaré, até o ponto de capacitação de água da CAERD no bairro Triângulo a ser executado pela primeira Unidade Especial de Segurança de Fronteira, UNESFRON, nós temos lá um destacamento e ele se não me engano funciona por conta própria ali, esse destacamento da UNESFRON.

E a participação popular através de campanhas para denúncias, uma forma fácil e ágil que a população pudesse participar e a regularização na Bolívia de veículos roubados no Brasil também é um intento nosso e que nós queremos também conversar com eles, com as autoridades. Agora no próximo dia 24 haverá uma reunião que é do Comitê de Fronteira Brasil e Bolívia, onde estarão as autoridades de todas as esferas e lá será elaborado um documento que subirá para as capitais brasileira e boliviana solicitando essas mudanças e já sugestão e mudanças na lei para melhoria do funcionamento nas fronteiras, tanto o tráfego de pessoas e mercadorias, saúde, educação, segurança. São essas as minhas palavras, espero ter ajudado com essa Audiência Pública, a qual eu agradeço ao deputado Dr. Neidson pela iniciativa, sempre muito preocupado com o nosso povo, com a segurança das nossas fronteiras. Muito obrigado.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Obrigado Delny. Eu estive já, só para prestar alguns esclarecimentos, em Brasília no Ministério da Justiça, juntamente com a deputada federal marinha Raupp, estive no Ministério da Defesa com a deputada federal Mariana Carvalho, já conversando sobre uma integração, infelizmente não puderam estar presentes as Forças Armadas, os representantes que era a peça principal dessa nossa Audiência, mas já conversei com todos eles, inclusive o General Costa Neves fez uma determinação para o 6º Bis lá de Guajará-Mirim para que possam aumentar o patrulhamento naquele município, naquela nossa região e esperávamos que estivessem aqui para melhorar o patrulhamento não só ali, mas dali em toda nossa fronteira aquática ali que está praticamente sem desguarnecida. Mas no final dessa Audiência o que nós queremos é unir todas as forças entre o Governo do Estado, a União, mas como não temos a presença da União, ficou um pouco prejudicada essa Audiência Pública. Mas vamos tentar colocar algumas ideias para que possamos levar adiante e melhorar essa nossa segurança de fronteira. Quero passar a palavra aqui para o senhor Leonardo Penhaki, representando a Delegacia da Receita Federal em Rondônia.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) - Enquanto caminha para fazer uso da palavra, vamos registrar a presença do Sr. Rômulo Vongola, Presidente Estadual do PSC-JOVEM.

O SR. LEONARDO PENHAKI – Primeiramente, boa tarde a todos, boa a tarde os componentes da Mesa, estamos muito

felizes por participar dessa Audiência Pública que trata de questões da sociedade, e também questões do Governo que nós como cidadãos devemos nos preocupar. Em relação as ações da Receita Federal em Guajará-Mirim podemos dizer que elas são ações planejadas e ações pontuais. A Receita desenvolve ações de repressão que creio são o foco dessa Audiência, que é isso envolve o controle do contrabando e dos caminhos, ela desenvolve suas ações junto aos órgãos parceiros: UNESFRON, Exército, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal são só os nossos parceiros que dão o apoio policial, e as vezes entram também com questões de inteligência. E diversas mercadorias são apreendidas, mercadorias essas que são doadas para os próprios órgãos parceiros muitas vezes, são doadas as Instituições, são leiloadas ou são destruídas quando não passíveis de aproveitamento perante a legislação. Nós como auditores, como analistas e demais servidores da Receita Federal sabemos que no Estado de Rondônia nós temos uma imensa faixa de fronteira, nós temos mais de mil quilômetros de fronteira no Estado de Rondônia e temos um ponto alfandegado, até em conversa anterior com o senhor deputado a gente pode esclarecer isso e esse ponto de fronteira é em Guajará-Mirim. Então se a pessoa quer atravessar por Costa Marques, ela não pode, o único local permitido para entrada e saída de mercadorias é Guajará-Mirim, isso fragiliza, com certeza, o controle desses produtos que entram no mercado nacional, afetam a economia local e o contrabando eu diria até que contribui muito com a questão da segurança porque fomenta atividades ilícitas muitas vezes. Em questão a estrutura que nós temos em Guajará-Mirim, foi citado a questão do barranco, realmente o barranco é precário, ele é de terra, não há dúvida quanto a isso, foi solicitado aos poderes políticos, poderes públicos calçamento, no mínimo um calçamento e iluminação daquilo, até expusemos isso anteriormente, a Receita tem interesse porque nós, nossa equipe trabalha naquele ambiente. Em relação a balsa, nós tivemos uma balsa brasileira operando lá por um período, porém por motivos diversos essa balsa teve que parar de operar, foi um árduo processo para conseguir colocá-la em operação e logo em seguida ela foi tirada de operação, hoje a única balsa que faz essa travessia é uma balsa boliviana. Então, assim, há o espaço, depende dos brasileiros para que tenha uma balsa brasileira lá, quem controla isso não é a Receita Federal, isso é com Marinha, é com Agência Nacional das Águas, com os órgãos competentes para esse tipo de controle, mas há o espaço e, com certeza, para o volume hoje, com o mercado cambial está permitindo de exportações seria muito viável e interessante que tivéssemos uma balsa fazendo o trajeto Brasil/Bolívia, uma balsa brasileira, até porque seria recurso entrando no nosso país com esse transporte de veículos. A Receita dentro da estrutura que nós temos em Guajará-Mirim nós organizamos o serviço de forma que o serviço possa fluir e o intuito dessa fluidez do serviço é o combate a ilícitos. Em relação ao horário de funcionamento para despacho de exportação, o horário só é no período da manhã para mercadorias que não estão em caminhões fechados, caminhões e MIC/DTA eles podem fazer despacho de exportação qualquer horário durante o nosso funcionamento na inspetoria de Guajará-Mirim. Agora para cargas que o caminhão chega coloca a carga em cima da terra do barranco e quer deixar a noite para que essa mercadoria simplesmente atravesse a fronteira, realmente isso não é permitido, por isso nós temos a restrição de horário até às 11:00 horas da manhã, é com o intuito de preservar o nosso cidadão que paga imposto, que é regular e que tem que ter os seus direitos defendidos pelos órgãos de controle, no caso da Receita Federal. Então existe o controle, mas é justamente

para evitar que seja feito o transporte fora do horário de funcionamento do nosso ponto alfandegado. A Receita Federal tem constantes contatos com o lado boliviano, com as autoridades bolivianas, esses horários são definidos em comum acordo com os bolivianos porque eles têm dificuldade de fazer o controle do lado deles, assim como nós também temos que assumir que também temos dificuldade de controlar do nosso lado, então em reuniões foram definidos esses horários, esse sistema de funcionamento para tentar evitar que os produtos entrem em saem ambos os países de forma ilegal. Então eu até convido os senhores com conhecimento, com influência na sociedade que busquemos empresas para implantar uma balsa naquele rio porque isso diminuiria a travessia por aqueles barcos de madeira, poderíamos oficializar tudo em balsas e seria controlado e teria ganho para ambos os lados, tanto Brasil como Bolívia, só que mais uma vez não cabe à Receita buscar a iniciativa privada para exercer uma tarefa deste nível. O nosso ponto de fronteira alfandegado que é onde são vistoriadas as bagagens das pessoas que estão atravessando, a maioria creio que sabe foi bastante destruído na enchente, está em fase final da reforma, nós agora estamos trabalhando apenas no muro de arrimo, porque como o rio baixou pode se observar que a gravidade ali era um pouco maior do que quando o rio estava mais alto, então ele só não está entregue porque o muro de arrimo está tendo que ser alterado, um aditivo ao contrato, mas já está em fase final e a parte interna está praticamente pronta, mas só pode ser habitado aquele prédio assim que estiver em condições de segurança para os servidores que ficarão ali dentro. A Receita tanto Porto Velho quanto Guajará que faz parte da nossa jurisdição sempre esteve aberta à diálogo em todos os órgãos estaduais, municipais, federais, participamos do GESFRON, do SISBIN, diversos outros grupos que tratam de segurança e inteligência no Estado, inclusive com um decreto da União, do Presidente que foi divulgado hoje, eu diria que Rondônia está bem a frente, muito do que deve ser feito Rondônia já vem fazendo, mas eu do ponto de vista da Receita Federal nós vamos estar disponíveis para atuar ao lado de parceiros e fazer o que for possível, se no primeiro momento parecer que é maior do que podemos suportar, nós vamos atrás, contamos com o esforço político que sem dúvida Brasília quem comanda os órgãos federais, e é de lá que tem que vir o comando: - nós vamos abrir um outro ponto, nós vamos reforçar de tal forma; isso são diretrizes que vêm de Brasília, e nós aqui na ponta, no Estado, executamos e também é claro, fomentamos com ideias. Então a Receita vai estar sempre disponível a tentar executar da melhor forma possível esse controle do que nos diz respeito dos temas afins da Receita Federal. Obrigado pela palavra.

O SR. D. NEIDSON (Presidente) – Obrigado senhor Leonardo. Gostaria de passar a palavra agora ao Excelentíssimo Senhor Vitor Hugo, representante da Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

O SR. VICTOR HUGO - Boa tarde a todos. Excelentíssimo Deputado senhor Neidson, em nome de quem cumprimento as demais autoridades integrantes da Mesa, em nome do Defensor Público Geral Dr. Marcus Edson, gostaria de agradecer ao convite e desde já expressar a nossas desculpas por eventualmente não poder se fazer presente em todas as reuniões e todas as Audiências Públicas que são feitas nesta ilustre Casa, registrando que se deve ao número reduzido de defensores públicos que ainda temos no Estado, mas que, inclusive, com apoio desta Casa estamos aos poucos alargando o nosso qua-

dro para que a gente possa atuar e exercer o mister que nos é dado constitucionalmente. Em relação ao objeto desta Audiência, inicialmente eu gostaria de registrar que no início da minha carreira como Defensor, eu iniciei justamente pela comarca de Guajará-Mirim, onde eu passei cerca de três meses e pude constatar, pude testemunhar as dificuldades que são enfrentadas pela aquela população, não só com relação a práticas de ilícitos, mas com relação também a serviços públicos, que nós sabemos que muitas vezes não são prestados a contento. É importante contextualizar nesta discussão que além das ações policiais que são muito importantes para a população e que não devem só se restringir a um segmento, mas atingir toda a população, porque esse é o objetivo da segurança pública, há também que destacar que na comarca de Guajará-Mirim, existem realmente inúmeros processos criminais em que atua a Defensoria Pública relacionados a crimes patrimoniais e grande parte deles envolvendo a receptação de veículos como foi dito, para que esse caminho seja realizado para que esse transporte seja realizado para a Bolívia. Também há uma superpopulação carcerária, existem unidades prisionais que se encontram hoje superlotadas, de modo que a gente vê que existe, a punição está havendo, inclusive gera esse inchamento das unidades prisionais, porém o nível de reincidência também é grande, porque a gente pode testemunhar que pessoas são presas e voltam a agir da mesma maneira e voltam ao cárcere. Por isso que eu gostaria de pontuar e mais do que apresentar soluções, contribuir para o debate no sentido de que além das ações policiais o Estado também possa se fazer presente em outras formas de prestação de serviço público. Porque a segurança pública, ela se faz sim com o uso da força policial, com o uso da mão forte do Estado, mas também o Estado tem que se fazer presente para que não exista esse vácuo de poder. Eu inclusive trago como sugestão, já que nós sabemos que grande parte desses crimes, que inclusive foram mencionados aqui, que geraram recentemente uma comoção local muito grande, são gerados pelo fomento que há em relação ao transporte desses veículos ao Estado da Bolívia, ao Estado boliviano, e como forma de tentar mudar essa realidade eu acredito que além desse estreitamento das relações com as autoridades bolivianas, se possa também interceder junto ao Ministério das Relações Exteriores para que o Estado Boliviano seja instado a atuar de maneira mais repressiva em relação a essas situações que são grande vetor de prática desses delitos. Gostaria de registrar que a Defensoria Pública hoje conta com apenas um defensor na Comarca de Guajará, que hoje é o meu colega Vitor Miranda de Carvalho, o quadro não é suficiente para desenvolver atividades extras judiciais e nós entendemos que além de todo esse aparato de segurança pública, essas atividades também exercem um poder preventivo importante na repressão, na prevenção da prática de crimes. Gostaria inclusive de destacar o papel da Defensoria no acompanhamento das pessoas que estão em cárcere, do cumprimento dessas penas e que a gente possa atuar de uma maneira mais ressocializadora. Porque o que nós vemos hoje é um círculo vicioso em que pessoas entram e saem, voltam e apesar de se punir muito, de se prender muito, esse quadro não muda. Nós temos hoje no Brasil uma população carcerária que já é a 4ª do mundo, em número de pessoas. Então, ações educativas podem sim contribuir significativamente para a modificação desse quadro. E nesse contexto, a Defensoria Pública como uma instituição que tem entre suas missões institucionais previstas em lei, a educação de direitos, pode sim contribuir para esse cenário, que, como dito, não pode se resumir a uma só nuance. Deve-se juntar todas as formas de

prestação de serviço público à sociedade local. Sendo assim, senhor Deputado, Excelentíssimo Deputado, conhecendo essa realidade e mostrando toda a nossa disposição em contribuir para que hoje, dentro das nossas condições, já que nosso quadro é extremamente reduzido na comarca de Guajará-Mirim, nós nos colocamos a total disposição das autoridades locais para contribuir em projetos, especialmente projetos sociais que possam promover ressocialização de pessoas, educação em direito, que são, como eu disse, importantes formas de se mudar a realidade social de uma população tão aguerrida como a de Guajará-Mirim, que eu pude conhecer e desde que sai tenho profunda admiração por aquele município e pelas pessoas com que eu trabalhei naquele local. São essas as nossas ponderações a respeito desse debate. Colocamos-nos à disposição para no que for necessário, contribuir. Obrigado.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Obrigado. Passar a palavra agora ao Diretor Geral da Polícia Civil, Dr. Eliseu Muller.

O SR. ELISEU MULLER – Bom dia a todos. Excelentíssimo Deputado Dr. Neidson, em vosso nome eu cumprimento toda a Mesa. Cumprimento a plenária em nome do meu colega Delegado Dr. Raimundo, Diretor de Polícia Especializada, Polícia Civil do Estado de Rondônia. Deputado, agradeço essa oportunidade. Acho que vossa preocupação é muitíssima relevante, não só porque o senhor é da região de Guajará-Mirim. Este foco é importante, muito se discute fronteira no Brasil e honestamente eu vejo que pouco se faz. Eu digo para o senhor, recentemente nós fomos, os Delegados Gerais do Brasil, fomos convidados pelo senhor Ministro da Defesa e também pelo Ministro da Justiça, com este, mais precisamente na semana passada, ele nos convoca no sentido de nós corroborarmos com o Plano Nacional de Segurança Pública no País. Na oportunidade apresentamos, os Delegados Gerais, apresentamos uma série de proposições e propostas e uma delas adveio deste Delegado. Por que eu defendo a proposta que eu apresentei? Fronteira é presença, combate ao crime transnacional, transnacionais é fronteira. Fronteira, esse tipo de combate se faz com a presença. A questão do Exército, senhor Deputado, eu me atrevo a dizer e digo com uma certa tranquilidade, nos países do mundo todo as Forças Armadas combatem de forma efetiva os crimes nas fronteiras, no Brasil não. É que o Exército tem medo de se contaminar, esta é a palavra. Se contaminar o soldado, o cabo, o oficial. Se eu estiver errado, o nosso oficial me corrija disso. Eles têm me dessa contaminação, porque pode haver corrupção, aquela coisa toda. Então, por isso, que eles renegam esta vontade de realmente fazerem parte desta atividade de extrema importância porque o crime transnacional ele não fica ali em Guajará-Mirim, vou usar Guajará como exemplo, o problema de Guajará-Mirim hoje e o que deixa a população indignada e injuriada é os crimes comuns, a expressão não é essa, mas são os crimes comuns, é o furto, é o roubo, é o latrocínio, esses crimes que injuriam a população e quem faz esse combate? É a Polícia Judiciária do Estado que é o responsável desse combate. Polícia Judiciária de Fronteira é Polícia Federal, hoje, está na Constituição isso, eles são os responsáveis por combater o descaminho, combater o contrabando de armas, o tráfico de drogas, obviamente que isso não impede de que as Polícias Judiciárias Estaduais façam também a sua parte e entrando nesse quesito a Polícia Judiciária de Guajará-Mirim e também de Costa Marques, mais de Costa Marques, nós devíamos muito, nós não, o Estado, devia muito, porque nós não tínhamos contingente até a pouco tempo uma fronteira aberta em Costa Marques recentemente nós povoa-

mos com alguns profissionais de segurança pública, dentre eles Delegados, Agentes e Escrivães e logo logo o que é que se deu? Enfrentamento, confronto, onde dois policiais foram gravemente feridos e não foi o primeiro, são três ou quatro confrontos com contrabandistas, com traficantes, com o crime organizado, principalmente da prática de roubo, furto e roubo de veículos e levando para fronteira para trocar por substância entorpecente. Então, a presença é de extrema importância. Então eu disse ao senhor Ministro e colocamos como proposta que a União subsidiasse algo a título de adicional de fronteira que ela subsidiasse e pagasse para o Estado, que o Estado pudesse motivar aquele profissional a ir para a fronteira, hoje eu não consigo transferir ninguém, eu não consigo transferir, relatar um servidor de Vilhena, senhor Cavalcante, eu não consigo tirar um Delegado de Vilhena que tem seis delegados, 07 delegados em Vilhena e até a pouco tempo nenhum delegado em Nova Mamoré, nenhum delegado em Vilhena, eu não consigo transferir e não vou colocar a culpa na justiça, eu vou colocar a culpa na estrutura de organização até então que nós tínhamos, precisamos mudar essa organização, as normas internas para que isso venha acontecer, agora, nós mudamos muita coisa, então hoje, eu já consigo fazer relotações e assim mesmo entram na Justiça, só que o pessoal não tem levado e acabam indo contra a vontade e aí eu mando um profissional que vai para a fronteira contra a vontade, deixa a família e esposa, lá em Vilhena, Cacoal, Ji-Paraná, Porto Velho e ele tem que ir, porque o interesse do Estado está acima dos interesses particulares dele. Qual é o ânimo desse profissional da fronteira? Vai acontecer algo? É difícil, não é? Então, foi uma das propostas que nós apresentamos ao senhor Ministro e ele encampou essa proposta, no sentido de dar essa possibilidade, ele até fez as contas que podia tirar esse dinheiro da Força Nacional e tal para poder cobrir isso tanto para os policiais militares quanto para policiais civis, parece-me que as Forças Armadas eles já ganham fronteira. Então, mas o Policial Civil não tem esse plus que seria interessante motivacional para que nós pudéssemos preencher esses vazios que é tanto Guajará-Mirim. Extrema, fronteira com a Bolívia e com o Estado vizinho nós não tínhamos um Delegado, a Polícia Militar quando autuava alguém em flagrante tinha que percorrer 350 quilômetros para trazer para Porto Velho para se fazer o flagrante. Por quê? Lá não tinha delegado, a Polícia Militar saindo da cidade o que é que acontecia? Ficava um vazio, não tinha ninguém durante 24 horas ou até um pouco mais. Então, esses problemas nós enfrentamos e temos que equacioná-lo com o que temos, com o que temos, não podemos inventar, nós temos, é isso que nós temos, então vamos equacionar o problema desta forma, aí puxa de um lado, puxa de outro e a gente vai colocando a sujeira debaixo do tapete e resolvendo como dar. Eu espero e vou lhe dar uma notícia, as suas propostas são interessantes, eu acho que é por aí mesmo as Forças Armadas tem que encampar isso, tem que haver investimentos, se não houver investimentos não funciona. A questão de patrulhamento, é só questão de dinheiro, eu tenho certeza se tivermos dinheiro para pagarmos as diárias, pagarmos o que é de justiça e legal para o servidor, nós conseguimos fazer, com a força que nós temos aqui, tanto a Polícia Militar, quanto a Polícia Civil de forma integrada, trabalhamos muito integrado, nós conseguimos fazer uma atividade planejada, operacionalizada que resultaria resultados de forma satisfatória e não ficaria esse vácuo. A partir do ano que vem, o Ministério da Justiça através da SENASP, ele vão ampliar um efetivo de 7.000 mil homens da Força Nacional e a ideia não é tirar da Polícia Militar e nem da Polícia Civil hoje, é eles contratarem

esses homens daqueles que recentemente de um período de até 05 anos tem saído das Forças Armadas ou aposentados com condições do exercício dessa atividade; vão criar 5 Batalhões do Brasil da Força Nacional e a ideia é; não é fazer o trabalho preventivo da Polícia Militar, não. É um trabalho que o senhor justamente está pedindo, é um trabalho de combate, é um trabalho de operações constantes, principalmente nas fronteiras em conjunto, de forma integrada com a Polícia Civil e com a Polícia Militar. Seria em torno de uns 400 homens que viriam e estariam disponíveis aqui para o Estado, daqui, do Acre, ou seja, homens a mais que fariam justamente um combate, no combate aos crimes transfronteiriços. Nós estamos senhor Deputado, pleiteando com o nosso Governador, ele está muito sensível a isso, nós já fizemos uma demonstração técnica que é possível nós chamarmos esta de uma 2ª Academia, até porque o Edital ainda está, está válido, nós não podemos fugir disso e já se fala hoje na contratação de 20 a 25 ou até mais, é possível Delegados e todos aqueles que foram também classificados, eu peço o apoio nisso, o apoio desta Casa, de Vossa Excelência, no sentido de buscarmos sensibilizar o Governo. Eu estou encaminhando até o final do mês esse estudo, o 3º estudo que eu estou fazendo, só que agora ele ficou bem melhor, por que nós já temos os aposentados, com esses aposentados nós conseguimos contratar essas pessoas, vamos encaminhar esse estudo para SESDEC e através do nosso Secretário, o Secretário Caetano também está sensível a isso, vamos minimizar e essa minimização é colocarmos mais policiais em Guajará, mais policiais em Extrema, mais policiais lá em Costa Marques, tanto Delegado, quanto agentes, quanto escrivães para a gente buscar e fazer com que esse senso de sensação de insegurança fique presente. Eu só quero, só para finalizar dizer o seguinte Deputado; a Segurança Pública sempre estoura nas polícias, sempre é a Polícia Militar e a Polícia Civil são o tapete da discussão, os culpados por não fazer o dever de casa. Mas, nós temos que reavaliar isso, nós temos todo um sistema de combate a criminalidade, todo um sistema de combate a criminalidade que começa lá na polícia que faz a persecução, através da PM que faz o seu trabalho preventivo, a Polícia Judiciária que faz o trabalho repressivo, o Ministério Público que têm que denunciar ou não, o Juiz que têm que instruir o processo e principalmente o Juiz da Vara de Execução Penal, esse é o grande problema, o nosso doutor defensor, ele fala da grande reincidência, da ida e vinda, são sempre os mesmos não é doutor; o senhor estava em Guajará e aqui; Guajará o senhor viu, eram sempre os mesmos que vão e voltam, que vão e voltam, sempre os mesmos. Então, nós temos que reavaliar isso e não colocarmos sempre a culpa da grande insegurança em cima das duas Instituições; Polícia civil e Polícia Militar. Muito obrigado.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Obrigado doutor Eliseu. Vamos passar a palavra agora ao Tenente Coronel André Luiz Glanert, Gerente de Fronteira, representando a SESDEC.

O SR. ANDRÉ LUIZ GLANERT – Gostaria aqui de cumprimentar o Excelentíssimo Senhor Deputado Dr. Neidson, a quem eu cumprimento toda à Mesa; a digníssima plateia. Muito bem, como Gerente de Fronteiras da Secretaria de Segurança Pública, cumpre um dever muito nobre de trazer ao público uma prestação de contas do que é feito e também dá uma satisfação de quais as atividades que o órgão, a Secretaria de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania tem feito ao longo desses anos pela fronteira do Estado de Rondônia. Nós compomos junto com os demais dez Estados, os onze Estados que

tem fronteira no País, nossa faixa de fronteira de Rondônia, compreende vinte e sete municípios, é mais da metade dos municípios do nosso Estado, são mais de quinhentos mil habitantes, um terço da população do Estado, e assim, os desafios são enormes, os desafios são enormes e se pergunta quais são as políticas que são adotadas exatamente para atender a demanda da nossa sociedade. Um ponto que eu gostaria de iniciar a minha fala é exatamente uma das maiores dificuldades que nós temos nos deparado ao longo desses anos por todos os órgãos, é a questão de efetivo, órgãos federais, estaduais, municipais, a reclamação é geral, o Estado como todos os entes, federal, estadual, municipal, deveriam contratar mais. Hoje, nós atendemos a todo o Estado com os recursos que temos, humanos e materiais. A missão da Secretaria de Segurança é dar condições as forças policiais, forças de segurança do Estado de trabalharem, então Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar e POLITEC, elas são contempladas com políticas e ações para que elas possam exercer suas funções e atender a população no nosso Estado, em específico nos vinte e sete municípios da faixa de fronteira. Aproveitando a fala do senhor Delny, eu gostaria de prestar aqui algumas contas, o homicídio ocorrido com Márcio Menacho, imediatamente teve uma resposta dos órgãos de segurança onde foi preso o homicida, teve também casos emblemáticos de aumento de criminalidade no local de roubo, furto e também foi desmantelada uma quadrilha em Guajará-Mirim, com a prisão do "Mutante" e a quadrilha dele, então, as ações, elas acontecem cotidianamente e assim continuarão acontecendo. Com relação a sugestões de estar com algumas relativas à segurança pública, com relação à criação do Gabinete de Gestão, essa proposta foi apresentada na Câmara de Vereadores numa reunião do GGIF que foi desenvolvida lá, apresentamos ao Excelentíssimo Senhor Prefeito, ao Presidente da Câmara, a sociedade organizada, a constituição num Gabinete Integrado Municipal com toda estrutura, decreto municipal, etc. O que faltou foi interesse em montar esse gabinete. O gabinete municipal, ele é fundamental para discutir na sociedade as demandas urgentes do município, esses gabinetes têm uma ligação direta com o Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira que foi criado no âmbito do Estado de Rondônia, em agosto de 2014, e de lá para cá reuni-se ordinariamente, mensalmente discutindo as estratégias de segurança para a fronteira. De lá para cá, foram desenvolvidas pelo menos cinco operações integradas de fronteira, desenvolvemos o apoio a Operação Ágata, Políticas de investimentos na faixa de fronteira com reaparelhamento das unidades policiais militar, civil, treinamento de pelo menos trezentos profissionais de segurança pública no Curso de Unidades Integradas de Fronteira para que eles possam bem equipados e bem treinados desenvolver o melhor policiamento na fronteira do Estado de Rondônia. E essas ações visam minimizar exatamente essas dificuldades que nós encontramos de efetivo, capacitação de recursos ao longo de três anos, foram aplicados somente na faixa de fronteira vinte e sete milhões em recursos de convênios com o Governo Federal exclusivamente na faixa de fronteira, e aí foi viabilizada a instalação da primeira UNESFRON em Guajará-Mirim, a dotação da segunda UNESFRON em Buritis, da terceira UNESFRON em Vilhena, e reaparelhamento ao longo desses vinte e sete municípios com armamento adequando, colete, embarcações, viaturas. Então, esse trabalho, ele já vem sendo desenvolvido há alguns anos, o que a gente precisa é fortalecer nos municípios essa discussão para acharmos as melhores propostas mais viáveis para segurança na fronteira. Pois não

O SR. DELNY CAVALCANTE – A UNESPRON ela responde ao comando de quem em Guajará-Mirim?

O SR. ANDRÉ LUIZ GLANERT – Ok! O nome já diz Unidade Especializada em Segurança de Fronteira. Ela é uma Unidade Integrada tem a gerência técnica de Porto Velho, da Secretaria, Gerência de Fronteiras e Gerência de Inteligência e a parte operacional de Inteligência e de combate aos crimes fronteiriços cabe aos gestores locais, 6º Batalhão de Polícia de Fronteira e Delegacia Regional de Guajará-Mirim o efetivo é o efetivo integrado dessas duas unidades lá de Guajará-Mirim e ela atende essa cobertura e malha que se fala de combate aos crimes transfronteiriços. Com relação a investimento a gente poderia destacar algumas medidas que foram bem assertivas em conjunto com o Governo Federal, uma delas foi o estabelecimento de videomonitoramento de fronteira. É uma ferramenta que quando nos falta efetivo nós colocamos olhos em toda a cidade, instrumentos que vão servir também para investigação criminal e para persecução criminal. Esse videomonitoramento foi instalado em Guajará-Mirim, em Buritis, em Costa Marques, em Vilhena, Nova Mamoré e Pimenteiras. A rádio comunicação de fronteira também é outro investimento grande em parceria para atender essa faixa de fronteira tão extensa e tão despovoada que favorece esses crimes. Agora, nós tivemos a edição do Decreto Federal tratando do Plano Integrado de Fronteiras com a data de hoje e ele estabelece para os Estados que ainda não tem o seu Gabinete Gestão Integrada de Fronteira, estabelece a atribuição de instalá-los para facilitar a integração entre os órgãos federais e estaduais para o combate à violência. É sabido que individualmente os órgãos não tem capacidade de dar solução a criminalidade, mas de forma integrada ela se mostra muito mais eficiente e é esse o caminho que se percorre em nível nacional, por mais que a responsabilidade sobre os crimes fronteiriços seja primária da Polícia Federal, Rodoviária Federal, que o Exército, Marinha e Aeronáutica façam a segurança nacional, que os Órgãos de Segurança Pública Estaduais tem o dever de cuidar da segurança local dos municípios, mas se não atuarmos de forma integrada todo o país sofre, não é só região de fronteira, a mazela ela chega até os grandes centros e ela parte pela rota da fronteira. Então é um combate que tem que ser sistêmico e o Estado está fazendo o dever de casa discutindo com os órgãos e ouvindo, nós estamos aqui para ouvir a sociedade, os municípios das suas demandas. Com relação ao Conselho Comunitário de Segurança, que foi outra sugestão do senhor Delny. O Conselho Comunitário de Segurança ele funciona muito bem em outros municípios como Vilhena, Cacoal, ele faz o papel que GGIF não dispõe que é a parte de captação de recursos para investimento na Segurança Pública. O Estado quando se torna carente de investimentos ele consegue obter alguns recursos através dos Conselhos Comunitários de Segurança e ele é muito importante se for levado à frente em Guajará-Mirim para que o município ele consiga dar esse aporte que a segurança tanto necessita. Por exemplo, ampliar o sistema de videomonitoramento. A questão dos holofotes que foi sugerido para navegação do Rio Mamoré. A questão de alguma melhoria na zona portuária, tudo isso pode ser medida de Segurança Pública capitaneada pelo Conselho de Segurança do Município, agora cabe a sociedade também organizar e cobrar dos seus gestores a implantação desses Conselhos, será de grande valia a criação deles. Muito bem, então para finalizar a nossa fala a segurança de fronteira ela tem as mesmas dificuldades de todo o Estado. A fronteira recebeu alguns investimentos exclusivos para região de fronteira para que dimi-

nuisse esse desnível e o desinteresse da ocupação pelos profissionais de segurança pública. Hoje nós temos profissionais na região mais motivados em virtude de receberem treinamentos exclusivos, materiais específicos e é essa motivação que faz o número de apreensões, de prisões e de combate aos crimes fronteiriços crescerem. O que o Dr. Eliseu pontuou aqui do confronto em Costa Marques é fruto dessa motivação, policiais novos, policiais militares, policiais civis transferidos para a localidade bem treinados e atuando de forma efetiva, quando isso acontece os resultados vem e foi o que aconteceu em Costa Marques, Guajará-Mirim e ao longo da nossa fronteira. Nós temos apreendido muito, as reincidências ainda são muito grandes e sem esse esforço de todos nós não conseguimos evoluir. Um dos entraves que nós vamos tentar reduzir vai ser no dia 24 de novembro, em Guajará-Mirim, na reunião binacional com as autoridades bolivianas, autoridades brasileiras nós vamos pontuar esses assuntos que estão sendo tratados aqui e concitar principalmente aos nossos irmãos bolivianos as ações mais efetivas porque o crime não interessa nem do lado brasileiro nem do lado boliviano, só interessa ao crime organizado, para a sociedade não interessa de maneira alguma e um dos pontos que nós vamos levar é a questão da regularização dos veículos que são roubados no nosso país, se não tiverem barreiras efetivas para regularização desses veículos na Bolívia ele continuará sendo uma moeda de troca que incentiva aqueles cidadãos desfavorecidos a serem cooptados pelo crime. Não raramente pessoas que não tem uma ocupação são cooptadas para transportar uma mala, para transportar um veículo, para conduzir um veículo de uma zona fronteira para a capital, para o interior do Estado, e ali ele está transportando a droga, a arma, o contrabando, muitas vezes por falta de oportunidade, por ignorância, e isso a gente deve combater também. A facilidade de regularizar um veículo do lado boliviano fomenta também o roubo e o furto nas regiões de Porto Velho, Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena como nós temos verificado. A Secretaria de Segurança não está inerte, ela está atenta a essa evolução, tem combatido os crimes transfronteiriços de forma efetiva com os demais Estados e estará sempre ao lado da lei e da ordem.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Obrigado Coronel André. Na verdade eu vou ler uma Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999, no qual o artigo 16, alínea “a” diz o seguinte “Cabe às Forças Armadas, além de outras ações pertinentes, também como atribuições subsidiárias preservadas as competências exclusivas das polícias judiciárias atuar por meio de ações preventivas e repressivas na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, independentemente da posse, da propriedade e da finalidade ou de qualquer gravame que sobre ela recaia quanto delitos transfronteiriços e ambientais isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo executando, dentre outras ações, patrulhamento, revista de pessoas, etc’. Ou seja, nós vemos uma deficiência das Forças Armadas em nossa fronteira de atuarem, às vezes até ausência, assim como nós estamos vendo hoje aqui na Assembleia Legislativa essa ausência das Forças Armadas. Estivemos lá no Ministério da Defesa, no Ministério da Justiça, conversei com o General Costa Neves que se prontificou a determinar que as Forças Armadas em Guajará-Mirim, o Exército atue, mas infelizmente não se fizeram presentes nesta audiência pública prejudicando também o teor desta audiência pública e a finalidade que nós queríamos no final. Vejo que a Polícia

Militar, a Polícia Civil, a Receita Federal precariamente devido as instalações que tem no município de Guajará-Mirim no sistema alfandegário está em recuperação, já conversei também com o Delegado da Receita, estão dispostos a ajudar essa fiscalização. A Polícia Militar recebeu um Voto de Louvor desta Casa de minha autoria, o 6º Batalhão já teve prisões de 243 detentos neste ano, no decorrer deste ano e recuperaram vários veículos que estavam sendo transportados para troca por drogas, por entorpecentes no outro país. Esperamos que no dia 24, nessa reunião que teremos lá no município de Guajará-Mirim que é esse Comitê de Fronteira as Forças Armadas também possam estar presentes para que possamos dar continuidade. E vou propor por esta Casa também, a criação de uma Frente Parlamentar para tratar de assuntos de fronteira. Infelizmente não chegamos num denominador comum nesta Audiência Pública, mas queremos, vou propor para que possamos estar acompanhando e juntamente com a sociedade para que possamos realmente ter alguma resposta efetiva com relação à segurança nas fronteiras. Esse Plano Municipal Integrado de Segurança Pública, que foi, o Delny colocou também, e todos os pontos, nós tivemos um exemplo aí na cidade de São Carlos, lá no Estado de São Paulo, no qual receberam até um prêmio internacional devido à melhoria na segurança pública. E é de suma importância, que foi apresentado aqui pela Associação Comercial, pelo Dr. Eliseu e todos os presentes. Mas vamos, eu vou propor a criação dessa Frente Parlamentar para tratarmos de assunto de fronteira e esperamos também que as Forças Armadas estejam presentes nesse Comitê de Fronteira, no dia 24. Nós temos aqui uma reportagem de ontem, no qual o Presidente da República “Temer defende ações permanentes contra crimes nas fronteiras. O Presidente assinou o Decreto que institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras”. Esperamos que realmente possa, esse programa possa ser, possa atuar realmente nas nossas fronteiras e que as Forças Armadas possam estar se integrando nas nossas fronteiras também para que possam ajudar na nossa segurança.

Nós vamos encerrar esta Audiência Pública. Vamos colocar todas essas proposições que foram colocadas aqui na Ata e vamos cobrar do Governo Federal também e vemos que o Governo do Estado, apesar do efetivo baixo e apesar, às vezes, das poucas condições que tem, e com o que tem já estão realizando um grande trabalho, possam integrar-se junto ao Governo Federal também. Obrigado pela presença de todos. Vamos encerrar a Audiência sem muita, sem uma resposta favorável para a população do Estado de Rondônia, principalmente da fronteira. Temos as respostas aqui dos governos, principalmente do Estado de Rondônia, através da Polícia Civil e da Polícia Militar, a Receita Federal já está realizando sua parte. Mas vamos cobrar nesse Comitê de Fronteira também, Delny, para que possamos ter uma resposta adequada para a nossa população.

Invocando a proteção de Deus, declaro encerrada esta Audiência Pública e convido todos para um coquetel que será servido no Salão Nobre desta Casa. Obrigado a todos.

**(Encerra-se esta Audiência Pública,
às 16 horas e 41 minutos)**

**ATA DA 44ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR
SOBRE AS NOTIFICAÇÕES RECEBIDAS PELOS MORADORES
DA RESERVA FLORESTAL ESTADUAL DE RENDIMENTO
SUSTENTÁVEL DO RIO MADEIRA “B”.**

Em 18 de novembro de 2016

Presidência dos Srs.

HERMÍNIO COELHO - 2º Vice-Presidente
SR. MAURÃO DE CARVALHO - Presidente

(Às 09 horas e 27 minutos é aberta a Sessão)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e senhores bom dia?

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia atendendo Requerimento após aprovação em Plenário, Requerimento do Exmº. Sr. Deputado Estadual Hermínio Coelho, realiza Audiência pública para debater as “Notificações recebidas pelos moradores da Reserva florestal Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Madeira-B”.

Convidamos para compor à Mesa o Exmº. Sr. Deputado Hermínio Coelho, proponente desta Audiência Pública. O Exmº. Sr. Cel. PM Vilson de Salles Machado, Secretário de Estado da SEDAM. Senhor Antônio Fortunato de Oliveira Neto, Coordenador Geral de Gestão Patrimonial Imobiliário do Estado de Rondônia. Senhor Gilberto Barbosa Filho, Presidente da Associação de Produtores Rurais Hortifrutigranjeiros e Extrativistas de Rondônia – ASPERON.

Senhora Maria Rodrigues das Chagas, Vice-Presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais. Senhor Samuel Ferreira da Silva, Presidente da Associação dos Produtores Extrativistas do Cuniã – ASPRONIÃ.

Os que eu chamei agora a pouco por gentileza, compor à Mesa. O Senhor Gilberto. Convidamos o Representante da OAB também para compor à Mesa, o senhor Advogado Adilson de Oliveira Silva, Comissão de Direitos Humanos, representando a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

Por determinação de Sua Excelência Senhor Deputado Hermínio, a pessoas que se encontram em pé, por gentileza, podem entrar aqui ao Plenário, caso queiram.

Sr. Deputado Hermínio Coelho, proponente desta Audiência Pública o Presidente da Casa recebeu uma justificativa do Exmº. Sr. Procurador Geral de Justiça que não pôde participar desta Audiência Pública o Dr. Airton Pedro Marin Filho, em razão de compromissos institucionais anteriormente agendado para o mesmo período.

Também uma justificativa de Audiência Pública do DNIT, de Ordem do Superintendente do DNIT, Sérgio Augusto Mamanny, acusando o recebimento dos convites para participar e discutir de assuntos e debater questões relacionadas à emissão de anotações de responsabilidade, debater as notificações recebidas pelos moradores da Reserva Florestal Estadual Rendimento Sustentável Rio Madeira “B”, agradece a gentileza dos convites desta Assembleia, mas em razão de compromissos assumidos anteriormente não pode participar.

E também Maria Rita, de ordem da Dra. Aídee Maria Luiz, informo da impossibilidade de comparecimento na Audiência Pública sobre a Reserva Estadual Rio Madeira “B” em virtude de Audiências previamente agendadas.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública para debater as notificações recebi-

das pelos moradores da Reserva Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Madeira “B”.

Bom dia a todos. Eu queria, primeiro agradecer a todos que foram convidados para esta Audiência e que estão presentes aqui no momento. O nosso Wilson Pontes. Quero aqui cumprimentar o Vilson Salles Machado, Secretário de Estado da SEDAM, obrigado Secretário Vilson; também o Antônio Fortunato de Oliveira Neto, Coordenador Geral de Gestão Patrimonial Imobiliário do Estado; o Senhor Gilberto Barbosa Filho, Presidente da Associação de Produtores Rurais Hortifrutigranjeiros e Extrativista de Rondônia – ASPERON; e a Senhora Maria Rodrigues das Chagas, vice-presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais – ASPROLIC 10 e Samuel Ferreira da Silva, Presidente da Associação dos Produtores Extrativistas do Cuniã – ASPRONIÃ. E cumprimentar também o Dr. Adilson de Oliveira Silva, Comissão de Direitos Humanos, representando a OAB, obrigado Dr. Adilson.

Essa Audiência, todos vocês sabem o motivo desta convocação desta Audiência e que foram convidadas todos as autoridades aqui do Estado, da Justiça e do município. E infelizmente, o Estado está bem representado porque o nosso Secretário principal, que é o da área, o nosso Secretário da SEDAM, o Vilson está presente. Mas, infelizmente até agora o Ministério Público não mandou ninguém ainda, o Tribunal de Justiça também não, o Tribunal de Contas também não, a Câmara de Vereadores também, pelo menos até agora não tem nenhum vereador aqui presente e outras pessoas que eram importantes estarem aqui e que infelizmente até agora não marcaram presença. Mas, conformem forem chegando aí, vai fazendo parte aqui da Mesa todos que foram convidados e que são importantes neste debate. A intenção nossa, nesta Audiência, é que todos vocês sabem e nós também a situação de vocês. Vocês estão sendo notificados a deixar a área lá desta reserva da Gleba Cuniã, em deixar a área durante aí 30 dias, estão sendo notificados pela SEDAM. A Reserva Estadual de Rendimento Sustentável Rio Madeira B. Qual é a intenção nossa nesta Audiência? É discutir com o Estado e também com o Ministério Público, segundo informação do próprio Secretário, existe um TAC, o Estado através da Procuradoria Geral do Estado, fez um TAC com o Ministério Público para que essas famílias fossem todas retiradas em 30 dias e a SEDAM está notificando. Isso, o quê que é que nós estamos querendo, o quê que a gente quer que seja discutido nesta Audiência? É que a gente discuta, que a gente discuta aqui nesta Audiência, um meio de manter as famílias, de manter todos esses trabalhadores lá de forma que viva, que conviva muito bem, tanto as famílias, como o meio ambiente. Eu acredito que é possível sim esta floresta, não é uma floresta intacta, tem que ser mantida intacta, ela é sim, ela pode ser explorada e nós sabemos todos os danos ambientais que foi gerado nesta área. Se tirando o povo de lá não vai resolver, é muito mais fácil através do... Eu acho que o TAC tinha que ser feito nesse sentido entre o Estado, entre o Ministério Público, entre os trabalhadores, entre as famílias exatamente um TAC onde dizia o que pode o que não pode, se tem que reflorestar alguma coisa, enfim, tem mil situações que a gente pode discutir que tem sim como manter essas famílias lá. E é isso que eu espero que a gente ache aqui nesta audiência, ache um caminho, porque vocês vão para onde? Para onde esse povo vai? Para onde esses trabalhadores vão? Vem para as periferias? Ser vítima da criminalidade ou da violência ou então virar bandido também, porque hoje é assim infelizmente quem vive nas grandes cidades não tem emprego, não tem o que fazer, não tem oportunidade, vai fazer o que? E esses trabalhadores estão trabalhando, eu acho

que o Estado tem sim Wilson, e é isso que eu quero que busque aqui, aqui não adianta a gente ficarmos fazendo discurso bonito, nós temos que buscar uma saída, um meio porque não é desse jeito que nós vamos melhorar o nosso município, o nosso Estado, o nosso País, tirando os trabalhadores do seu sustento, da sua área lá onde trabalham há tantos anos. E eu tive conversando aqui primeiro com o Wilson, aqui, ele falou o seguinte: que tem algumas famílias que estão lá antes de 96, que essas famílias seriam diferenciadas, e tem umas que vieram depois, mas é interessante nós discutirmos aqui que seja atendida, que a discussão seja para atender a todos que estão lá, a todos que estão lá morando e produzindo, se tem alguém especulando é outra coisa se tem alguém que tem área lá, que nunca foi lá, que nunca plantou que não vive de lá é outro departamento, isso aí através de um recadastramento ou de uma visita lá do Estado junto com as associações junto com vocês, vocês levantam, alguns casos sim, mas a maioria dos trabalhadores todos que estão lá teriam que, nós teríamos que achar uma saída aqui nesse debate, nesta audiência para primeiro que saísse desse prazo de trinta dias, que não tem como os trabalhadores saírem de lá em trinta dias, que aumente esse prazo, e que crie, e que no final a gente possa criar uma comissão, a SEDAM crie uma comissão junto com a Assembleia, junto com vocês, chamem o Ministério Público para discutir um novo TAC, um TAC onde o homem fique lá, onde os trabalhadores fiquem lá sem precisar expulsar os trabalhadores de lá. Vamos ouvir todos que estão presente aqui, vamos abrir o debate e se Deus quiser no final a gente ache uma saída boa para todos nós, principalmente para vocês que vivem lá.

Vamos ouvir primeiro os trabalhadores, ouvir aqui o Wilson Pontes, Membro da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Linha C10.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Lembrando a todos os senhores e senhoras que está sendo transmitida ao vivo através do site da Assembleia, e fica lá depois no site da Assembleia o endereço é: al.ro.leg.br.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pedir a todos como muitas pessoas devem usar a tribuna, usar a fala, pedir para que todos sejam bem objetivos nas falas.

O SR. WILSON PONTES – Bom dia a todos, eu quero saudar aqui o Presidente desta Mesa Deputado Hermínio Coelho, também o Secretário da SEDAM, Secretário Vilson, os demais componentes da Mesa e também aí os nobres agricultores do Baixo Cuniãzinho ali da Rio Madeira B, da Linha C10, C30 enfim várias linhas aí. Nobre Deputado, vou fazer aqui um rápido resumo da nossa história para que a gente possa entender que nós não somos invasores, nós não somos bandidos, nós estamos nessa área desde o ano de, resumindo aqui. No ano de 81 o Incra, demarcou aquela área de terra, a partir do ano de 90 até o ano de 94, o Incra assentou vários cidadãos, vários situantes naquela área, foi assentado pelo Incra, na época o Incra dava um caminhão, pagava um caminhão, não sei como funcionava e levava as pessoas e colocava dentro do lote, até o km 20, 18, 20 é mais ou menos, foi assentado assim da Linha C10. A partir daí o Incra devido, vamos dizer assim a demora das coisas o que acontece, as pessoas começaram, continuaram entrando na Linha C10, eles continuaram entrando esses moradores, e eles estão lá desde essa época do ano 90 até hoje, nós estamos lá, nós não temos ali em momento algum ajuda do Estado em hipótese alguma, todas as vezes que a SEDAM ou um órgão do Estado entra lá, é para nos punir, é para nos

multar, nós temos muitas lá de mais de duzentos e cinquenta mil reais, nós temos pessoas multadas com cinquenta mil, duzentos e cinquenta mil reais e nós não abrimos, nós não demarcamos aquilo lá agora. Nós fizemos uma reunião na SEDAM com o Secretário Vilson, alguns Deputados, o Deputado Ribamar Araújo, estava conosco nessa reunião, nós levamos alguns representantes do Incra, até o Superintendente do INCRA estava lá, e mais o Eustáquio que era uma das pessoas responsáveis pelo assentamento das pessoas nessa área lá. A nossa Associação ela foi criada no ano de 1995, ou seja, a nossa Associação foi aberta um ano antes da criação da reserva, um ano antes foi criada a associação, um ano depois foi criada a reserva e nós provamos isso por documento. Só que alguém disse assim: ah! Mas havia uma pessoa lá dentro. E eu disse assim para ele: mas alguém consegue criar uma associação com apenas uma pessoa, não é? Mas nós sabemos que verdadeiramente assim, nós estamos lá, isso nós sabemos. E aí o que que acontece? Todos esses anos o Estado nunca ofereceu para nós uma máquina para fazer uma abertura de estrada, nunca ofereceu para nós uma energia, ou seja, hoje se nós entrarmos na linha C-10 o senhor vai até o final da linha pro que nós, os moradores todos os anos temos colocado a mão no bolso e nós temos contribuído cada um para que a gente faça melhoria nas nossas estradas nos pontos críticos, refazendo pontes, refazendo bueiro, hoje nós conseguimos colocar dentro da nossa área energia com recurso próprio, cada morador bancou a sua parte e nós colocamos energia lá. Brigando todo o tempo contra Ministério Público, brigando todo o tempo contra o Governo do Estado, contra a SEDAM, com os órgãos competentes que era para estar dando para cada um de nós o aval para que pudéssemos trabalhar, a gente não quer desmatar, nós não queremos invadir ou exterminar com a floresta Rio Madeira B, seja bem claro isso. O que nós queremos nobre deputado é ter o direito de plantar, ter o direito de colher, ter o direito de sobreviver naquele lugar. Uma outra questão assim que nós temos. Na época da Secretária Nanci, que me perdoe, o Secretário Vilson, mas assim, a gente na época da Secretária Nanci foi colocada uma barreira e aí nós não podíamos adentrar a nossa área, nós não podíamos levar nenhum tipo de alimentação para os nossos animais, para nossos bichos, o que nós precisamos fazer? Arrumar um advogado, gastar dinheiro do bolso para brigar contra o Estado para quebrar essa ordem da Secretária da SEDAM para que nós pudéssemos ter acesso aquilo que é nosso. Então assim foi votado nessa Casa numa Audiência Pública aqui e depois foi votado pelos nobres deputados a suspensão da reserva Rio Madeira B a alguns anos, nessa votação alguns dos nobres deputados nos citou que na criação dessa reserva nossa, ela foi criada por um só homem dentro de um gabinete porque ele estava precisando alavancar recursos enfim, dinheiro, meio para melhoria do Estado. Nós entendemos isso, agora o que nós não aceitamos é criar uma reserva em cima de um pessoal que já existe, de um pessoal que já está trabalhando e aí o Poder Público foi omisso de não ir lá e poder olhar nos olhos da pessoa e reconhecer: olha verdadeiramente você está aqui a tanto tempo, porque até pelas árvores que nós plantamos lá a pessoa vai saber o tempo que a gente está lá dentro daquela área. Então assim, ter a nobreza de ir lá: olha nós vamos notificar vocês, agora nós criamos uma reserva aqui a gente vai poder colocar vocês em um outro lugar ou a gente vai indenizar vocês ou nós vamos fazer uma permuta. A Secretária Nanci já no final do seu mandato ela fez uma coisa nobre, eu acho que o Governador do Estado e ele faltou conosco nisso, porque a Secretária Nanci

ela foi assim, para nós, nós tínhamos acesso a ela porque ela nos ouvia, ela conseguia entender a nossa linguagem e ela tinha montado e a gente tem isso, tem o número desse processo em Brasília criado pelo MDA, aonde ela ia fazer uma permuta de terra, ou seja, a área que estava desmatada da reserva ela ia ter uma extensão para uma outra área que o INCRA estava oferecendo isso, uma área em mata, porque ela disse: olha a única maneira para a gente resolver esse problema sem trazer um dano maior para a população que está lá e nem um dano maior para o Estado e nem para a reserva. Então assim, o Estado não tem dinheiro para indenizar, o INCRA não tem dinheiro para indenizar, então a única, a melhor maneira de fazer essa permuta de terra. E nós temos um processo em Brasília pelo MDA com parecer favorável do INCRA, o último parecer dele foi favorável para essa permuta de terra, ou seja, ia fazer a desafetação da área que está desmatada, nós continuaríamos no lugar e fazer a extensão da reserva para uma outra área, mas assim, hoje nós encontramos na SEDAM uma barreira por que a gente passou isso para o Secretário Vilson, mas assim: não para isso, não é mais interesse da SEDAM, a SEDAM mudou o foco, mudou de Secretário mudou o foco. A gente acha assim é uma falta de consideração por nós, por cada um de nós. Nós temos refugiado na Síria e agora nós vemos milhões de pessoas correndo em direção a Europa pedindo abrigo e agora a gente vai ter que correr da nossa cidade, correr lá de onde a gente mora, lá do nosso sítio tem que vir para a cidade pedir refúgio porque a SEDAM vai nos colocar para fora em 30 dias. Então assim para nós nobre deputado, para nós fica uma tristeza muito grande, uma sensação de abandono, uma sensação de descaso, de falta de amor ao próximo, de amor ao ser humano, isso para nós é vergonhoso porque todas as vezes que a SEDAM bate na nossa porta a gente anda direito com os nossos negócios, compramos, pagamos e trabalhamos, ganhamos o pão nosso suando todo dia para a gente não ver na nossa porta uma polícia batendo, pegando as nossas identificações, fazendo humilhação com a gente como já foi feito na C10 há anos, humilhou as pessoas, fizeram nego carregar motosserra, carregar ferramentas quilômetros nas costas, ou leva ou apanha. Então para nós é humilhante. A gente já é humilhada por ser agricultor e agora é humilhado porque os órgãos públicos, ou seja, chega uma secretaria um camarada vestido lá uma farda de policial e aí muitas vezes quer impor na nossa cabeça, na nossa garganta algo que nós não aceitamos. Então, nobre Deputado, nós pedimos encarecidamente que as autoridades e eu sei que o Secretário Vilson pode nos ajudar nisso, eu sei que o Governador do Estado pode nos ajudar nisso, eu sei que esta Casa pode nos ajudar nisso, eu sei que o Ministério Público pode olhar com bons olhos e ver que nós não somos invasores, todas as vezes que teve invasão naquela área de terra nós procuramos a SEDAM e informamos verbalmente “olha, tem pessoas desmatando e entrando no fundo da reserva na área de garimpo. Olha tem pessoas entrando desmatando invadindo área por trás da gente”, mas o que a SEDAM faz? Ela é omissa, a SEDAM não vai, o órgão do Governo não vai, quando ele vai lá ele pega os agricultores, os invasores e bota tudo dentro de um saco, amarra a boca e aí considera a gente como gato, bota tudo num saco com a boca amarrada e aí a gente entra e acontece o que nós estamos aqui hoje, passando essa humilhação, por que? Por que o Estado não olha pelos seus, ele não olha, essa é a grande verdade. Então aqui fica assim a nossa indignação, fica aqui a nossa revolta e fica aqui o nosso pedido de socorro, socorro, nos ajude, nós somos trabalhadores e queremos sobreviver, nós não queremos rou-

bar e nem enganar ninguém, nós queremos o direito de plantar, colher e morar e criar os nossos filhos com dignidade, é isso que nós queremos. Nós pagamos os nossos impostos, tudo que nós temos hoje na Linha C10, eu não estou falando aqui das outras linhas que são semelhantes a nossa, o que nós passamos na C10 isso é na C01, é na C15, é na C30, C25, todos nós passamos a mesma coisa, ou seja, se temos estradas nós bancamos, se temos energia nós bancamos, tudo que temos dentro da nossa área foi com nosso bolso, o Estado não nos ajudou em nada, o município não nos ajudou em nada, então assim ainda querem tirar de nós o pouco que temos, ainda quer que nós pagamos multa? Eu quero aqui de antemão agradecer a oportunidade, obrigado deputado, obrigado a todos os presentes.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado Wilson. Queria aqui registrar a presença do nosso companheiro Deputado Ribamar Araújo que como sempre está presente em todas as audiências e debates, principalmente os mais importantes aqui na nossa Assembleia.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Registrar a presença do Exmº Sr. Deputado Estadual Ribamar Araújo, também do Dr. Rui Carlos Freire Filho, advogado da Linha C30, e do Sr. Pedro de Oliveira Bordalo, Presidente da Central das Associações de Produtores Rurais de Porto Velho.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Também convidei todos os deputados, os 24, o Jesuíno está para Manaus e presente aqui só está o nosso companheiro Ribamar Araújo. Mas a Assembleia aqui tudo que depender da Assembleia com certeza vocês vão ter o apoio. O Wilson falou aí sobre uma lei que nós fizemos aqui em 2013, quem propôs aquele decreto no caso foi uma lei que sustou a criação da reserva em 96, por que nós fizemos aquilo? Por que para falar a verdade isso teria que vim do Executivo, eles não mandam, o que nós fizemos foi uma forma que a gente achou que a gente sabe que é discutível sim, não é de iniciativa do Legislativo propor, mas como ninguém propõe a gente propôs e revogamos, anulamos, sustamos a lei na época que criou a reserva em 96, infelizmente eles recorreram e derrubaram depois, parece que agora a Justiça derrubou. O que a gente discorda da Justiça é exatamente o seguinte, a Justiça antes de julgar um trem desse deveria, a mesma coisa o Ministério Público, eu tenho o maior respeito pelo Ministério Público e pela Justiça, mas antes deles tomarem qualquer iniciativa, qualquer decisão eles deveriam ir lá conhecer de perto a realidade, não simplesmente estar lá dentro do gabinete e canetar lá expulsando os trabalhadores que vivem há anos trabalhando. Eu não consigo entender, será que nós queremos que neste país só tenha vagabundos mesmo? Parece que é, porque quem está trabalhando estão tentando trazer para a vagabundagem, é isso que estão querendo. Por isso, foi nós que fizemos inclusive a pedido de moradores de lá na época, nós fizemos e infelizmente derrubaram na Justiça porque a Justiça infelizmente quando é para julgar a favor do povo, é muito complicado. Eu quero aqui passar, eu estava falando também para o Vilson, teu xará, falou muito bem aqui, Wilson, falou muito bem, e se Deus quiser, Deus está conosco e eu espero que as nossas autoridades de Rondônia, principalmente as principais vão abraçar essa causa e vão criar um projeto ali para que todos vocês continuem lá e produzindo ainda mais e melhor. Quando o rapaz falou que para poder fazer qualquer serviço lá tem que se reunir do bolso e fazer, arrumar estrada a ponte, a energia, é verdade.

Eu já ajudei também, já coloquei recursozinhos lá para arrumar a C-10 e outras linha lá. A gente sabe da dificuldade de vocês ali, a perseguição e o descaso do Estado e do município com vocês que moram ali há anos. A gente acompanha isso de perto e vê, inclusive tenho vários amigos, ex-motoristas, ex-cobrador de ônibus que moram ali naquela área.

Chamar agora para fazer uso da palavra, o representante da Associação de Produtores Rurais da linha C-30, José Guedes.

O SR. JOSÉ GUEDES NETO – Senhor Presidente desta Casa bom dia; cumprimentar também o senhor Secretário Vilson, representando todo o restante. Meus companheiros que estão nessa luta, infelizmente eu sou novo naquela região, mas a gente já entra numa briga muito grande, até porque todo processo existe uma cadeia de moradores que vendeu para fulano, fulano, e a gente chega nesse ensejo. Por que estou falando assim? Porque quando você vai procurar comprar, no meu caso fui comprar aquela terra, lá eu estou na C-30, ali, como nós já falamos, há uma grande ausência do Poder Público, ou seja, nós entramos na linha do lado esquerdo, não tem uma placa de identificação dizendo que ali é uma Reserva, certo? A pessoa que me vendeu fez questão de me levar até onde há uma placa, que eu tenho uma foto aqui, inclusive nós tiramos a foto, a placa está a 14 quilômetros, praticamente, da BR, ao limite da Reserva, entendimento que a gente tem. Ou seja, é lógico que dentro dessa falta de informação, você que está querendo comprar um pedacinho de terra, você vai lá e compra, tá? Mas voltando a questão Rio Madeira “B”. Eu tenho aqui um documento...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - Guedes, só um minutinho, há quanto anos que tu estás lá? Que tu comprou essa área?

O SR. JOSÉ GUEDES NETO – Eu estou lá há praticamente há dois anos, um ano e oito meses, lógico que trazendo uma cadeia de compras à pessoa, o primeiro proprietário está lá 17 anos, lógico depois da criação da Reserva. E isso não quer dizer que a área não tenha sido habitada, ou seja, é o qual documento que eu mostro aqui, que eu tenho documento do Sr. Domingos, certo? Em 95 ele solicitou a regularização da área, ou seja, a Reserva foi criada em 96, aliás, em 96 ele solicitou a regularização junto ao INCRA, da área. Isso quer dizer que ele já estava lá quando foi criada a Reserva, inclusive a área lá denominada Seringal São Pedro, aquela região da C-30, certo? Como o colega falou aqui, faltou exatamente aquela questão do poder público, ou seja, quem elaborou esse projeto e fazer esse levantamento, a viabilidade real da Reserva que não houve esse levantamento. Provavelmente imagina-se que realmente esse projeto tenha sido feito de gabinete, ou seja, se coloca os pontos estratégicos, as coordenadas e ‘opa, é aqui a Reserva’, e dane-se quem estiver lá morando, desculpa a expressão. Temos aqui também o senhor Armando. O senhor Armando fez também a solicitação de regularização da área, lógico ele fez aqui em 2010, mas citando ele que ocupa a área desde 1990, certo? Ou seja, são situações que a gente tem, que se encontra e volto a frisar a ausência do poder público e até mesmo de uma fiscalização. Como é que a SEDAM, vamos citar a SEDAM, que é o órgão fiscalizador, como é que a SEDAM deixa esse pessoal entrar lá desde 97, vamos dizer assim, 96 criada a Lei, em 97 sem fazer uma vistoria para não deixar esse pessoal entrar. Não! Vai deixando, vai deixando, de repente nos deparamos numa situação dessas. Temos tam-

bém aqui a questão da energia. Quando foi para implantar a energia dentro da C-30 houve um grande problema porque estava se passando a Reserva, tudo bem. O que aconteceu? Foi solicitado um parecer do ICMBio, onde o ICMBio diz que: “Não aqui não é área do ICMBio, responsabilidade do ICMBio porque não é área Federal, ficaria a cargo, a responsabilidade, da SEDAM. Aí SEDAM, de repente ela autoriza a implantação da rede, ou seja, passando na Reserva. Como é que a SEDAM autoriza essa implantação da rede se ali está na reserva? Ou seja, o nosso entendimento é que jamais poderia acontecer isso, não é isso? Deixa ver se eu me recordo aqui à data, em 2011, quando passou a energia. De repente todos ali tendo direito à energia, tranquilo, sem problema nenhum. A questão é, como é que a SEDAM está ali para fiscalizar, para orientar e não o faz? É a famosa ausência do Poder. Nesse ensejo, queremos dizer que nós estamos, como o colega colocou, infelizmente sobressaltados, um prazo muito curto até para se resolver as questões, a menos que saia esse prazo hoje, toda a negociação daqui saia, propomos até realmente a, igual o Deputado falou, a questão de um TAC, um novo TAC, foi feito esse TAC, volto a dizer, o Governo do Estado e o Ministério Público, eu acredito que não houve, para a elaboração desse TAC, nenhum representante da área. Ou seja, cadê a sociedade que não foi convidada a participar, para dar apoio ou questionar até essa questão. Espero que venha ser feito agora, que os representantes aqui das Linhas citadas sejam convidados a estar presentes na elaboração desse TAC para a gente poder sair desse impasse. E a regularização real, ou seja, a permanência real, é o que precisamos em toda região, certo? É a minha proposta neste momento, a participação da comunidade no TAC, como já foi proposto até pelo nobre Deputado e, de repente, a gente ter uma solução até porque nós temos investimento, nós temos investimento alto. Para quem não tem dinheiro é um investimento muito alto. É não ter para onde voltar, ou seja, se nós voltarmos realmente para a cidade, nós vamos estar marginalizados perante a sociedade porque não temos aí a idade para estar correndo em busca de empregos, que está difícil para quem tem, felicidade, para quem não tem, como a gente, é difícil, certo? Essa é minha palavra em relação ao abandono do Poder Público, certo? Espero que a gente seja convidado a participar desse TAC. Muito obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Guedes. Só queria, aqui está a relação dos convidados: AGU, Defensoria Pública da União, DNIT, Polícia Federal, Delegacia da Receita Federal, Polícia Rodoviária, Ministério Público Estadual e Federal, Eletrobras, SIPAM, CGU, PGU, Embrapa, Ibama, Faperon, Basa, Caixa Econômica, Banco do Brasil, Eletronorte, Incra. O Incra não está aqui. SPU, Energia Sustentável Jirau, Desenvolvimento Agrário. Não tem ninguém da Federal; não tem um Deputado Federal, que foi convidado também todos, não tem um Senador. É como eu falei, para falar a verdade aqui só está o Estado, através do nosso Secretário e a OAB que trouxe o... As outras demais, ninguém. Você veja, uma situação desse tamanho e foram todos convidados e não estão nem aí. Quando o Guedes fala que o povo não participou desse TAC, dessa discussão, eu me lembro da Zélia, da ex-ministra Zélia Cardoso, no tempo do Collor, na época a Zélia Cardoso falava, na época que ela era Ministra do Collor que o povo é só um detalhe, o povo realmente só era importante na hora do voto. Eu quero convidar aqui o... Mas a pessoa mais importante que tinha que estar aqui era o Vilson e se Deus quiser, nós vamos sair daqui com encaminhamentos positivos para que a gente

chegue numa solução definitiva para que... Porque sempre as coisas boas, às vezes, têm que vir coisas ruins primeiro para poder dar certo. Quem sabe se depois disso vocês não serão vistos e vão ser realmente tratados como deve daqui para frente, lá na área.

Convidar aqui o nosso, senhor Odair Gonzaga. Só pedir, que como são, a gente quer dar a palavra para todos que querem usar, a gente pediria para as pessoas serem bem diretas, bem práticas nas falas.

O SR. ODAIR GONZAGA – Bom dia a todos. Bom dia Deputado Hermínio, bom dia Deputado Dr. Ribamar; bom dia o nosso Secretário aí da SEDAM, Wilson Sales, muito bom-dia, obrigado por ter recebido nós. Hoje eu estou aqui já agradecendo as palavras do Wilson Cassiano, o nosso..., já da nossa Linha, eu estou aqui para cobrar. Para cobrar diretamente, é direto mesmo, do nosso governo, do nosso Governador. Porque quem fez aquela Reserva lá, quem fez aquela reserva foi um Governador, então, como um Governador fez outro Governador pode desfazer, pode desfazer o que ele fez, ele fez uma reserva sem estudo nenhum que nem já citou aqui o Wilson Cassiano, a nossa Associação está aqui, está aqui o registro que a nossa Associação foi criada em 1995 e a reserva foi jogada em cima de nós em 1996, em 1996, desculpa o pessoal, um bom dia para o pessoal da Linha C-01, bom dia para a Linha C-30 e um bom dia para a Linha C-10. Eu queria que as máquinas filmassem ali para Linha C-10 que nós estamos ali, nós estamos ali tem aqui em documento registrado, registrada declaração de posse de 91, tem aqui terras demarcadas pelo INCRA, em 81, 82, 83 nós temos aqui tudo aqui documentado, temos tudo documentado podemos deixar uma xerox do nosso documento na Casa, nós temos tudo documentado, aqui nós não viemos par mentir nem para driblar ninguém, nós viemos aqui só para falar a verdade, só para falar a verdade e cobrar dos nossos poderes uma decisão, já queremos logo é uma decisão nós não queremos..., estamos gastando o que não tem, estamos gastando o que não tem para encascalhar a rua para passar uma máquina para colocar energia, para colocar energia tudo nós tiramos do bolso, nós tiramos do bolso, o Governo não deu nada para nós, a Prefeitura não deu nada para nós, ninguém deu nada para nós, nós mesmos que fizemos, que fizemos, se nós tivermos que reflorestar alguma coisa nós estamos aptos a fazer isso, se alguém pegar, ceder as mudas para nós, nós reflorestaremos todinho, é pouca coisa para reflorestar também, lá a minha área de terra lá se eu plantar uma roça, eu tenho uma casa lá pequenininha, se eu plantar uma roça e for fazer uma casa grande não dá, não dá e não pretendo mais derrubar, pretendo cultivar ali naquele pedaço que eu tenho ali, naquele pedaço que eu tenho ali eu pretendo cultivar e criar minha família lá, terminar de sustentar minha família ali dentro, ali dentro. Então, eu vim aqui agradecer hoje o Dr. Ribamar, Dr. Ribamar muito obrigado por essa ajuda que o senhor tem nos dado e receber, o senhor em seu gabinete toda vez que nós precisamos o senhor está lá de braços abertos para receber nós, muito obrigado, a Linha C-10 todinha agradece ao senhor, agradece também ao Deputado Hermínio e agradece também o seu Wilson Sales, porque ele tem recebido nós também, ele tem recebido nós e tem passado algumas palavras para nós até de conforto porquê do jeito que nós estamos aí com 30 dias para sair dali, para sair dali não tem como, não tem como, se eu sair dali em 30 dias vai ser o jeito eu ir aqui para o CPA ocupar uma sala ali para eu ficar ali dentro ou então vir para a nossa Casa aqui para a Assembleia,

eu vou ter que pegar e se mudar para um desses cantos, para um desses cantos.

Muito obrigado a todos os moradores da Linha C-10, C-30, C-01 que vieram com nós, vieram com nós e aceitaram o nosso convite. Então, eu não sou um bom locutor como vocês estão falando, obrigado Dona Maria Rodrigues, Dona Maria Rodrigues, Vice-Presidente lá da nossa Linha, todos vocês muito obrigado e vou deixando por aqui minha fala. Obrigado gente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado Odair. O Vilson tem recebido bem, só não tem resolvido ainda, ele vai ter que resolver agora, agora é hora de resolver.

Passar a palavra agora ao Gilberto Pereira da Silva, que é membro da Associação dos Pequenos Produtores Rurais – ASPROLIC-10.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e senhores, temos muitos oradores, como pediu Sua Excelência Sr. Deputado Hermínio Coelho, para serem mais objetivo, tem muitos oradores.

O SR. GILBERTO PEREIRA DA SILVA – Bom dia a todos! Em primeiro lugar agradeço a Deus por estar aqui, agradecer ao Deputado Hermínio, ao Secretário da SEDAM, o Dr. Ribamar Araújo, um companheiro.

Bem meu pessoal é o seguinte, eu quero falar assim como um morador, filho de um morador. O meu pai esteve ali em 89 onde se traçou uma picada por dentro da Fazenda do Júnior do Objetivo e então ali se instalou um grupo ali para dentro quando o INCRA entrou como o Pastor Wilson falou, quando o INCRA entrou e assentou essas pessoas, então de lá, eu como testemunha de lá, eu entrei em 93. Então, desde 93 eu estou ali dentro como participante, sou um artesão. Então, o meu privilégio é pela floresta em pé, o meu privilégio é que sobrevivemos das coisas naturais dali, temos diversidade de plantas ali que vale muito mais do que você derrubar toda aquela floresta para ter uma agricultura que não vale a metade do preço do que foi derrubado. Então, falta, eu vejo na criação do Decreto que cabe todos nós ali dentro, o que falta é eles cumprir o Decreto, que se cumprir o Decreto, nós estamos tranquilos, porque nós queremos é trabalhar, nós queremos reviver aquilo ali e temos projetos para passar aquela floresta para frente, não deixar ela morrer para trás. Hoje estamos sendo invadidos, a nossa terra está sendo invadida e a gente não tem problema de buscar o recurso para parar as pessoas que estão invadido a nossa terra. O Registro da minha terra, é preservação, reflorestamento e renda sustentável e hoje a minha terra está sendo derrubada por pessoas e a gente não sabe a quem recorrer. Então, o que eu gostaria que SEDAM fizesse, era o reconhecimento das pessoas dali de dentro, faz o reconhecimento das pessoas, cria um projeto que realmente as pessoas possam caminhar junto com eles; mas não, a SEDAM aparece ali Secretário, de 04 em 04 anos para fazer isso daí que está fazendo. Hoje aqui as autoridades que nos tirou do nosso lazer, porque hoje amanheceu um dia chuvoso na nossa região; então tirou nós todos de lá para vir para cá, enquanto os personagens principais que podem nos dar a autorização, nenhum estão aqui, quer dizer, poucos estão aqui. Então, a gente não parece ser brasileiro, a gente parece ser estrangeiro. Eu estou vindo já de uma falha muito grande da Justiça brasileiro em nome do cidadão do seu próprio país, onde está dando espaço para outras pessoas de outro país, mas o seu filho, o seu povo do seu país está sendo tirado como bandido, como pessoas mal, eu estou falando isso porque eu

estou passando por várias decepções dessas por parte da Lei do nosso país. Onde um pequeno pedaço de barro, diz que é prejudicial à saúde, que ele pode morrer por aquilo. Mas, eles vão lá e fazem coisas piores, você ver aí em Minas Gerais aquele acidente lá, aquele povo não é brasileiro não e eles estão lá destruindo tudo lá e em todo lugar que um povo brasileiro se apoia para ter um recurso de vida, eles são tirados para botar uma pessoa de um outro país ali dentro. E eu tenho medo do que querem fazer realmente com aquela reserva. Há boatos que tem ouro, há boatos que tem..., há boatos que tem topázio, que têm vários. Então, se vai tirar essa população dali e vai botar quem ali dentro, porque se tirar essa população dali aquilo ali não vai viver não, aquilo ali vai morrer, todo ano vai pegar fogo, todo ano vai acontecer a mesma coisa. A minha área mesmo todo ano pega fogo, nunca derrubei uma árvore e eu tenho mais da metade já destruída, não temos condições de manter um fogo da nossa propriedade, não temos condições de fazer um acero digno, não temos máquinas, o Pastor Wilson falou, tudo que nós temos que fazer ali é do nosso bolso. Então, como eu sou um artesão e preservo a minha floresta viva, eu sou passado como preguiçoso, que não derrubo as árvores. Está entendendo? Não pode ser assim. Então, cria um projeto, qualifica as pessoas dali de dentro e vamos fazer um plano para que todo mundo viva ali dentro com dignidade, bota estrada, bota projeto, bota semente, bota adubo para aquelas pessoas plantarem, isso sim Secretário. Então, fica aqui o meu desabafo, porque o meu pai já não existe mais aqui para testemunhar um dia uma vitória dali, e toda vez Secretário que se tem uma ação dessa, pessoas morrem ali dentro, tem gente que é testemunha, pessoas morrem, pessoas tomam remédios controlados, pessoas sofrem no seu dia a dia. Hoje todos que estão aqui nesse "plenário", eles estão com uma coisa a mais dentro do coração, eles estão com abalo no seu espírito porque tem gente que tem 30 anos que está ali dentro, 30 anos que está ali dentro. Enquanto os caras ficam dentro dos gabinetes ali no ar condicionado, o cara está na juquira levando ferrada de moribundo, o cara está pisando em cobra, o cara está à mercê de uma onça, de tudo, está todo mundo desprotegido. Vamos ajudar esse povo Secretário, vamos ajudar esse povo, os Deputados, vamos ajudar esse povo. Obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado Gilberto pelas palavras. Vou dando continuidade, dar a palavra aqui para o nosso, o senhor Pedro de Oliveira Bordalo, Presidente da Central da Associação de Produtores Rurais de Porto Velho.

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA BORDALO – Bom dia. Pessoal das Linhas, a gente agradece por ter vindo; Deputado Hermínio, bom dia. Deputado Ribamar, Secretário Wilson, bom dia a todos, em nome do Deputado Hermínio, eu cumprimento toda a Mesa presente aqui. Deputado Hermínio, aquela região ali, eu conheço desde 89 quando o Gilberto falou ali, eu conheci aquilo na picada ali, tinha uns Maranhenses na C-10 que eu andava 9 quilômetros para chegar aos Maranhenses que plantavam arroz ali, eu conheço toda a região toda e desde 89, eu conheço, eu já encontrei gente ali pela central das associações. Eu quero aqui relatar, como que se cria uma reserva, Deputado Hermínio, Secretário Wilson, Deputado Ribamar, demais membros da Mesa, que se exclui uma parte de umas linhas e deixam as outras dentro da reserva? Quando foi criada a reserva ali, eles excluíram toda Linha C-25, excluíram uma parte da C-10, uma parte de dois quilômetros e a outra tem sete quilômetros dentro da reserva, excluíram toda parte da C-30 e como é

que eles colocam toda praticamente a C-10 como reserva? Os mesmos ocupantes que estavam ali na C-25, parte da C-30, estavam também na C-10, na mesma área? Porque eu conheço todas as linhas desde 89, Deputado Hermínio, já se encontravam lá, o Incra demarcado, tem lote ali demarcado com marca do Incra, processo do Incra e cria uma reserva sem fazer esse levantamento ocupacional de fato dentro da área, se fizeram ficou por debaixo dos panos, ficou pelo Incra, ficou pelo órgão do Governo, pelo ITERON, eu acho que ficou, tenho certeza que eles não contataram nenhum ocupante quando foram criar aquela reserva, foi surpresa nossa inclusive. Nós tivemos uma escola ali funcionando na C-10, a partir de 94, tinha uma escola ali, tinha uma escola que os alunos da C-10, eles estudaram na escola lá perto da nossa Companhia Peixe Frito, essa escola foi desativada inclusive, bem antes, essa escola foi criada bem antes da implantação da reserva. Então, eu gostaria de pedir sugestão para não me alongar muito, rever o perímetro da reserva, Deputado Hermínio, como proposta, seria fazer um novo levantamento ocupacional usando, inclusive, aquela ocupação lá de trás, que temos ocupações novas porque muita gente já saiu de lá pessoal. A C-10, Deputado Hermínio, foi tirado um morto lá na rede, morreu gente lá por falta de condições de entrar um carro, foi tirado na rede, nas costas, no pau, foi tirado um corpo de lá para ser enterrado aqui em Porto Velho, olha o descaso que aconteceu por esse pessoal que estão ocupando essas linhas lá. Então, proposta, eu uso como proposta da Central da Associação e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porto Velho, que seja refeito um novo perímetro da reserva Rio Madeira "B". Seja feito um novo levantamento ocupacional obedecendo a cadeia ocupatória desde o tempo que começaram, o pessoal começou a habitar, respeitando, porque já saiu gente de lá porque teve condições, já morreu gente lá dentro, crianças estão sem estudar lá dentro por falta de escola, por falta de transporte escolar. Então, sugestão da Central de Associação do Sindicato Trabalhadores Rurais, que seja feita um novo perímetro da reserva, seja feito um novo levantamento ocupacional de fato, rever o que foi feito, foi feito sim um levantamento ocupacional para criar reserva, e se excluiu essas linhas onde tinha gente lá habitando como excluiu da C-25, e da C-30, não excluiu da C-10, da C-01, da 3, da 5, porque não excluiu? Porque não excluiu esse pessoal também que estavam ocupando, foi criado aleatoriamente alguém tinha interesse nessas linhas onde foi mantido a C-25, por exemplo? Alguém tinha interesse de ir lá, olha, eu estou aqui, então, exclui de dentro da reserva e coloca os outros? Então, eu acho que é inadmissível nós penalizarmos essas famílias. Deputado Hermínio, o êxodo rural é grande demais, não temos onde colocar, terra está nas mãos dos grandes latifundiários, o pequeno agricultor que precisa de terra realmente, ele está indo para essas áreas, inclusive, onde se diz reserva. Então, eu gostaria que fosse revista a proposta da central, rever o perímetro da área, levantamento ocupacional e seja um TAC, saísse daqui um Termo de Ajuste de Conduta, Deputado Hermínio, que esperasse esse estudo para ser inserido na discussão da terceira aproximação do zoneamento para fazer realmente a exclusão dessas áreas, incorporar, sair da Zona 03, ir para Zona 01, da Subzona 1.2, excluir essas áreas, mudança de zona dentro do zoneamento e que na terceira aproximação já fosse feita essa mudança no zoneamento e excluindo essas áreas ocupadas ao longo desse tempo, muito tempo antes da reserva. Eu não queria me estender muito, eu gostaria que daqui, Secretário, a gente saísse com uma posição certa, não que tenha que acontecer outra Audiência Públi-

ca para discutir a mesma situação, não gostaria de trazer de novo, vir aqui os produtores rurais e os Deputados também, a gente agradece inclusive, o Deputado Ribamar, Deputado Hermínio pela presença, e gostaria que tivesse mais Deputados principalmente da Comissão de Agricultura eram para estar aqui, mas, a gente agradece, Vossas Excelências estão representando a Casa, mas, eu gostaria sim que nós fizéssemos esses detalhes e daqui nós fizéssemos um documento pronto, assinado com representantes das linhas, pela Assembleia Legislativa, por qualquer representante e pela SEDAM, representando o Governo do Estado para a gente resolver esse impasse lá na época. Obrigado pessoal.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado Bordalo, o problema é que esse povo é tão complicado a coisa que quando eles criam esse tipo de reserva, a lei federal é que disciplina mesmo sendo uma reserva estadual, mas precisa de alguma de lei federal aí, por exemplo, o zoneamento, a aproximação do segundo que não foi terminado ainda da terceira aproximação do zoneamento não resolveria no caso esta situação e como muitas outras que tem nesse Estado, que a maioria foi feito na época acordo, todo mundo sabe quem foi que fez esses rolos e jogou. Mas é fácil quando quer chama o INCRA, chama os órgãos federais, chama para resolver que resolve. Quem vive perturbando o povo aqui não é lá de cima do federal não, é aqui do Estado. Quem está lá pressionando e perturbando vocês é o Estado e o Ministério Público, não é o Governo Federal. Por isso que usa sempre esse argumento; não é porque é federal. A mesma coisa é dos garimpos, os garimpeiros também não podem trabalhar em paz, tudo eles alegam o Governo Federal, mas quem não deixa mesmo eles trabalhar e nem, a questão mesmo é aqui no Estado. E quando as autoridades de Rondônia querem resolver se depende de lá, vamos lá, vamos lá a Brasília, os senadores, o Governo, os deputados estaduais, o Ministério Público e vamos lá em Brasília para ver se nós não resolvemos, resolve sim. Vamos passar a palavra agora, vamos diminuir o tempo de fala por que já a Mesa todinha ainda vai ter que falar, é o Dr. Rui Carlos Freire Filho.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Conforme Sua Excelência falou agora, o deputado Hermínio, será bip aqui dado o tempo de 4 minutos.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Vamos tentar ser bem objetivo, a gente vai ser tolerante, eu gosto de deixar todo mundo falar à vontade, mas a Audiência se ela ficar muito prolongada ela fica até um pouco chata, vamos ser bem objetivos para não ficar muito chata a Audiência.

O SR. RUI CARLOS FREIRE FILHO – Meu bom dia a todos, cumprimentar o deputado Hermínio, deputado Ribamar Araújo por esta oportunidade, por esta iniciativa de reunir todos os moradores das linhas C-01 a C-30, são de linhas a cada cinco quilômetros e essas pessoas estão lá realmente a muitos anos. Todo esse trabalho que eles desenvolveram lá muitos, bem anterior a criação da Unidade de Conservação. É importante que se diga que essa unidade de conservação é uma floresta estadual e a floresta estadual é uma unidade de conservação de uso sustentável, qual que é o objetivo da floresta? A floresta estadual tem como objetivo que o Estado possa explorar a unidade de conservação, licitando então a exploração através de plano de manejo, é como ela deve ser usada. O que que ocorre? Ocorre que logicamente e aqui quero pedir desculpas

por não ter cumprimentado nem o Coronel Vilson, que é hoje Secretário da SEDAM, que na verdade até entendendo Secretário que o senhor está pegando o bonde andando, essa unidade de conservação foi criada 1996 e de lá para cá nunca houve qualquer ação do Governo para coibir as pessoas que já estavam e que continuaram entrando naquela região. E hoje passaram 20 anos simplesmente o Ministério Público logicamente exigindo o cumprimento da Lei pede que o Estado firme um TAC, Um Termo de Ajustamento de Conduta para que em 30 dias aquelas pessoas se retirem de lá, mas sabe o que eu acredito que vai acontecer? Vai acontecer que o Estado hoje se utilizando das estradas que o Estado não fez porque essas pessoas, os que me antecederam aqui, colocaram muito bem, eles fizeram a estrada para poderem entrar nos seus lotes, nas suas ocupações e hoje o Estado se utiliza dessa estrada e vai lá simplesmente notificá-los para que eles desocupem a área. E o que que eu prevejo que vai acontecer? Essas pessoas se forem efetivamente retiradas de lá outros irão usufruir das benfeitorias que elas têm nos imóveis lá. Outras pessoas vão entrar e lá e vão se aproveitar de todo o trabalho, de todo o suro que essas pessoas depositaram naquele local. E digo mais ali é uma floresta estadual como muitas outras unidades de conservação se hoje aquela floresta não foi totalmente saqueada, que as madeiras não foram totalmente roubadas, é porque essas pessoas que estão aqui defenderam a Unidade de Conservação. Defenderam o que ainda resta lá, simplesmente eu entendo que deve sim levar em consideração essas pessoas todas que estão lá e firmar parceria com eles, fazer, modificar, desafetar parte dessa unidade de conservação e possibilitar que esses moradores sejam parceiros do Estado, sejam parceiros no sentido de proteger o que ainda resta, porque daqui a 20 anos não vai existir mais nada e simplesmente essas pessoas vão ser retiradas das suas benfeitorias para que outros ocupem e isso nós não podemos aceitar. Eu represento aqui a Linha C30, mas eu estendo a minha defesa a todas as Linhas, da 01, 05, 010, 15, 20, 25 porque todos estão na mesma situação. A floresta estadual até hoje, eu acredito, não existe o conselho deliberativo da unidade, o conselho deliberativo que visa fazer o plano de manejo da unidade que possa então decidir o que realmente pode ser feito na unidade de conservação. As pessoas nunca foram chamadas, é da previsão legal que para se criar uma unidade de conservação tem que ser realizado estudos técnicos e nesses estudos técnicos ter audiências públicas com a participação das pessoas interessadas no entorno da unidade de conservação, e quantos aqui já participaram dessas reuniões? Quantos aqui foram convocados para participar para ver o que eles acham da manutenção e da exclusão dessas pessoas? Nunca ninguém foi. Então eu penso que é importante que se tome algumas providências, é importante que se crie uma comissão para estudar, fazer os estudos técnicos para viabilizar realmente a alteração dos limites da unidade de conservação para que essas pessoas estejam no entorno da unidade e possam ser parceiros na conservação dessa unidade de conservação, só assim eu vejo que é possível manter o pouco que ainda resta. É importante que se leve em consideração todos esses esforços que foram colocados lá. Eu digo que muitos aqui, passou lá o Terra Legal, Deputado Hermínio, passou lá o Terra Legal e fez a inscrição dizendo para todas essas pessoas de que elas seriam regularizadas e agora elas recebem notificação para simplesmente desocupar o seu lote? Nós não podemos aceitar. Nós não vamos medir esforços para poder defender a posse dessas pessoas e vamos regularizar essas áreas, se for necessário vamos sim entrar na Justiça porque nós não podemos

perder o que já foi feito. Quero parabenizar pelo Decreto Legislativo que embora não tenha sido a forma correta, que acabou sendo derrubado pela Justiça, mas foi uma iniciativa que realmente deu esperança para essas pessoas que hoje estão desamparadas, então é importante que a gente possa olhar essas famílias. E aqui é parte delas, existem muitas outras, existem famílias inteiras, pense cada um desses pais de família ou mãe de família que estão aqui tem uma família por trás que não está aqui mas para você ver o volume de pessoas que estão sendo atingidas. Eu sei que é muito difícil que nós saíamos hoje daqui com alguma coisa definida, mas é importante que comece a tomar algumas iniciativas, especialmente a suspensão, Secretário, dessa desocupação, a suspensão desse prazo de 30 dias porque em 30 dias nem sequer é possível eles se organizarem e arrumar outro lugar para ir. Então eu quero deixar aqui os nossos esclarecimentos, a nossa luta, dizer que nós estamos juntos e nós vamos levar isso adiante para que todos realmente tenham a sua situação resolvida e cada um possa receber o seu documento e poder ficar com a sua família nas suas áreas. Muito obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado Dr. Rui. Dizer, Doutor, que na época quando nós propusemos essa proposta de sustar o ato que foi criada essa reserva em 96 foi exatamente porque nós não tínhamos outra saída porque nós sabíamos que corria o risco de eles argumentarem a questão do vício de iniciativa, nós sabíamos, mas é como eu falei, aqui nós pegamos o bêbado e jogamos ladeira abaixo e infelizmente não deu certo. Porque infelizmente mesmo assim eu ainda discordo que a nossa ação foi inconstitucional, o problema que a Justiça muitas vezes eles julgam essa questão do vício de iniciativa de forma nem sempre correta, pelo menos eu acho que nós temos poder sim de achar que todos os atos que o Executivo fez que tem falhas, que no caso lá que foi criada essa reserva já com gente assentada lá pelo INCRA era possível sim de ser sustado pela Assembleia Legislativa, fizemos, agora se o juiz ou juízes lá entenderam que a gente não está certo e eles que estão, infelizmente fazer o quê? Mas nós fizemos a nossa parte e fizemos a pedido da população que nos pediu. O nosso gabinete está à disposição, nunca um trabalhador chegou lá e pediu o apoio para a gente se omitir, a gente sempre... A mesma coisa é os garimpeiros, toda semana eu faço isso aí para esses garimpeiros aí para dar dignidade a todos os garimpeiros, criar critérios e normas, para eles trabalharem com dignidade e gerar riqueza e imposto para o Estado e para as famílias deles. Mas a gente faz, eles derrubam, porque o governo não tem coragem de propor. O governo que deveria propor não tem coragem, aí fala que é federal, eu não vejo ninguém da área federal, nem o Ministério Público Federal, o TAC foi com o Ministério Público Estadual, não foi o Federal. Dando continuidade aqui... Mas eu estou conversando com o Secretário, além do Vilson, com o Emerson e conversando com todos, e vamos depois desta Audiência Pública aqui, talvez seja criada uma Comissão aqui também envolvendo os trabalhadores doutor, e o senhor fazendo parte também, para que a gente discuta com o Ministério Público, com todos uma forma de fazer um exemplo ali, de como é possível sim, a gente resolver aquilo ali com..., onde é bom para todo mundo, bom para o Estado, para o povo, para o meio ambiente e para todos. O que o senhor falou aí é uma verdade, botar o próprio povo para ajudar a fiscalizar e a manter o que ainda resta, e produzir as riquezas para seu sustento.

Passar a palavra aqui para o Manoel Carvalho, morador da Linha C-30, depois a gente vai passar para os companheiros aqui e as companheiras aqui da Mesa.

O SR. MANOEL CARVALHO – Bom dia aqui a todos. Cumprimento o Deputado Hermínio, o Deputado Ribamar Araújo; cumprimento o Secretário, cumprimento o Presidente da OAB; a todos da Mesa; cumprimento a todos os moradores das linhas que aqui se encontram representando as suas localidades. Eu estou revoltado com essa situação, eu quero falar que estou revoltado com essa situação da SEDAM e do Governador, porque o Governador tem conhecimento disso, que essa Reserva foi criada em cima dos moradores, que os moradores já existiam lá na época. Quando o Raupp criou essa reserva, que ele era Governador, criou para pegar dinheiro do Governo Federal, porque tinha que manter aquela área de reserva - está entendendo? - Então para pegar dinheiro ele criou reserva em cima dos moradores. Eu estou revoltado com o Governador, porque o Governador quando é na hora de pedir os votos, nós não votamos lá no Amazonas não, em Manaus, não votamos lá no Humaitá, nós votamos em Porto Velho, a nossa família toda vota aqui, e são muitos votos que nós temos aqui do outro lado do rio Madeira. Nós somos considerados, cruzou o rio Madeira somos considerados eleitor do Amazonas, não! Nós votamos é aqui, e a nossa família é grande aqui dentro de Porto Velho, nós votamos aqui, então estou revoltado. E quero dizer para o Secretário, Secretário, que com trinta dias, e outra coisa que eu vou falar aqui, que eu falo a verdade, não tenho medo de ninguém não, o que eu tenho para falar, eu falo mesmo. Eu estou revoltado com essa sua intimação, de o senhor mandar várias viaturas, caminhonetes, mais de 4 ou 5 caminhonetes em uma linha, o monte de policial, chega intimidando a gente, e a gente está trabalhando, que nem eu que estava dentro do curral, tratando de um bezerro que estava querendo, com problema lá de saúde, um monte de policial lá armado tanto da Ambiental como da PM, chega aquele monte de viatura intimidando a gente, eu não acredito! Esses caras estão ganhando diária para fazer esse monte de viatura, Secretário? Eu estou indignado com isso aqui. E esse prazo de 30 dias. Outra coisa que estou revoltado aqui, indignado com é com a presença desses órgãos que foram intimados para estar aqui nesta Audiência Pública, vários órgãos, o único órgão que veio aqui hoje, foi o Presidente da OAB, representando o órgão da OAB, os outros órgãos nenhum vem, nenhum vem, nenhum outro órgão veio aqui representando aqui. O Ministério Público sabe manter uma decisão para tirar nós de lá, o Ministério Público sem saber o que nós temos lá. Outra coisa que vou lhe falar, os seus funcionários lá da sua Secretaria, eles chegam lá no meu lote, notificam o proprietário do lote que 'possui uma casa de madeira, residente no local'. É só isso que eu tenho lá no meu lote, Secretário? É só isso que eu tenho no meu lote, uma casa de madeira? O senhor não foi lá e eles não anotaram o que era para anotar. Eu tenho pasto formado, eu tenho gado que eu tenho que eu crio lá dentro, eu tenho pé de seringueira, eu tenho um pé de Castanheira plantado por um morador antes de mim que está florindo, que está produzindo, e isso aí não foi colocado aqui, não foi anotado aqui. Quer dizer que para o Ministério Público e para sua Secretaria eu só tenho essa casa velha de madeira lá? E o meu suor que eu derramei para fazer minha cerca? O meu suor que foi plantado as coisas que eu tenho produzindo lá, que produz cupuaçu, produz vários tipos de coisas, macaxeira, todo tipo de produção que eu tenho? Agora, o senhor manda seus policiais lá, e o cara bota na notificação que eu só tenho

essa casa velha lá? Vocês vão querer o que com isso aqui? Eu estou revoltado com isso. O Governador só quer voto na época da eleição, está entendendo? Agora eu fico aqui, tenho um documento aqui que diz: “foi criado a Reserva em cima dos moradores em 96”, que ele criou a Reserva, esse senhor já morreu lá, o irmão dele já morreu, lá dono dessa terra, ele pediu a regularização da terra dele em abril de 96 - está entendendo? - Em abril de 96. Outra coisa, o Terra Legal, está aqui “Regularização Fundiária Programa Terra Legal”, perguntou desse senhor aqui que mora lá, desde que ano o senhor mora aqui? Ele botou aqui no documento desde 1990, que ele está lá na área. E como é que o cara faz um negócio desse, cria uma reserva em cima dos moradores? Olha, a SEDAM hoje em dia, você tem um negócio do... Que a SEDAM hoje era para fazer sabe o quê? Era para pagar, era para nos agradecer porque nós formamos um cinturão de proteção para aquela reserva, se não fôssemos nós, não tinha madeira, não teria mais nada ali. Porque eu não deixo o cara entrar no meu lote, na frente do meu lote, na frente do meu lote para tirar madeira atrás de mim. Nós temos Reserva estadual que nós estamos dentro e depois de nós termos da Federal, do ICMBio... Se eu não estivesse lá, era para vocês agradecer e pagar nós, porque nós formamos um cinturão de proteção para aquela Reserva. Então era isso que eu queria dizer, Secretário. E esse prazo de 30 dias não é que nem o seu funcionário foi lá e botou que eu tenho uma casa velha de madeira não. Eu tenho suor derramado e muitas coisas plantadas lá dentro. Eu fico indignado com isso aí. Eu agradeço a presença de todos e é só isso que eu queria falar.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Manoel. Agora eu vou passar a palavra para o pessoal da Mesa. Chamar a nossa companheira Maria Rodrigues das Chagas, Vice-Presidente da Associação de Pequenos Produtores Rurais – ASPROLIC 10.

A SRA. MARIA RODRIGUES DAS CHAGAS – Bom dia a todos. Primeiramente eu quero dizer a vocês que eu não entendo muito bem de lei, eu entendo de trabalho. Eu sou filha de seringueiro, nasci na agricultura, me criei na agricultura e eu quero deixar aqui o meu repúdio como mulher, como agricultora e como mãe. Desculpa eu não cumprimentar vocês, porque eu não sou muito formal. Eu sou meio cara de pau mesmo, o que eu tenho para dizer, eu digo. Então, primeiramente, quando nós fomos morar nessa Linha, nós não tínhamos estrada para entrar. Nós entrávamos empurrando uma caminhonete, uma hora nós empurrávamos o carro, outra hora o carro empurrava nós. Eu abri mão do meu filho no colégio, para aqui deixar meu filho na rua para estudar para eu poder trabalhar no sítio, para criar meu filho aqui na rua. Meu filho com 06 anos de idade, eu abri mão disso. Agora, vem o cidadão e diz: ‘não, aquilo ali é uma Reserva’. Desde quando sapé serve para Reserva, para você viver de extrativismo? Você vai extrair sapé para quê? O que é que se faz com sapé? Porque é isso que nós temos lá. Nós cuidamos daquilo ali todos os anos, que nem o rapaz falou, pega fogo, a gente só falta morrer no meio da fumaça para proteger o quê? E hoje, o que é que nós temos como garantia? Simplesmente o cidadão chega: ‘vocês têm 30 dias para abandonar o local, peguem suas coisas e sumam’. E o que nós vamos fazer? O que nós estamos fazendo naquele lugar? Nós queremos, nós não estamos pedindo esmola, nós não estamos pedindo favor, nós queremos o que é nosso por direito. Nós queremos dignidade e trabalho. Nós queremos documento na mão para nós podermos trabalhar. Nós não po-

demos fazer um financiamento, nós não podemos fazer um empréstimo no banco para nós comprarmos uma máquina para trabalhar, por quê? A primeira coisa que eles pedem, ‘mas cadê o documento da terra’. Que documento nós temos? Uma carta do Incra que para muitas coisas eles falam: ‘isso aqui não tem valor legal para fazer financiamento, para vocês conseguirem o que vocês querem’. Então, a partir do momento que for decidido isso aqui, primeiramente o que nós queremos, todos os moradores de todas as Linhas, eu acho que é nosso por direito o documento da nossa terra na mão. Nós queremos a demarcação das nossas terras, porque se nós não temos o documento da terra, como é que nós vamos provar que aquilo é nosso? Como é que nós vamos impedir que a pessoa entre por detrás do nosso lote, que nem estão fazendo? Eu posso ser multada no meu lote porque o pessoal está entrando por detrás do meu lote. A minha reserva praticamente acabou. Agora, eu vou pagar pelo erro dos outros? Não. Eu estou lá, eu quero viver daquilo lá. Eu tenho o meu filho na faculdade, é lá que eu trabalho para pagar o trabalho do meu filho, de Medicina. Então, se eu sair de lá, quem é que vai pagar a faculdade do meu filho? Quem que vai me ajudar? O Ministério Público vai bancar a faculdade do meu filho? Vai bancar meu filho aqui na rua para eu continuar aonde? Aonde eu vou botar minhas coisas? Eu não tenho residência na rua. Eu não tenho nada. Nós só temos a pedir a vocês que cobrem do Poder Público, do Ministério Público, que veja a nossa situação e dê documento das nossas terras. Muito obrigada.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Era bom que estivesse algum deles aqui para ouvir a senhora falar isso. Parabéns pela fala. Foi a primeira mulher que falou e falou melhor do que todos os homens que tinham falado antes. Agora vamos passar a palavra agora para o nosso Antônio Fortunato de Oliveira Neto, Coordenador Geral de Gestão Patrimonial Imobiliário do Estado.

O SR. ANTÔNIO FORTUNATO DE OLIVEIRA NETO – Cumprimentar o Excelentíssimo Senhor Deputado Hermínio Coelho; Deputado Ribamar Araújo. Cumprimentar o nosso Secretário Vilson de Salles, e através dele cumprimentar toda a Mesa aqui presente; cumprimentar meu amigo Calmon, em quem eu cumprimento todos os presentes. A minha fala é curta, muito curta. Enquanto Diretor Patrimonial do Estado, nós cuidamos de todo patrimônio que pertence ao Estado. E toda definição que nós vamos dar ao patrimônio imobiliário, nós colocamos para apreciação da Assembleia Legislativa, o que a Assembleia autorizar a gente faz, se a Assembleia não autorizar nós não fazemos de acordo com a Lei 4.320. Com regularização como falou a senhora aqui, regularização de terras para os moradores lá, essa terra é de domínio da União, eu não posso dar um pedaço de terra porque ainda é da União, o Estado pediu essa terra para o Estado de Rondônia, na realidade tem um processo e foi autorizado, se não me falha a memória o Cel. Vilson pode até me corrigir essa terra está cedida para responsabilidade do Estado, ou seja, eles passaram para que o Estado cuide dela, trate dela, fiscalize ela, eu até fiz um comentário que o ideal seria que o IBAMA cuidasse porque tiraria a responsabilidades do Estado, seria só o INCRA que iria cuidar. Hoje, para doar e regularizar qualquer espaço, metro quadrado de terra, teria que estar aqui presente como o nosso Deputado falou, o INCRA, o Terra Legal e a Superintendência de Patrimônio da União, seriam as melhores pessoas para falar sobre Regularização Fundiária para os moradores. Eu hoje não posso tratar, mesmo sendo Órgão Estadual que trata de Regu-

larização Fundiária Urbana e Rural, nesse caso, eu não posso mexer, porque o domínio da terra não é do Estado, o domínio, é da União, no entanto, ela está cedida para responsabilidade do Estado. Com relação à Lei de Criação de 1996, com relação a distribuição das pessoas que lá residem e com relação a solicitação para desocupação tão somente é o Cel. Vilson quem vai poder responder a todos vocês, porque a responsabilidade de fiscalização de todas as 42 Unidades de Conservação Estadual é tão somente da SEDAM, agora, se chegar a uma definição que a Unidade de Conservação ai ser remediada o seu perímetro, se vai ser diminuído o seu perímetro, se vai ser retirada dessa nova unidade que vai ser criada através de Lei, se isso vir acontecer e for incluída essas famílias no Programa de Regularização Fundiária automaticamente o patrimônio da União passar para o Estado de fato e de direito, aí o trabalho é nosso de regularizar para as famílias com a nossa equipe de Regularização Fundiária Rural, a gente está disposto a trabalhar, no entanto, tudo isso é um trabalho que demora e leva tempo, de antemão vai ter que se resolver o problema do TAC, resolvendo esse problema do TAC com o Cel. Vilson, o Ministério Público para resolver esse problema desse prazo aí eu concordo no caso com a proposta do nosso nobre Deputado que seria discutir um novo TAC com o Ministério Público, um novo prazo, ou o que faria. E aí nessa proposta do novo TAC colocasse, haveria uma remarcação ou não disso aí, agora, tudo isso tem que ser definido juntamente com quem fez o primeiro TAC e definido com o nosso Secretário da SEDAM, claro, que juntamente com isso vai ter que envolver os responsáveis pelo domínio da terra que é IBAMA, INCRA, SPU, Governador do Estado, a minha parte é essa. Agora, no dia que disser, vamos passar para o Estado, tome responsabilidade, regularizar. Aí eu assumo, aí a gente vai regularizar; fora isso, as perguntas mais complexas referentes a área, hoje, no momento, será com o Cel. Vilson. Deputado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado Antônio pela fala, e é exatamente isso, que a gente sabe que realmente essa situação é complexa, mas, se o Estado, se o Estado, o Governo do Estado abraçasse a causa, abraçasse a causa nesse Projeto, porque aqui ninguém está defendendo para ninguém destruir nada, eu sou defensor também do meio ambiente, de tudo do meio ambiente, rios, florestas tudo, se o Governo abraçar a causa e levar isso, tanto o INCRA, porque o INCRA tem o rabo preso na história que assentou o povo lá antes mesmo, e o INCRA não vai dificultar, esses outros órgãos que você falou, ninguém vai. Se o Estado chegar lá e disser, o que depender da União o Estado chega lá: “olha, eu tenho três mil famílias nessa situação, nós temos essa proposta aonde essas famílias vão conviver com o meio ambiente, vão ajudar a proteger”. Eu quero ver a União não fazer, o problema é que o Estado leva é o contrário, o Estado leva é a polícia, ou então chega lá vai ter um monte de bandido ou de invasores lá querendo acabar tudo lá na Amazônia. É a história que ele chega lá em cima, porque se chegar companheiro com essa proposta o Governo Federal não vai dificultar os órgãos federais não vão dificultar eu tenho certeza que não, nós não temos problema com os órgãos federais, infelizmente, o Estado é que não..., o Estado parece que tem medo de discutir as questões ambientais do Estado e o nosso Estado precisa sim explorar de forma sustentável as riquezas que nós temos, precisa sim porque senão a gente nunca vai ser grande.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Presidente, Deputado Hermínio. Só registrar a presença do

Excelentíssimo Senhor Presidente desta Casa, Deputado Maurão de Carvalho.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Nosso Presidente Maurão, obrigado Deputado Maurão, estava em outra reunião, mas chegou agora e chegou na hora boa. Aqui nós temos que fazer o nosso Secretário resolver tudo aqui para nós, assumir, assumir pelo Estado, o Estado vai fazer a parte dele e nós Deputado Maurão, porque se for possível, foi bom que o Presidente chegou aqui, Deputado Ribamar, eu já proponho, já vou adiantando aqui, negócio de despesa, por exemplo, vamos fazer comissão aqui do Estado, dos Deputados, Ministério Público e quem quer que seja, junto com vocês, se tiver que ir em Brasília, se tiver que ir no Papa, se tiver que ir no Trump ou no antigo, aonde tiver que ir para resolver; a Assembleia, porque sempre muitas coisas aqui no Estado que foi resolvido, como a suspensão da dívida do BERON e outro, até a própria transposição, alguns trabalhadores que foram transporto, tive muita a participação da Assembleia, quando junto todos os 24 Deputados vão em Brasília e uma causa boa Vilson, se tiver qualquer situação em nível federal que atrapalhe esse processo, vamos juntar todo mundo aqui, a Assembleia banca se for possível a despesa, não é isso Deputado Maurão? Para que a gente destrave tudo isso. Eu vou passar a palavra agora para o Dr. Adilson de Oliveira Silva, representando da OAB. E vou pedir para o nosso Presidente assumir aqui.

(Às 11 horas e 01 minutos o senhor Hermínio Coelho passa a Presidência ao senhor Maurão de Carvalho)

O SR. ADILSON DE OLIVEIRA SILVA – Bom dia a todos. Eu cumprimento o Excelentíssimo Senhor Deputado Hermínio Coelho, que está presidindo esta Audiência e sobretudo, os demais componentes da Mesa e os presentes aqui nessa reunião tão importante. Eu quero deixar claro para vocês, enquanto é representante da Comissão de Direitos Humanos da OAB, que a OAB, ela faz questão de se tornar presente em todos os atos que estejam ligados a questão de possibilidade de lesão de direitos coletivos, isso não pode ocorrer. Então, a OAB, ela entende que como se trata de direitos sociais, sobretudo, direito a habitação, a gente precisa de forma assim, sobretudo, apaziguadora, elastecer esse prazo de 30 dias, que é um prazo bastante exíguo para se discutir uma questão tão importante assim, como o nosso Excelentíssimo Senhor Deputado disse anteriormente, que primava pelo “elastecimento” da prorrogação desse prazo. E também, nós entendemos que considerando que essa Audiência tão importante e que se faz ausente figuras importantes do meio público, como Ministério Público, SPU, e o INCRA como foi já aventado aqui por diversas autoridades presentes. Isso torna inclusive prejudicado uma decisão final desse assunto. Então, eu como representante da OAB, eu vou levar esse assunto para nossa comissão para que seja deliberado com relação ao seu acompanhamento, sobretudo, a questão de apoiar essas pessoas tão sofridas, consideradas, sobretudo, sobre o ponto de vista constitucional como vulneráveis. Aqui fica a palavra da OAB e dizer que nós estamos com vocês no sentido de assegurar os direitos de fuso e coletivos quando ela for acionada. Obrigado a todos.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Eu quero aqui cumprimentar a todos, nossos amigos, pessoas que estão nesse plenário. Neste momento em defesa de continuar fazendo o teu trabalho naquilo que vocês já vêm há anos lu-

tando. Quero aqui cumprimentar a todos vocês; cumprimentarmos o Vilson, o Secretário da SEDAM, espero Vilson, que depois que ouvir todos, nós vamos ouvir agora representantes das Associações, já ouvimos representante da OAB, obrigado aqui pela presença. Depois eu também vou falar um pouco, Deputado Hermínio, quero aqui parabenizar pela Audiência Pública proposta por ele, o Deputado Ribamar que acompanhar também o trabalho e a vida de cada um de vocês já de alguns anos e sempre foi um Deputado, sempre um grande defensor, tem lutado para que pudesse regularizar a situação de vocês e a grande maioria dos Deputados entende a situação de cada um de vocês, que são as de vocês, Minas Novas, nós temos hoje problemas na região de Cujubim, de algumas reservas que já não são reservas, são áreas que são produtivas, que tem praticamente 90% das suas áreas já desmatadas e que precisam ser regularizadas. Que existe hoje um projeto que é o zoneamento, que é o que resolve de uma vez por toda a situação de cada um de vocês que é votando e aprovando e fazendo as alterações que devem ser feitas no zoneamento, que nós temos cobrado da SEDAM, do Governo do Estado, sabemos que está andando em passo muito lento, mas a Assembleia tem cobrado isso do Governo, porque entende que aqui é o lugar de se resolver e fazer as alterações e que possa definitivamente a situação de cada um de vocês. Esta Casa é favorável e todos os Deputados concordam e estão ansiosos esperando esse Projeto que chega nesta Casa, para que a gente possa fazer essas alterações e deixar que as pessoas que queiram trabalhar como vocês, que queiram produzir, possam trabalhar. E isso é o compromisso que nós temos, o Ministério Público entende isso que a única Casa e o poder que pode fazer essa alteração na Lei e que pode regularizar a situação de cada um de vocês, é a Assembleia Legislativa, depende sim, Secretário Vilson, que esse Projeto chegue o quanto antes aqui, o quanto antes nesta Casa, que aqui, nós vamos analisar todas as áreas que são produtivas, que tem famílias que moram. Nós temos áreas de reservas que as famílias já moravam, o Governador, hoje Senador Raupp, depois decretou ser uma reserva, por exemplo, Minas Novas, outras áreas que nós temos por aí, elas, as pessoas já moravam e depois veio a reserva por cima. E isso, nós vamos fazer alteração nesta Casa, assim que esse Projeto chegar aqui e o Ministério Público que hoje faz as notificações, que pede para que vocês deixem a área, depois eles mesmos entendem que a Assembleia tem o poder de votar essa alteração no zoneamento que é o Projeto que está para chegar aqui para que a gente possa fazer todas essas mudanças e resolver definitivamente a situação de cada pessoa que estão realmente querendo trabalhar, produzir para o povo do nosso Estado. E isso, nós vamos fazer Dr. Vilson, e queremos de Vossa Excelência o quanto antes que esse Projeto chegue aqui, que eu sei que o senhor chega lá o Ministério Público notifica e aí se você não for cumprir, pode sofrer a penalidade da Lei, mas com a regularização nossa, com o zoneamento aqui, o senhor não vai ter esse problema mais. Então, o que a gente quer? Que esse Projeto seja acelerado venha quanto antes para esta Assembleia, que no início deste ano, se não der para chegar este ano pelo menos no início do ano que vem, esse Projeto chegue aqui e todas essas alterações, nós vamos fazer e vamos dar tranquilidade para que a SEDAM, os órgãos fiscalizadores não vão ter mais problemas, porque a Assembleia vai estar regularizando e definindo todos os pontos que precisam ser feitos. Isso já foi feito... eu entendo e sei disso, Minas Novas, há dois, três anos, teve o despejo para tirar todo o gado, para tirar todas as famílias, para tirar todas as pessoas, o Ministério Público determi-

nou até hoje também não tirou, até porque não tira assim de qualquer jeito, como é que vai chegando lá e tirar aquelas famílias de lá? Pedir, oficializar é fácil, mas ter uma estrutura, ter tudo isso para tirar e levar essas famílias e deixar na rua, isso não é fácil, e tenho certeza que o Governo do Estado, jamais vai fazer isso também porque entende e sabe da importância também das famílias que moram e que trabalham nessas propriedades que hoje a tanto tempo vocês estão batalhando por ela. Ele está fazendo o papel dele, eles são ausentes, mas eles estão notificando, estão fazendo o dever de casa deles que eles têm que fazer, isso é o dever de casa deles. Agora veja bem, quem tem que contestar, e quem têm que cobrar é a Assembleia, porque é o único poder que pode fazer essas alterações, é o único poder que pode fazer essas alterações, agora, nós precisamos do Executivo, que o Executivo mande também, entendendo... viu secretário, entendendo que só vindo esse Projeto, para cá, que com isso, nós vamos alterar Dr. Ribamar, é Deputado já alguns mandatos aqui, nós já fizemos isso gente lá em Nova Mamoré. Nova Mamoré eles queriam fechar a cidade, que é o distrito hoje de Nova Dimensão. Bandeirante quantas vezes foram pessoas presas, foram fechados não deixavam entrar nem alimentação por que também o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual não deixava as pessoas levarem nem alimentação, tomava até ferramenta, motosserra, enxada, foice e foi resolvido com o que? Com o zoneamento, agora é uma luta que vocês têm que continuar fazendo o que vocês estão fazendo batalhando, buscando o apoio que vocês estão tendo aqui hoje da Assembleia Legislativa. Nós estamos falando aqui e eles estão assistindo lá. Nós tivemos, por exemplo, o deputado Ribamar trabalhou muito nesta área também ali na Minas Novas, na região do Abacaxi e do Ferrugem foram despejados, o povo foi preso pela polícia Federal, pela polícia nossa estadual e isto tiraram eles de lá e esta Casa, através das nossas Audiências Públicas, eu e o deputado Ribamar, mais os deputados, nós colocamos de volta, estão lá trabalhando até hoje e vai ser regularizado, ainda não foi regularizado 100% não. Foi feito um TAC com o MP, foi feito um TAC para manter eles lá, mas regularizado agora definitivamente vai ser com o zoneamento aquele pessoal lá de Minas Nova, que é a linha do Ferrugem e do Abacaxi. Então nós já tivemos esses debates aqui por várias Sessões e Audiências Públicas e grande maioria deles foram resolvidos. Nós tivemos no começo a 429 que aonde deputado Lebrão é o deputado por lá, nós tivemos uma área por área verde e muitas vezes eles estavam sendo notificados pelo SEDAM, pelo IBAMA, pelos órgãos que controlam e sendo despejados. Hoje aquelas famílias foram todas regularizadas, foi esta Casa que regularizou com o zoneamento, só o zoneamento que pode fazer alteração e dá legalidade para que vocês possam continuar morando. Enquanto isso Secretário eu queria pedir a vossa compreensão e o senhor tem feito isso e tem ouvido muito os nossos pedidos, para que protelasse esses 30 dias, protelasse 30 dias e acelerasse esse projeto, que é o zoneamento deputado Hermínio, para que venha o quanto antes para esta Casa para que a gente possa fazer esta alteração e regularizar definitivamente a situação destas famílias. Então eu queria pedir em meu nome como deputado, em nome do deputado Hermínio que é o proponente desta Audiência, deputado Ribamar que é um dos grandes defensores, também e tem acompanhado de perto esse projeto para que o senhor amenizasse, conversasse com o Ministério Público se fosse preciso. Eu vou com a Dra. Aídeê, com o Procurador Geral do MP, Dr. Airton, que é uma pessoa também muito equilibrado, de bom senso, para que... Nós já estamos no final do ano, já

chegando na época de festa de dezembro e janeiro não temos Sessão, mas em fevereiro nós voltamos a Sessão e que em fevereiro quando voltar o zoneamento esteja aqui e a gente possa poder apreciar, discutir e fazermos essa alteração e podermos regularizá-lo e você não ter problema lá na SEDAM, eles poderem trabalhar e nós podermos dá essa liberdade para que ele possa ter o direito e a vontade dos que eles querem que é somente trabalhar. Então deputado Hermínio eu quero se for preciso Vossa Excelência criar uma comissão, deputado Ribamar que já fez parte de outras comissões, depois a gente conversar com a doutora Aideê, que é a Promotora responsável pelo Meio Ambiente, conversar que essa reserva é estadual, então está sob autonomia do Ministério Público estadual e conversar com o Dr. Airton, pedir para protelarmos porque a Casa tem um interesse total de fazer essa alteração e vai fazer, por que a Casa tem poder para isso, e aqui é um consenso da grande maioria dos deputados fazermos esta alteração para que eles esperem e protelem este ano até pelo menos fevereiro, não aperte aqui o Secretário da SEDAM, se for preciso o Vilson fique nessa reunião com eles e a gente poder ganhar esse ano Presidente, ganhar esse prazo até que esse projeto chegue que aí o Vilson, como Secretário ele tem como acelerar quem é que ganhou, quem é que está cuidando disso para que esse projeto chegue o quanto antes e as alterações sejam feitas por aqui.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Senhor Presidente é importante que agora já chegando ao final da audiência nós vamos aqui fazer os encaminhamentos, mas é importante ouvir o Secretário porque foi citado aí que algumas coisas aí dependem de legislação até, talvez, federal, precisa de envolvimento de alguns órgãos federais aí no processo. Por que tudo que for feito aqui é importante que seja feito vindo do Estado, vindo do Executivo para a Assembleia só aprovar. Por que se for para a gente fazer, para a gente propor, deputado Ribamar, a própria legislação para depois eles entrar... Presidente, como eu estava falando que o importante é que a gente aqui, inclusive eu encaminhei um documento esta semana para o Secretário até propondo uma sugestão, uma proposta para a questão principalmente dessa situação aí desse pessoal, mas que venha tudo que venha, venha do Executivo junto com a Assembleia, porque se for só para a gente fazer eles vão fazer de novo como fizeram todas as vezes que a gente faz aqui com relação essas situações e todos os locais que foram feitos, eles sempre entram na Justiça e derrubam. Por isso é importante que aqui está o Vilson, e a gente convença o Governo de ele abraçar a causa. Essa questão dos 30 dias, vamos criar a Comissão aqui, vamos lá ao Ministério Público, junto com o Estado, que o Estado tem que estar na frente. O Estado, o Executivo tem que estar à frente dessa situação. Aí sim é lógico que a gente vai prorrogar e achar uma saída, que saída têm várias aí, como muitos já falaram aí, a gente já tinha colocado aqui como proposta, eles mesmos, essas famílias lá vão até ajudar a manter o que ainda tem. E se for preciso reflorestar beiras de rios, e igarapés que foram desmatados que faça, a gente vai fazer, a população, os trabalhadores fazem. Têm mil meios de a gente resolver de forma tranquila, justa e servir de exemplo para o restante do Estado e até do Brasil. Por que a questão é a seguinte, Secretário, o problema que sempre os governos, quando o Governo Federal fez essa negociação como o Governo de Rondônia em 96, tanto aqui nesta área como em outras áreas, era exatamente para compensar desmatamento que teve em São Paulo, que teve em Santa Catarina, que teve em Goiás, que teve em Mato Grosso, aí botava Rondônia e Amazônia quase

toda como compensação. Por isso, que... E hoje, o próprio Terra Legal, o problema é os Estados é que não têm dado, não têm feito a parte deles, mas o próprio Terra Legal tem sido muito, não tem dificultado essa situação de rever e de legalizar. Não tem, Deputado Ribamar, eu não conheço uma situação que o Terra Legal tenha sido o problema. O problema tem sido o Estado que não tem coragem e nem interesse de resolver. Por isso, a gente quer, Vilson, a gente quer e se for preciso Deputado Maurão, vamos ao Governador, juntar aqui os Deputados junto com Vilson, vamos ao Governador para que ele abrace essa causa. Essa causa é muito nobre, muito justa, e não pode, jamais a gente tem que discutir aqui, pensar em possibilidade, nem que seja mínima de essas famílias saírem de lá, não tem como essas famílias saírem mais dali.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Deputado Hermínio, vou passar aqui para o Presidente, só para fechar aqui a sua fala. É o seguinte, com o zoneamento, o Governo mandando, que já está contratado, que já está sendo trabalhado, eles chegando aqui, as alterações quem pode fazer e a Assembleia. O que é que nós precisamos? Que o zoneamento chegue, a Lei do Zoneamento chegue para Assembleia, chegaram aqui às alterações quem vai fazer é o Poder Legislativo, então...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Deputado Maurão, mas o zoneamento, a informação que eu tenho é que o zoneamento em si próprio não resolveria essa situação. Por isso que eu quero ouvir o Secretário para que a gente não saia com dúvida daqui.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – (Presidente) - Depois o Secretário vai falar, está bem. Vamos ouvir aqui o Gilberto Barbosa Filho que é Presidente da Associação do Produtor Rural, com a palavra.

O SR. GILBERTO BARBOSA FILHO – Bom dia a todos. Gostaria de agradecer aqui ao Deputado Hermínio Coelho, parabenizá-lo por esta Audiência, essa iniciativa maravilhosa de estar querendo ajudar com que a gente consiga permanecer na área. Eu coloco para vocês aqui companheiros, que realmente a grande fortaleza está aqui presente, se não for o produtor rural, como mostra aqui nessa área essa área na C-3, fica logo depois da C-2, na C-1 você vai direto, lá naquela casa preta, ali nós já estamos produzindo, só complementando, quero agradecer ao Deputado Ribamar Araújo, que é um grande Deputado que atua nessa área da agricultura, e o Presidente Maurão de Carvalho que nunca mediu esforços para que esteja junto com a gente dentro desta luta. E aqui está passando algumas imagens lá da C-3, que realmente está produzindo. Então não é justo que uma plantação dessas, onde o pessoal já está tirando o produto, colocando o produto na mesa dos rondonienses, seja tirada e seja considerado como invasor e como bandido. Então hoje, nós estamos aqui, eu gostaria só de citar uma passagem que o poeta diz assim: “E chegaram os navegantes, transaram índias civilização, se embrenharam nas matas virgem natureza invadir o chão”. Isso aconteceu dia 22 de abril de 1500. Então, a história de invasão, de ocupação vem de 1500. Quem for bom de matemática veja quantos anos se passaram e o que foi feito de 1500 para cá para acabar com essa questão de invasão. Precisaria que o Governo tivesse políticas públicas sociais para manter o produtor rural na sua área, com escola, educação e que real-

mente ele consiga produzir com implementos agrícolas e com tudo que realmente precisa. Muita gente já falou vários assuntos aqui, então não é interessante repetir. Na minha pauta estão algumas dessas falas. Eu gostaria aqui de parabenizar mais uma vez o Deputado Hermínio porque quando ele fez esse Decreto Lei, que derruba o Decreto 7.600, gostaria de dizer ao Ministério Público se a atitude do Governador na época foi ilegal, infringiu a lei, se a ocupação foi mansa e pacífica e se na década de 1990, a maioria dos lotes foram marcados pelo Incra, quando a região começou a ser colonizada, sem qualquer tipo de conflito e hoje, exercemos ainda nossas atividades agrícolas. E se a lei é para todos, por que também não fazer com que o Governador cumpra também o que foi determinado? Se ele errou, ele vai ter que pagar pelo erro dele. Se ele criou essa floresta, foi indevida porque a Lei, eu li nos autos que realmente está errado. O Governador jamais poderia ter criado essa área, essa floresta, porque a lei não permitia, porque a época é desde 1990. E outra coisa, não haveria possibilidade também, em último caso, de ceder para a gente o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso até definição e atualização da 3ª Aproximação do Zoneamento Socioeconômico do Estado. Então, aqui fica, só gostaria de dizer que o Incra do nosso Estado, vocês têm notícia de qual foi o último título que ele entregou? Então realmente é uma entidade que infelizmente está falida, que já foi orgulho, não só para o Estado de Rondônia, mas também para todos os brasileiros. E hoje o que acontece? Está sucateado. O Ibama, durante 20 anos cobrou a reposição e não tem notícias desse dinheiro, aonde foi aplicado. Na época que teve uma reunião aqui sobre meio ambiente e questionamos junto à Ministra, aonde foi aplicado esse dinheiro da reposição e ela simplesmente não respondeu. Então, o Ibama cobra, chega com autoridade, com policiais já com muita arma, prendendo equipamento dos produtores que estão lá com sua família, não respeitando nem as donas de casa que estão lá também junto com a gente, trabalhando. Então, portanto, há de se fazer uma política justa e honesta acima de tudo e acabar com a questão de repressão. O Ibama deveria, acima de tudo, fazer uma orientação de educação ambiental, ir lá com a gente, ser nosso parceiro e não tratar a gente como bandido. Eu gostaria de saber aqui do Secretário Vilson Salles, a respeito das dragas, onde foi liberado para trabalhar e sabemos que a atividade causa danos ao meio ambiente, não só aos peixes, também para os seres humanos e assim foi liberada. Gostaria de saber quais foram os critérios, se usou algum critério para os trabalhadores, que eu não tenho nada contra trabalhar, estão usando dois pesos e duas medidas? E por que é que nós que estamos ali, não estamos denegrindo o meio ambiente, não estamos agredindo o meio ambiente, estamos perto de ser expulsos? Por que também não nos dá o direito de permanecer na terra e tentar, de uma forma ou de outra, dar melhores condições de vida para as nossas famílias? Fica aqui o meu muito obrigado.

(Às 11 horas e 25 minutos, o senhor Maurão de Carvalho passa a Presidente ao senhor Hermínio Coelho)

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – O nosso Secretário Vilson tem um compromisso em Ariquemes. Ele pode ficar no máximo, aqui, até as 12:30 horas. Ele é o cara aqui nesta Audiência! Nós não podemos deixar ele sair daqui sem resolver, sem deixar mais ou menos encaminhado aqui algumas situações. Eu vou, quem é que falta falar aqui na Mesa, que quer falar?

Então, agora, eu tenho inscrito aqui só o nosso Secretário e o nosso Deputado Ribamar. Quer falar primeiro, Deputado Ribamar?

Nosso Secretário Vilson está com a palavra. Quer falar aqui ou na tribuna? Falar aqui, não é?

O SR. VILSON DE SALLES MACHADO – Bom dia a todos os senhores e senhoras. Bom, nós vamos falar aqui algumas palavras sobre a Reserva Rio Madeira B, as informações que o Executivo tem, a SEDAM, e procurar sugerir alguns encaminhamentos que na verdade, senhores parlamentares... Bom, vou direito ao assunto, mas primeiro agradecer aqui ao Deputado Hermínio Coelho e quero agradecer também ao Presidente Maurão de Carvalho, ao nosso Deputado Ribamar Araújo, que já esteve conosco várias vezes tratando dessa temática; ao nosso colega Antônio Fortunato, Coordenador Geral de Gestão Patrimonial; Dr. Adilson de Oliveira, representante da OAB; ao senhor Gilberto Barbosa Filho, Presidente da Associação; a senhora Maria Rodrigues das Chagas, Vice-Presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais; ao senhor Samuel Ferreira da Silva, Presidente da ASPRONIA; também agradecer a presença do nosso técnico da Secretaria o Jorge Lourenço Técnico da Coordenadoria de Unidade de Conservação e também alguns outros, outras pessoas que estão presentes que já recebemos no gabinete como foi o caso do Dr. Rui, mais uma comitiva de moradores lá da Rio Madeira "B". Bom, o que nós vamos falar aqui, foi aquilo senhores Parlamentares que nós falamos por ocasião de uma reunião que nós tivemos na SEDAM, acredito eu, que uns 15 dias não estou lembrado, que essa reunião estava também presente o Dr. Rui e o que é que nós sugestionamos? Só para esclarecer, a Secretaria, nós estamos atuando em cumprimento a um Termo de Compromisso de Ajustamento Conduta – TAC, não vou falar do TAC, mas nós disponibilizamos por ocasião da reunião e ele está disponível para quem quer que seja e no TAC já consta 30 dias. Então, essa é a razão pela qual nós estamos por ocasião da notificação concedendo 30 dias. Então, o primeiro encaminhamento que nós solicitamos aos senhores, eu não sei se da Associação, foi aquele que nós pedimos, eu estou falando do Dr. Rui que era um dos representantes, Advogado e também alguns moradores estiveram conosco, a primeira coisa seria a prorrogação do prazo do TAC. Então, solicitar prorrogação mesmo os senhores tendo recebido notificação, guarda notificação e solicitar prorrogação por essas razões que os senhores falaram aqui e também falaram para nós lá no dia: estejam morando, não tem para onde ir, enfim. Então eu acho que seria senhores Deputados, a primeira situação seria esta a prorrogação do TAC, o que que motivou essa operação lá. Primeiro que é uma Unidade de Conservação; segundo, quando foi criada a Unidade. Eu só quero esclarecer os senhores que nós não estamos aqui para conflito, para conflitar, nós vamos passar as informações que nós temos lá na Secretaria, não vou dizer também que essas informações não poderão ser contestadas. Quando foi criada a Unidade, por isso que eu trouxe o técnico, qualquer situação Jorge você nos auxilia aqui, ela foi criada durante a 2ª Aproximação do Zoneamento lá nos anos 90, especificamente em 96, como o INCRA ele assinou junto com o Estado o Zoneamento, as informações do INCRA é que aonde foi criada a Rio Madeira "B" não tinha nenhum título emitido, tinha na Rio Madeira "A", basta que ela foi extinta, foi isso. Então tinha uma autoridade então essa por ocasião, salvo engano, ela foi extinta, essa unidade tinha sido criada por ocasião da 1ª Aproximação não é, aí na 2ª foi extinta. Então essa é a razão pela qual. O que é que nós solicitamos? Alguns

dos senhores falaram que já estavam, então são duas situações distintas, aquelas pessoas que já estavam no local por ocasião da criação, aí nós solicitamos através da Associação, eu acho que talvez seria interessante eu não sei, parece que o Dr. Rui ou através do Advogado enfim, ou através mesmo da Assembleia encaminhasse para a Secretaria essas informações com todos os documentos. E logicamente essas pessoas que realmente estavam lá por ocasião da criação nós vimos aqui teve uma Associação que foi criada em 95, enfim, aí essas pessoas elas não, logicamente, não sofrerão nenhuma, não terão nenhum prejuízo, isso que queríamos esclarecer. As demais pessoas...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Vilson, só para a gente compreender melhor, essas pessoas que você citou aí até 95 não teria nenhum prejuízo como, ia ficar lá no local ou seria indenizado, como é que seria o trem?

O SR. VILSON SALLES MACHADO – Não, aí teriam, aí nós vamos ter que fazer um estudo lá no âmbito da Secretaria, mas elas a princípio ficarão no local.

Bom, como esta Unidade de Conservação é uma Unidade de Rendimento Sustentado ou Sustentável, quem poderá permanecer dentro dessa Unidade? Seriam pessoas que nós chamamos de população tradicional aí essas pessoas teriam que mandar o documento para a Secretaria, logicamente...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pessoal, o Vilson está colocando aqui mais ou menos, mas depois nós vamos colocar uns encaminhamentos, umas propostas, deixa o Secretário falar...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Eles não estão ouvindo Deputado Hermínio, tem que colocar o som para eles lá.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Estão ouvindo nós? Vocês estão ouvindo?

O SR. VILSON SALLES MACHADO – Bom, então são duas situações a primeira são daquelas pessoas que estavam lá...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Não estão ouvindo? Assessoria tem que melhorar o som, porque eles não estão ouvindo.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Isso é oposição. Eu acho que o negócio é trazer todo mundo aqui para dentro agora.

O SR. VILSON SALLES MACHADO – Bom então continuando. São duas situações, aquelas pessoas que nos informaram que já estavam lá por ocasião da Unidade, as pessoas que já estavam lá por ocasião da criação da Unidade, nós precisamos que envie a documentação para Secretaria, ok? Aí, nós vamos abrir um processo administrativo para consolidar a permanência dos senhores lá na Unidade. Os senhores receberam o benefício que é chamado: Concessão Real do Uso. Os senhores poderão permanecer, considerando que é uma Unidade de Rendimento Sustentável. Essa é a primeira. As demais pessoas, elas teriam que se enquadrar no perfil de população tradicional, aí nós teríamos que ter, eu tenho que falar aos senhores, é o que diz a Lei, eu não posso, aí a gente vai ter que fazer, montar um processo administrativo e fazer uma análise. Quando a gente fala em montar um processo, não significa dizer que vai demorar, a gente nomeia uma Comissão da Secretaria para cuidar

somente deste caso. Agora, somente repetindo então. A primeira coisa que nós precisamos, é a dilação desse prazo, ou seja, estar lá 30 dias, a SEDAM, nós também temos que cumprir esse prazo, senão nós sofremos penalidade. Então, conforme nós tínhamos falado por ocasião da reunião lá no gabinete, solicitamos que os senhores, qualquer parte envolvida, solicite a prorrogação desse prazo pelo tempo que os senhores acharem achar necessário. Também não pode ser uma dilação, uma coisa sem perder de vista. Aí, nós precisaríamos, porque a concessão do prazo, ela não depende somente da SEDAM, nós vamos ter que fazer uma reunião, solicitar uma reunião com o Ministério Público e com a Procuradoria Geral. O Ministério Público, ele também é muito acessível e sensível a esse pleito. Agora, precisamos que os senhores, porque que tem que ser os senhores? Quando eu digo os senhores, é o representante. Que nós estamos percebendo aqui, que os senhores é que estão sendo prejudicados. Então, os senhores têm que fazer o documento e nós, a gente solicita uma reunião. Chegou o documento, dependendo da hora que for protocolado na SEDAM, a gente já pede uma reunião com o Ministério Público e com a Procuradoria, isso aí é tranquilo. Agora, precisamos que o documento chegue lá. Precisamos também que os senhores também informem, só estou repetindo o que eu já, enfatizando; as pessoas que já estavam lá quando foi criada a Unidade. Então, nós vamos abrir o processo, juntar a documentação e essas pessoas não terão nenhum prejuízo. Agora, nós precisamos da informação porquê? Por que quando foi criado a Unidade, as informações do INCRA, é que não tinha em tese ninguém lá nesse local. Por que o INCRA? Porque essa Unidade foi criada quando foi feita a 2ª Aproximação do Zoneamento e o INCRA, ele assinou junto com a SEDAM o Zoneamento. Então, por isso que nós precisamos que os senhores tragam a documentação. E esclarecendo, nós não estamos aqui senhores culpando o INCRA, não é isso, é só para esclarecer o porquê que foi criada essa Unidade na época. Eu sei que eu falei antes ali, mas eu acho que o microfone não estava bom, tinha uma outra Unidade que tinha sido criada na 1ª Aproximação, porém, em 96 quando foi constatado que tinha o título nesse outro local, que era Rio Madeira A, foi extinta essa unidade. Eu não estou dizendo que essa será extinta, não é isso, agora precisamos dessas informações para que a gente possa adotar as providências administrativas. Então, senhores, o que nós...

O MAURÃO DE CARVALHO – Só para eu tirar uma dúvida. O que eu estou entendendo esse TAC, foi feito da mesma forma que foi feito lá da Linha Ferrugem do Abacaxi, foi feito um TAC para eles permanecer na área como uma área extrativista que é uma área que não pode ser desmatada, pode-se manter o que tem lá, que eles podem continuar morando lá. Esse TAC, ele dá esse direito para que eles permaneçam na área mantendo o que já tem lá não é isso?

O SR. VILSON DE SALLES MACHADO - Senhor Presidente, muito boa, é até bom a gente esclarecer. A informação viu Presidente, o problema é o seguinte: o TAC que foi assinado, quando eu digo assim PGE, o Estado também assinou o TAC, não é só Ministério Público. Quando foi assinado o TAC, ou melhor, é que a informação que tem na Secretaria, é que quando foi criado à unidade, não tinha ninguém nessa área, aí a ordem foi para tirar todo mundo ok, é só para esclarecer aos senhores, então, por isso que o TAC foi assinado, porém estão informados aqui várias pessoas que já tinha pessoas lá. Então, o que nós precisamos agora? É que os senhores enca-

minhem para a secretaria as informações que comprovem que os senhores estavam lá em 1996. Então, esse é o primeiro ponto, porque como é uma floresta de rendimento sustentável ou sustentado, somente poderão permanecer nesse local pela Lei, no caso pessoas que tem o perfil de população tradicional, nós percebemos os extrativistas, seringueiros enfim. Então, só que nós precisamos disso ok. Então, por isso que...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Então, secretário, só para nós entendermos, as pessoas entenderem, aí fazia uma alteração nesse TAC para que adequasse todas essas famílias que já estão lá desde 96, é essa que é a proposta, não é?

O SR. VILSON DE SALLES MACHADO – Então, assim, primeiro a prorrogação do prazo, primeiro.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – E já pedir também aos advogados que seja feita alteração no TAC, porque eu acho que é importante isso...

O SR. VILSON DE SALLES MACHADO – O TAC viu Presidente. Primeiro é a prorrogação do TAC, acho que a primeira coisa tem que pedir a prorrogação, o primeiro ponto. O segundo, aquelas pessoas que se encaixam, que já estavam lá, elas, não vão ser atingidas pelo TAC, elas vão continuar lá na unidade e quem preencher o perfil de população tradicional, aí quem é que vai ter que sair lá de dentro dessa unidade? São aquelas pessoas que não se encaixam nesse perfil ok. Aí são pessoas que, me deixa ver... Eu vou citar um exemplo, como se eu secretário quisesse ter um sítio lá dentro para o final de semana, aí não pode, aí não se encaixa ok.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pessoal, eu ia propor, secretário Vilson, eu ia propor o seguinte: primeiro que não fosse, que cada um aqui fizesse um ofício individualmente pedindo prorrogação do TAC. Eu pediria que nesta audiência aqui, fosse decidido, aí você, a SEDAM junto com a Assembleia Legislativa encaminham um documento para o Ministério Público e para a procuradoria, pedindo uma prorrogação desse TAC. E nesse período, eu proponho aqui um de seis meses, que prorrogue por seis meses e nesses seis meses o Estado, junto com a Assembleia e o Incra, Terra Legal, vá lá para dentro e resolva a situação de cada um, veja a situação de cada um. Eu acho que aí seria... Eu só queria colocar Vilson, o seguinte: um encaminhamento, que a gente colocasse, fosse decidido aqui, e que a SEDAM e a Assembleia Legislativa encaminhasse o documento, um documento desta Sessão, dizendo, pedindo ao Ministério Público e a procuradoria do Estado, que devido a essa toda situação precisa de seis meses de prazo para que seja, aí sim, que seja visto cada caso, cada situação e o que poderia ser feito depois. Porque se for da forma que você está fazendo aí cada um fazer de forma individual, isso não vai dá certo, vai causar um monte de problema nisso aí. Por isso Vilson, é a Secretaria junto com a Assembleia colocar todas as problemáticas que teve aqui, situações de 89, de 90, 95 e pedir esse prazo e que seja criada essa comissão do Governo do Estado, da Assembleia, dos Moradores, do MP, do Incra, e do Terra Legal, para que nesses seis meses discuta e vá, discuta cada situação e ache uma solução para essa situação.

O SR. MANOEL CARVALHO - É o que acabei de falar ainda agora, deixa só eu dá uma palavrinha aqui. É o que eu acabei de falar ainda agora para o Secretário e já umas duas pergun-

tas e ele não respondeu, eu acabei de falar que gente, o cara que está lá desde 1996 pedindo regularização do INCRA que eu tenho documento aqui que prova, desde de 1996 ele pediu regularização do INCRA em abril, o que aconteceu? Ele já morreu, o irmão dele já morreu e como é que morto vai falar?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Meu companheiro, Vilson não sei se você está entendendo o que eu estou querendo colocar aqui

O SR. VILSON DE SALLES COELHO - Eu posso falar?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – O primeiro, sim você vai falar, eu acho que a sugestão aqui seria essa; o primeiro Caminho é nós pedimos aqui nessa Audiência Pública mesmo, aqui as entidades aqui a OAB, as Associações junto com as Secretarias de Meio Ambiente e Assembleia pedir, colocar toda a situação, toda a problemática que tem na área e pedindo a prorrogação de seis meses desse TAC e nesses seis meses reunir todos os envolvidos e procurar a solução da situação. Fazer todo o levantamento, enfim.

O SR. VILSON DE SALLES MACHADO – Bom, então só encerrando a nossa participação, então seria primeiro ponto: a prorrogação, aí o segundo, aí conforme foi a proposta do senhor deputado Hermínio criar uma comissão ok? E aí a criação dessa comissão viu senhor, o que vai ocorrer com a comissão? Lembrando que esse TAC, nós vamos solicitar como parte junto com a Assembleia. Agora a deliberação cabe ao Ministério Público e a Procuradoria Geral, mas nós vamos levar todas as impressões aqui da reunião. E depois fazermos, verificar o que nós temos na Secretaria e fazermos esse estudo para verificar quem pode efetivamente, que se encaixa no perfil para ficar na Unidade. Por que como é uma Unidade aí é questão de Lei Federal, não sou eu que estou dizendo ok? A pessoa tem que ter alguns pré-requisitos e aí nós esclarecer, viu deputado a comissão, a gente esclarece a comissão e a comissão por ocasião do fechamento dos trabalhos aí a gente. Por que nós temos as informações que o órgão ambiental como é uma unidade então já tem, a lei federal já diz qual é o perfil, aí nós vamos ter que discutir as pessoas que se enquadram perfil e traz aqui a apreciação dos senhores.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Essa comissão Vilson que seria representado por todo mundo, essa comissão que seria representada por cada associação e pelo Estado, pelo Município, não, pela Assembleia e pelo Ministério Público é discutida cada situação dessa, isso através de uma comissão. Se for individualmente vai dá é mais confusão, não vai resolver.

O SR. RAIMUNDO EDILSON – Uma pessoa pode trabalhar se ano passado teve família que foi multada em cinquenta mil reais, como é que nós podemos trabalhar se nós estamos lá lutando? Como eu que tenho lá para mais de cinco mil pés de macaxeira, banana dando fruta como é que vamos trabalhar se nós estamos sendo perseguidos? Multas tem lá o senhor Davi que foi multado duas vezes? Está entendendo? E que ele não pode plantar que ele tem que tirar a casa, e como é que a gente pode trabalhar? E isso tem que acabar, e tem que formar essa comissão, se não nós não vamos trabalhar...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Sim...

O SR. RAIMUNDO EDILSON – Nós não somos bandidos e nem ladrão, nós estamos lá por que nossa família precisa, eu tenho 4 filhos.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Sim, é isso aí meu companheiro todo mundo sabe disso, todo mundo sabe, só não sabe as autoridades. Que eu quero dizer para vocês? A comissão, essa comissão que vai ser criada e vai ter representantes de todos vocês junto com a Assembleia e junto com o Estado, e o Ministério Público é exatamente para discutir cada situação e resolver. Tem que resolver de uma vez por todas...

O SR. RAIMUNDO EDILSON – É só isso que nós queremos senhor deputado...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – E eu acho que a gente vai resolver sim, aqui nesse momento o importante Vilson, é a gente fazer esse encaminhamento criando esta comissão, esta comissão representada por todos os interessados e esta comissão de forma tranquila ela vai se reunir quantas vezes for necessário durante esse período, que primeiro essa comissão pedir para o Ministério Público e a Procuradoria do Estado a necessidade de aumentar o prazo dos 30, que nós estamos propondo seis meses, e nesses seis meses tem sim, eu tenho certeza que se todo mundo, nós vamos encontrar uma saída que seja boa para todos que estão trabalhando. Se tem alguém que tem terra lá especulando que nunca plantou nada lá e que não vai lá e depois fique prejudicado, esses aí eu até defendo, mas quem está lá dentro trabalhando, independente de ter sido 95, 98, 2000, 2002, 2005 a defesa é igual.

O SR. RAIMUNDO EDILSON - é isso aí, só isso que nós queremos, inclusive que o Ministério Público vá lá dentro, vá lá dentro com os deputados para verem...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Até por que pelo que eu entendi os de 95 para cá, 96 para trás não deveria estar sendo intimado, nem deveria estar, por que eles estão sendo intimados também? Por isso que eu digo a nossa luta e o trabalho aqui é para defender todos vocês que estão lá trabalhando, e se Deus quiser não é na ignorância, não é falta de respeito ou no grito que a gente vai resolver, se for necessário até fazer um movimentozinho lá na frente a gente faz, mas eu acho que tem sim como a gente sensibilizar as autoridades porque a causa é muito nobre, é muito nobre esta causa, sensibilizar todos os envolvidos, Vilson, para a gente resolver isso sem precisar de coisas maiores. Eu vou passar a palavra agora para o nobre Deputado Ribamar Araújo porque senão ele não vai conseguir falar. Pessoal, essa comissão que está sendo criada é para defender todos os trabalhadores que estão lá trabalhando independente da época que foram para lá. Todas essas informações serão passadas para essa comissão, vai ser trabalhado. Deputado Ribamar.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO – Exmº Sr. Deputado Maurão de Carvalho, Presidente desta Casa; Deputado Hermínio Coelho, presidindo os trabalhos e autor desta audiência pública; cumprimentar aqui o Secretário Vilson Salles Machado, Secretário da SEDAM; cumprimentar o Sr. Antônio Fortunato de Oliveira, Coordenador Geral de Gestão Patrimonial e Imobiliário do Estado; cumprimentar o Dr. Adilson de Oliveira Silva, representando a OAB; Sr. Gilberto Barbosa Filho, Presidente da Associação de Produtores Rurais; cumprimentar a Sra. Maria Rodrigues das Chagas, Vice-Presidente da Associação dos Pe-

quenos Produtores Rurais; cumprimentar o Sr. Samuel Ferreira da Silva, Presidente da Associação dos Produtores Extrativistas de Cuniã – ASPRONIÃ; cumprimentar também os funcionários desta Casa, o Cerimonial aqui na pessoa da senhora Jane; cumprimentar todos aqui presentes, funcionários da Casa e todos os irmãos e irmãs produtores rurais envolvidos neste problema. Primeiro, eu me sinto satisfeito pela confiança que sempre vocês depositaram em mim todas as vezes que tem um problema tem procurado nosso gabinete e o nosso gabinete sempre se colocou a inteira disposição de vocês para discutir e lutar exatamente na busca da solução, da resolução dos problemas de todos esses irmãos envolvidos aí e dentro dessa área que é de reserva. Agradecer também sempre a atenção do Coronel Vilson, do Secretário Vilson, bem como agradecer a ex-secretária Nanci que todas as vezes que nós os procuramos nós tivemos uma atenção dessas autoridades, desses dois secretários e sempre foram muito sinceros conosco, por isso eu quero mais uma vez agradecer o senhor Secretário e agradecer também pela sua presença aqui. Eu acredito, Secretário, que muita coisa poderia ser feita ou poderia ter se evitado para que não tivéssemos num momento desse as pessoas reivindicando um direito tão elementar que é o direito de propriedade, da propriedade rural de um país que tem tanta terra e muitas vezes a gente fica muito e muitas vezes a gente fica muito triste por ver os nossos irmãos brigando e muitos morrendo pela falta da terra. Isso é inconcebível, isso mostra a falta de governo. Não estou falando Governo do Estado, estou falando a falta de governo, da responsabilidade do governo nas três esferas principalmente o Governo Federal. Agora, Secretário Vilson, trazendo o problema para nós aqui, veja só o seguinte, vamos lá um pouquinho atrás, na origem do problema. Quem é que criou essa Reserva aqui no Estado de Rondônia ou essas reservas, e por que criou essas reservas? Quem criou foi um irresponsável no exercício de Governador, sem respeitar, em primeiro lugar as pessoas que já estavam nessa Reserva. Segundo lugar, sem respeitar o povo que precisava um dia ocupar e trabalhar naquela terra. E o pior, fez tudo isso para botar o dinheiro na mão do Planaflores que eu não tenho notícia que nenhuma pessoa comum, nenhum produtor rural teve acesso através de benefício desse Planaflores. Isso é que é o pior. Praticamente esse dinheiro todo foi colocado no bolso dos ladrões, mas esses ladrões que o povo tem sem cuidado, eleito. E o cidadão desses muitas vezes, que tanto prejudicou a população, ao invés de estar na cadeia, porque isso é, antes de tudo, um lesador da pátria, ele, muitas vezes está sentado em determinadas cadeiras da República brasileira. Isso é o mais revoltante. E o pior é que muitas vezes o povo até agora, depois de tudo isso, depois de todo sofrimento, ainda continua dormindo, não acordaram ainda para a realidade. Então, Secretário, eu sempre estou apelando para o bom senso das nossas autoridades, sempre estou apelando que as nossas autoridades, que têm o poder de julgar, que têm o poder de dirigir a vida do nosso povo, tenha acima de tudo cuidado ao analisar o custo/benefício das coisas. Qual é o custo/benefício? Muitas vezes tem que cumprir a lei, mas cumprindo a lei, que muitas vezes ela é muito malfeita, ela é uma lei feita por quem não tem nenhuma responsabilidade com o povo, é uma lei muitas vezes feita para quem não conhece nada absolutamente da Amazônia, e nós temos que, muitas vezes, cumprir essa lei. Mas eu apelo muito, exatamente, para a sensibilidade das nossas autoridades, observando acima de tudo o custo/benefício. E ficar entre cumprir a lei, mas cumprir a lei sem prejudicar o nosso povo, sem causar determinados terrorismo, como eu vi, em determinado

momento, a Polícia Militar Ambiental chegar nessas reservas e ao invés de chegar lá, Secretário, cumprir o seu papel, fazendo a notificação, eles, além disso se excedem na sua autoridade e muitos chegaram a agredir verbalmente, moralmente esses moradores que só querem trabalhar e viver com dignidade. Isso é o motivo que sempre me deixou indignado, apesar, Secretário, de ser eu um cumpridor da lei. Faço tudo para cumprir a lei, mas eu tenho que ver antes de tudo o lado de um povo sofrido que muitas vezes não tem, e deveria ter o incentivo do Poder Público na questão das estradas vicinais, na questão da regularização fundiária, na questão da energia, na questão da distribuição da mecanização, na distribuição do calcário, da distribuição das sementes. Na ajuda ao transporte dos produtos lá produzidos na terra, e também na comercialização. O Poder Público, muitas vezes, não ajuda em nada. Aí, nesse momento chega para botar o povo de lá para fora. Isso, por mais que se queira cumprir a lei, por mais que você seja ordeiro, você chega a se revoltar. E é por isso, Secretário, que mesmo respeitando todas as autoridades, mesmo respeitando a lei, eu nunca deixei de estar ao lado desse povo sofrido que só quer um pedaço de terra para viver trabalhando e criando seus filhos com dignidade. Da mesma forma que eu sempre me posicionei a favor dessas pessoas que estão dentro dessas reservas, eu me posicionei a favor daquele povo de Rio Pardo, que tinha mais ou menos a mesma condição, só que aqui é uma Reserva estadual, lá era uma Reserva federal. E graças a Deus, com a persistência daquele povo, como espero a persistência dos nossos irmãos aqui das reservas, a gente conseguiu vencer. Por isso, Secretário, eu espero que esse TAC seja, antes de tudo, prorrogado, além de prorrogado, alterado, para que a gente possa deixar essas pessoas que estão lá produzindo, com dignidade, e tentando viver no meio, num País que enfrentamos tanta dificuldade. Eu estou dizendo enfrentamos, estou me colocando no lugar, mas eu não enfrento o mesmo sofrimento que vocês. Eu estou aqui numa situação totalmente diferente, mas não é isso que me faz deixar de ter a sensibilidade e reconhecer o sofrimento que os nossos irmãos muitas vezes enfrentam, querendo viver com dignidade. E eu tenho essa sensibilidade porque, Secretário, por dois principais motivos. Primeiro porque eu vim muito de baixo e não esqueci o meu passado. Segundo lugar porque sempre procuro me colocar no lugar do povo para saber a dor que o povo sente e é por isso que eu sempre procuro, mesmo sendo um cumpridor da lei, mas eu nunca vou poder me colocar contra um povo que só quer viver com dignidade, que só quer trabalhar. Então, Secretário, vamos lutar, não só nós aqui da Assembleia, porque somos representantes do povo, mas apelar para a sensibilidade do Secretário Vilson, porque eu sei que o senhor tem. Apelar para a sensibilidade do Ministério Público, ver que do outro lado tem pessoas que precisam e merecem o nosso respeito e não são pessoas bandidas, não podem ser tratadas da maneira que muitas vezes são tratados. São pessoas brasileiras, nossos irmãos brasileiros que merecem o nosso respeito, que merecem até a nossa admiração, pela tenacidade, pela capacidade de trabalho e acima de tudo, Secretário, por viver num País onde todos os caminhos levam o cidadão para a safadeza, e muitas vezes encontrar esses brasileiros que não aceitam esse caminho da safadeza, aceita sim o caminho de viver com honestidade, ordeiro, procurando trabalhar e criar seus filhos com dignidade. Essas são minhas palavras. Muito obrigado. Um abraço a todos.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Vamos para os encaminhamentos agora. Você vai falar ainda, Vilson? Vamos para os encaminhamentos agora. Vamos encaminhar já para...

O SR. ADILSON DE OLIVEIRA SILVA – Eu queria, Excelentíssimo, dizer o seguinte, o que eu tenho percebido, é que a população está preocupada com a questão mais de direito. Com relação às pessoas que antecederam àquela data, elas estão preocupadas com relação a direito adquirido. Por exemplo, quem foi, quem ocupou após essa lei teve um histórico até chegar a ela. Então, houve uma transmissão ali, provavelmente de direito, direito de posse, etecetera e tal, provavelmente esse pessoal tem documento que comprova a posse, que houve a transmissão. E a preocupação deles é com relação a respeitarem o direito adquirido anteriormente, questão de direito. Então, eu acredito que essa questão tem que ser levada em consideração sob o ponto de vista do direito do Código Civil Brasileiro.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Vilson, vamos para os encaminhamentos.

O SR. VILSON DE SALLES MACHADO – Então só para encerrar, informar aos senhores, então, que aquelas notificações que os senhores receberam vai servir para a gente começar a fazer o cadastro na Secretaria, ok? Então, a prorrogação, Deputado, aí chegando para nós o... Depois eu falo com o senhor aqui rapidamente, que eu já peço uma audiência na segunda-feira, indo ao Ministério Público, eu venho na Assembleia de manhã, possivelmente à tarde para pedir a prorrogação e também... Eu tenho que comunicar aos senhores que a operação de notificação vai continuar. Nós não podemos suspender que já está cumprindo uma determinação, ok? Então, mesmo que a gente venha a prorrogar o TAC, nós vamos solicitar, aí a operação continua, mas isso não quer dizer que os senhores tenham que sair de lá. Vão receber a notificação e também serve para o cadastro, ok? Que quando for nomeada essa Comissão nós vamos ter que verificar. A gente sabe, por exemplo, que como nós somos em população tradicional, a gente sabe que às vezes a pessoa, o seringueiro, de repente, veio a óbito, mas tem seus descendentes que estão lá. Então, quer dizer, quando a gente fala em estudo, não é, a gente sabe disso, não é? Por isso, que nem falou o doutor aqui, nós já tínhamos falado também, esse pessoal que já estava lá, que comprova o direito adquirido, mas só que nós não vamos entrar aqui nessa discussão. Só para esclarecer o seguinte, a operação vai continuar, porque nós não podemos suspender e essa notificação vai servir também para o nosso cadastro na Secretaria para verificar quem efetivamente está lá, está bom?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Só em cima do que o Vilson está falando. Vilson, mas se nós conseguirmos ampliar o prazo para 06 meses, no caso, a notificação, no mínimo, tem que ser diferenciada, tem que ser... Eu queria dizer o seguinte, tudo que a gente está fazendo aqui, o objetivo aqui é de defender todos os trabalhadores que estão trabalhando e produzindo lá na área, independente de época. A nossa luta aqui é para defender todos que estão lá produzindo. Não tem aquele negócio de 95, 96, 80, não; é todos. Todos que estão lá produzindo e trabalhando com dignidade, a luta é para manter todos vocês lá, é a nossa luta aqui. Doutor, o que é que vocês têm, o que é que a gente está propondo aqui, o Vilson propôs aqui: Vilson, você vai mandar o documento para o Ministério Público pedindo adiamento de 06 meses, do pra-

zo? Você, a SEDAM sozinha ou precisava do... Só a SEDAM sozinha resolve?

O SR. VILSON SALLES MACHADO – Não é que o Estado assinou esse TAC em tese concordando com os 30 dias, nós precisávamos Deputado que fossemos assim, fosse um documento pode ser da Assembleia...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Sim.

O SR. VILSON SALLES MACHADO – E aí eu solicito uma Audiência lá. É preciso ser “provocado”, o que a gente chama, levar os documentos para mim lá.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Nós vamos propor o documento aqui da Assembleia e vai assinar o pessoal da Mesa aqui, as Lideranças e a proposta é o que? É que seja adiada por 06 meses esse prazo aí das efetivações e que essa Comissão ela seja composta pelo Governo do Estado, pela Assembleia, pelos moradores, representado por todas as Associações, pelo Ministério Público, pelo INCRA e pelo Terra Legal, eu não sei se teria mais alguém que poderia estar no meio aqui doutor, tem alguma sugestão?

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA BORDALO – Deputado Hermínio, ...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Oi.

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA BORDALO – Então seria encaminhamento, seria esse aí já da Audiência Pública?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Da Audiência Pública, exatamente.

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA BORDALO – Pontuado nisso aí? A pontuação seria do encaminhamento seria o que você está falando?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Seria isso sim. Nós encaminharmos esta Audiência Pública através daqui, de todos que participaram, encaminhar principalmente do Governo que é o principal, encaminhar, colocando todas as situações da área 95, 96, 89 enfim, que precisa de um prazo maior e que está se achando, para se discutir mais a problemática toda desta área.

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA BORDALO – Pessoal, esse encaminhamento eu acho que está bom, está sendo pontuado e nós vamos acompanhar toda essa pontuação do encaminhamento está sendo digitado aí não é Deputado Hermínio? Esta constando no documento então esse encaminhamento seu, vamos constar no documento, não é?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Sim, vai ser feito um documento.

O SR. PEDRO DE OLIVEIRA BORDALO – Constar num documento esses encaminhamentos todinhos para a gente começar a acompanhar.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Sim, o documento é criando esta Comissão, criando a Comissão e já propondo esse prazo, e se caso, por exemplo, a Procuradoria ou o Minis-

tério Público não aceitar aí nós vamos nos reunir e vamos ver que medidas a gente vai tomar, mas com certeza, o Vilson está garantindo aqui que a gente consegue sim, e principalmente, era interessante que esse Promotor ou esses Promotores que assinaram esse TAC estivesse presente que ele já tinha mudado de ideia já, com certeza, o problema que eles agem sem conhecer a realidade e agem como se vocês fossem tudo fora da Lei, um bando de safado, bandido, invasores de terra que tivesse lá, bandidos, que tivessem lá invadindo tomando terra de alguém. Quando eles dão essa notificação para expulsar vocês de lá é mais ou menos baseado nisso, eles não vão lá primeiro ver cada caso, e agora eles vão obter que ir lá e além dele vai o INCRA, vai o Terra Legal vai todo mundo, reconhecer e vamos discutir isso aí para nós fazermos um Projeto Piloto, mostra que é possível sim nós produzirmos e viver com dignidade respeitando tudo e vivendo com dignidade daquela área e muitas outras que tem nesse Estado, só depende de vontade política e é isso que nós temos que buscar aqui Vilson é fazer, porque já foi dito tantas vezes aqui o que é que estamos querendo? Estamos querendo, não tem outro caminho e eu tenho certeza absoluta que no dia que for feito... Eu falei já para o Emerson Castro se for possível eu vou falar até com o Confúcio, o Confúcio Moura é muito complicado nessa questão ambiental, ele é muito mole, mas eu falei: Governador Confúcio é a chance de senhor marcar, deixar uma marca no Estado. No dia que tiver um Governador corajoso nesse Estado que enfrenta essas situações e que regularize todas essas situações ele vai ficar na história. O Raupp ficou na história como um cara que sacaneou o Estado e quem arrumar essa situação vai ficar na história como Governador que resolveu essas putarias todas, essas pilantragens todas, bandidagens todas que o Raupp fez em 96.

Eu acho que está bom pessoal e vamos se Deus quiser, vão lá para o trabalho de vocês. A Comissão, deixa um contato com todo mundo aqui, principalmente as lideranças das associações porque todas as reuniões que for feita ou visita no próprio Ministério Público vai ser todo mundo avisado para todo mundo participar junto e a liderança vão mantendo vocês informados do que vai estar acontecendo.

O SR. MANOEL CARVALHO – Deputado Hermínio, só uma coisinha eu queria informar para o senhor o seguinte. Lá onde nós moramos, lá dentro nós não temos contato com telefone, então se você está residido lá dentro como é que nós vamos saber de uma reunião ou de uma coisa para a gente poder participar?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Não, mas nós temos aqui, muita gente vive lá e vive aqui, eu tenho alguns companheiros do WhatsApp o nosso WhatsApp, o nosso telefone é 8485-5555 e WhatsApp também, com certeza sempre tem gente de vocês aqui na cidade, sempre tem.

O SR. MANOEL CARVALHO – Tem, tem, verdade.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Por isso vamos manter, vai chegar os gabinetes, o gabinete aqui do Deputado Ribamar, do Deputado Maurão, o nosso, a própria SEDAM. Eu peço Vilson que a SEDAM trate esses trabalhadores, tanto eles como todos do Estado, tratem como devem ser tratados cara, com carinho, com respeito, entendeu? Se tiver que fazer uma notificação que faça, mas faça com decência: “olha meu amigo infelizmente nós estamos aqui para cumprir a Lei”. Não chega aterrorizando não que está vendo aí todos são traba-

lhadores, pessoal com certeza se Deus quiser é Deus na frente e nós aqui vamos, se Deus quiser não vamos deixar acontecer essa desgraça que é tirar vocês da dignidade de vocês, com certeza não vai acontecer isso.

O SR. MANOEL CARVALHO – Presidente, só por favor repetir o whatsapp para todo mundo poder anotar.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – É 984855555, isso é meu telefone, meu whatsapp. Pode manter informado e tem o nosso gabinete, temo gabinete do Deputado Ribamar, pega o telefone de todo mundo, dos gabinetes, do Deputado Maurão, tem do Vilson. Essa Comissão, essa Comissão que a OAB vai fazer parte também, vai ser formada e vai dizer já o primeiro, vai ter as atividades dela, de ir no Ministério Público, vai ter as reuniões dela. A comissão vai um dia lá marcar com vocês, reuni para conhecer de perto lá toda situação, isso vai acontecer várias vezes, principalmente se nós conseguirmos esse prazo aí de 6 meses, que com certeza vamos conseguir e nesses 6 meses a gente consegue resolver toda essa situação e se Deus quiser consegue resolver também de vez essa questão de vocês poder ter um financiamento, de vocês poder ter um serviço público lá, o Estado e o município lá fazendo a sua parte em estrada, em educação, em saúde e outras coisas. Olha, vai ser criada a comissão e já vai ser terça-feira, dez horas da manhã já vai ter a primeira reunião aqui na Assembleia dessa Comissão, já para fazer um cronograma já de trabalho. O interessante é colocar um de cada entidade, para não colocar muita gente e quem quiser trazer mais gente para estar acompanhando o próximo, mas o importante é que um de cada, um de cada entidade. Já passam o nome aqui para os assessores aqui da Assembleia e na terça-feira já fica marcada a reunião desta comissão aqui na Assembleia, já para fazer uma proposta de trabalho, como é que vai conduzir, o quê que é que essa comissão vai fazer, ver um cronograma de trabalho dessa comissão. Já um plano de trabalho. Mas, não necessita vir toda a população não, vem só as lideranças e quem quiser acompanhar tudo bem, vai ser lá na Presidência, no gabinete da Presidência ou no plenarinho, não precisa ser aqui no plenário não.

Pessoal, tem um lanche, tem um lanche aí, não é hora mais de lanche, hora mais de almoço, mas tem um lanche aí, tem coca cola, tem dydyo, tem pastel, tem bolo, vamos merendar.

E sobre a proteção de Deus, está encerrada a Audiência, agradecendo a todos os convidados e todos que participaram desta Audiência.

(Encerra-se esta Audiência às 12 horas e 19 minutos)

**ATA DA 45ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR
SOBRE QUESTÕES RELACIONADAS À EMISSÃO DA
ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA – ART,
ATUALMENTE EXIGIDA PELO CREA DOS PRODUTORES E
AGRICULTORES RURAIS.**

Em 21 de novembro de 2016

Presidência do Sr.
LAZINHO DA FETAGRO - Deputado

(Às 14 horas e 41 minutos é aberta a Sessão)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e Senhores, muito boa-tarde, sejam todos bem vindos a Assembleia. Saudamos a todos em nome do Excelentíssimo Senhor Deputado Maurão de Carvalho, Presidente desta Casa. Neste momento vamos dar início a Audiência Pública proposta pelo Excelentíssimo Senhor Deputado Lazinho da Fetagro.

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo a Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Lazinho da Fetagro, objetivando debater questões relacionadas à emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, exigida do CREA dos agricultores e produtores rurais, realiza esta Audiência Pública.

Convidamos para compor a Mesa Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Lazinho da Fetagro; Excelentíssimo Senhor Evandro Padovani, Secretário de Estado da SEAGRI; Senhor Francisco Mendes Barreto, Diretor Presidente da Emater; Senhora Elissandra Dutra, Secretária de Políticas Agrícolas da Fetagro; Senhor Ailton Pacheco Dias, Presidente do CREA; senhora Mariuza Krause, Procuradora Jurídica do CREA.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Invocando a proteção de Deus em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública com o objetivo de debater questões relacionadas à emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, exigida pelo CREA dos produtores e agricultores rurais.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Convidamos a todos para ouvirmos o hino Céus de Rondônia (letra de Joaquim de Araújo Lima e música do Dr. José de Mello e Silva)

(Execução do hino Céus de Rondônia)

‘Podem se sentar, muito obrigado. Convidamos o senhor Francisco Mendes Barretos, Diretor Presidente da Emater para compor a Mesa. Antes das falas de Sua Excelência Senhor Deputado Lazinho da Fetagro, proponente desta Audiência Pública, registrar a presença do senhor José de Arimateia da Silva, Diretor Técnico da Emater; senhor Itamar Ferreira, Presidente da CUT; Dra. Larissa Carvalho, da OAB; senhor Siguimar Francisco Cruz; senhor Ernesto Ferreira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ji-Paraná; Dr. Lucas Benevenuto, representante da OAB; senhor Fernando Alves, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alvorada d’Oeste; Excelentíssimo Senhor Francisco de Salles, Secretário Adjunto da SEDAM; senhor Anselmo de Jesus Abreu, Presidente do Idaron; senhora Cláudia de Jesus, Vereadora eleita em Ji-Paraná; senhores funcionários da Emater; senhor Alexandre Aguiar, Diretor Financeiro da Emater; senhor Rosemberg Pereira, Superintendente substituto da Conab; senhor Elionai Ferreira da Silva, Vice-Presidente da Associação dos Engenheiros Florestais do Estado de Rondônia – AREF; senhor Antônio Machado, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Médici; senhora Raquel Barbosa, Gerente de Defesa Vegetal, do Idaron.

Feito o registro das pessoas que nos honram com suas presenças, Deputado Lazinho da Fetagro para toda dinâmica desta Audiência Pública.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado. Quero cumprimentar cada um e a cada uma que está presente. Agradecer pela presença dos nossos dirigentes sindicais do nosso Estado; da minha Vereadora Cláudia, lá de Ji-Paraná;

do Anselmo de Jesus, Presidente do Idaron; do Salles, representando aqui a SEDAM; do Arimateia, de toda a equipe da Emater. Cumprimento a Mesa, Elissandra, Diretora da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado; meu Secretário Padovani, Secretário de Agricultura; Chiquinho, carinhosamente chamado Chiquinho da Emater, por nos atender nesse chamado; a nossa Dra. Mariuza Krause, Procuradora Jurídica do CREA e o senhor Ailton, que é hoje o Vice-Presidente no CREA, no Estado.

Meus amigos, companheiros desta Casa; agradeço pela contribuição de cada um e cada uma. Salientando da importância que tem esta audiência Pública, levando em consideração que também em outros Estados o fato que está ocorrendo agora no Estado, também ocorreu e houve nesses Estados o acordo, a parceria para que o público alvo de todos os representantes que estão aqui presentes, que é a agricultura familiar, tenha o que lhe é garantido por lei, no que se refere à gratuidade nas ações ligadas à assistência técnica em todo Brasil. Levando em consideração a Lei da Agricultura Familiar, levando em consideração a Lei Nacional de ATER, enfim, esta Audiência tem por esse objetivo, tentar junto a esses órgãos buscar um senso comum e que nós, de forma nenhuma, possamos penalizar o setor que gera alimento, que produz alimento para as nossas vidas e que produz a economia, a maior parte da economia do nosso Estado.

Convido para compor conosco aqui o Deputado Adelino Follador, que é também membro da Comissão de Agricultura do Estado, para poder contribuir com a gente. Portanto, eu agradeço a presença de cada e cada uma. Nós estávamos aguardando também a presença do Dr. Rafael, do Ministério Público Federal. Nós estivemos lá e ele infelizmente não pode, até o momento, estar presente. Mas eu acredito que nós vamos conseguir aqui achar um denominador comum para resolver esse problema. Essas emissões de ARTs hoje, emitidas pelo CREA, são diretamente a Emater e por ser dessa forma eu peço desculpas, mas, para a gente não ficar fazendo discurso sem objetividade, Deputado, nós vamos diretamente ouvir os órgãos envolvidos que estão na Mesa e posteriormente a gente faz as considerações que a gente precisa fazer e tenta tirar daqui um encaminhamento que possa a contento entender todas as partes.

Passo muito rapidamente para o Deputado Adelino, Vossa Excelência quer fazer uso agora, quer ouvir primeiro?

Então, eu já vou direto para o Chiquinho. Passo a palavra para Vossa Excelência, se o senhor quiser usar a Tribuna o senhor fique a vontade para clarear a todo o público aqui presente que está acontecendo no nosso Estado.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Encaminhando para fazer uso da palavra, pedir permissão ao Deputado Lazinho para registrar mais uma vez a presença do Exmº. Sr. Deputado Adelino Follador, como também da Sra. Adelaide Gomes, representando a Junta Comercial.

O SR. FRANCISCO MENDES BARRETO – Boa tarde a todos! Quero aqui saudar o Deputado Lazinho, já parabenizar Lazinho pela essa Audiência Pública também de suma importância para o desenvolvimento do setor agropecuário, principalmente, da agricultura familiar.

Saudar o Deputado Follador, também da Comissão de Agricultura, também um Deputado ligado a Agricultura, ligado ao homem do campo.

O nosso Secretário Padovani, da Agricultura do nosso Estado que faz um belo trabalho.

Elissandra Dutra, Secretária de Políticas Agrícolas da Fetagro lá de Ji-Paraná, nossa colega, nossa amiga, parabéns a vocês aos nossos companheiros, o Presidente da Fetagro.

O Sr. Ailton Pacheco, Vice-Presidente do CREA, hoje, e que somos parceiros de muitos anos, temos um convênio entre o CREA e a EMATER e Dona Mariuza, Procuradora Jurídica do CREA.

Então Deputado Lazinho, e o Vice-Presidente do CREA, é muito importante esta Audiência Pública para a gente sanar essa situação onde o CREA está indo aos interiores, lá no pequeno produtor rural da agricultura familiar, àquela pessoa que traz a comida para o homem da cidade, ao agronegócio, grande ou pequeno que traz o desenvolvimento desse Estado e que a gente precisa achar o meio termo.

Nós temos Deputado Lazinho, Deputado Follador e Padovani com o CREA, aonde a Emater tem um convênio com eles, nós pagamos anualmente, esse convênio houve um problema, foi feita uma Ação Pública do Estado, mas, o CREA ganhou já isso.

Nós tivemos lá com o CREA e acertamos para renovar esse contrato a partir de janeiro de 2017. Então a Emater vai assinar esse convênio de novo com o CREA para está emitindo as ART da Agricultura Familiar e de todos aqueles que a gente assiste seja pequeno, médio ou grande.

Então a Emater assume essa responsabilidade de fazer esse contrato com o CREA para resolver essa situação da Agricultura Familiar, principalmente, porque a gente precisa realmente, Deputado Follador e Deputado Lazinho, ajudar o homem do campo, principalmente, o pequeno, porque anteriormente Pacheco, era feito ART para lavouras grandes acima de 100 hectares, mas hoje está indo para todas as propriedades e nem todo mundo tem atividade com o CREA.

Eu sou Zootecnista, eu tenho contrato com o meu Conselho de Medicina Veterinária e a maioria das propriedades mexe com o leite, então quando mexe com leite, atividade leite é mais ligado ao setor do Conselho de Medicina Veterinária.

Então a gente precisa se entender nesses termos, evidentemente que o CREA a gente, tem várias conversações com o CREA de a gente ajudar, temos convênio com o CREA das casas populares, inclusive, eu quero já parabenizar o CREA que naquele momento, Deputado Lazinho, o CREA nos deu as plantas, como a parte social do CREA, entendeu? A gente sente até felicidade pela atitude do CREA em ajudar o homem do campo, mas, eu tenho certeza que o CREA aqui vai ser parceiro mais uma vez da Agricultura Familiar, porque o CREA sabe da responsabilidade que tem com a agricultura do nosso Estado, do Brasil e do mundo inteiro.

Então, nós precisamos manter o povo no campo, principalmente o jovem e a família como um todo e precisamos resolver essa questão.

Então Deputado Lazinho, eu quero lhe parabenizar, já aqui saudar o nosso companheiro Presidente do Idaron, Anselmo de Jesus; a Claudinha, nossa Vereadora, não é Claudinha? O Sales, nosso colega da Sedam, todos os meus colegas da Emater e da SEAGRI que estão aqui e aqui Lazinho eu trouxe quase toda a minha Diretoria Técnica para estar à disposição da FETAGRO, para está à disposição do CREA para a gente achar uma solução, eu só quero parabenizar a Assembleia aqui em seu nome Deputado Lazinho pela atitude de chamar aqui o Conselho para a gente achar uma solução, a Emater é parceira da Assembleia Legislativa, parceira do CREA, para a gente achar um caminho, eu tenho certeza que

quando se quer e tem vontade, a gente acha uma solução que seja benéfica para todos nós. O meu muito obrigado a todos.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Chiquinho. Passo agora então, para o senhor Ailton Pacheco ou a sua Procuradora, aí o senhor é que, depois o senhor pode também usar a palavra.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Já aproveitar então, registrar a presença do senhor Manoel Carlos Dantas, Coordenador de Agricultura Familiar da SEAGRI.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Senhora Mariuza Krause.

A SRA. MARIUZA KRAUSE – Boa tarde a todos. Só para esclarecer e situar todo mundo com relação a esta questão da ação que o Estado de Rondônia moveu contra o CREA. Alegava o Estado de Rondônia por meio da Procuradoria Jurídica, À inconstitucionalidade da Taxa de ART. Só que recentemente o Supremo Tribunal Federal, declarou constitucional a taxa. Então, o Estado que falava em nome das autarquias, dos órgãos como a Emater, enfim, do próprio DEOSP que gera muita ART também, então, perdeu até o objeto, essa ação diante da decisão do Supremo, que declarou em repercussão geral constitucional a Taxa de ART. O quê que significa isso, essa repercussão geral? Que todos os Tribunais não podem mais discutir, os demais Tribunais não podem mais rediscutir a constitucionalidade da Taxa de ART, uma vez que o Supremo já deu a palavra final com relação a essa questão. Era esse o esclarecimento que eu tinha a fazer e espero contribuir com mais alguma coisa que possa vir a surgir. Muito obrigada.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Muito obrigado Doutora. Padovani, Secretário de Estado, como senhor.

O SR. EVANDRO PADOVANI – Boa tarde a todos, a todas senhoras e senhores. Quero cumprimentar aqui o nosso Presidente, Deputado Lazinho; cumprimentar o Deputado Adelino Follador; cumprimentar também o meu colega, o Francisco Mendes Barreto, o nosso Presidente da Emater; a Senhora Elissandra Dutra, Secretária de Políticas Agrícolas da FETAGRO; cumprimentar o Senhor Ailton Pacheco Dias, vice-presidente do CREA; cumprimentar a Senhora Mariuza Krause, Procuradora Jurídica do CREA. Aqui já foi Senhor Presidente, já foi colocada a situação que o Governo do Estado, a nossa PGE, ela entrou com uma Medida para ver realmente a legalidade, tivemos aqui a confirmação já do desfecho desse questionamento, aonde que deu o ganho ao CREA e a nossa Emater, com o Chiquinho falou, nós temos um convênio que já foi discutido entre a Emater e o CREA para vigência do início de 2017, para que a gente consiga poder atender a agricultura familiar, todos os pequenos produtores da agricultura familiar atendida pela Emater através desse convênio. Sabemos que é importante reduzirmos custos na atividade agrícola, em especial ao pequeno, ao médio produtor rural e cada vez que vem um custo a mais para o produtor lá na sua atividade, isso onera, dificulta o produtor rural nas suas atividades. E não são poucas, hoje o produtor rural, nós temos várias atividades na agricultura, na pecuária, na piscicultura, nas agroindústrias familiares. Então, hoje se nós estamos vendo, Deputado Adelino, muitas exigências de taxas, cada vez criando mais taxas para o produtor rural. Esses dias, Deputado Lazinho, eu fui convocado pela Câmara Setorial de Aves e Suínos em Espigão, aon-

de que um aviário precisa, tem taxa do licenciamento, aí tem a taxa do Corpo de Bombeiro agora também na questão dos aviários; nós temos muitos custos variáveis dentro de uma atividade agropecuária. A agricultura, a agricultura empresarial também tem nos reclamado muito da fiscalização do CREA na atividade que o trabalhador está lá numa operação, ou fazendo uma gradeagem ou está fazendo uma pulverização, ou ele está fazendo a colheita e a necessidade que estão, alguns técnicos talvez até falta de orientação técnica, está exigindo de imediato do produtor naquela atividade, que ele apresente os comprovantes de taxas recolhidas. Então, o que eu peço ao CREA, para que a gente sente junto com a Federação da Agricultura do Estado de Rondônia, a FAPERON, junto com a Federação dos Trabalhadores, a FETAGRO; junto com a Emater, junto com o IDARON, junto com Secretaria de Estado de Agricultura, junto com a Assembleia Legislativa e as Câmaras Setoriais, todas elas já estabelecidas de todas as cadeias produtivas, e, possamos discutir juntos, uma maneira adequada, para não criarmos cada vez mais dificuldades para o produtor rural no campo. Hoje o que mantém o nosso País, que mantém o Estado de Rondônia, as receitas positivas, ela vem da agricultura, vem da pecuária, então, nós temos que achar uma maneira de desonerar esse segmento, mas, de uma maneira organizada, sabemos da necessidade do trabalho de vocês, sabemos da necessidade de gerar mais postos de serviços aos novos alunos que estão se formando em Agronomia, Zootecnia, na Veterinária, Médicos Veterinários, mas, temos que ter certa cautela também de como fazer, como auditar essas propriedades rurais que estão em franco desenvolvimento na área rural, seja ela da agricultura familiar, ou médio produtor rural e agricultura empresarial. Nós temos também muitos produtores que de uma maneira ou de outra, não são assistidos pela assistência técnica pública, que eles têm que buscar uma assistência técnica privada, e, muitos não têm condições e ficam a desejar. Então, o que eu peço para vocês, aos senhores, que a gente possa sentar mais, dialogar mais, discutir essas ações em conjunto para que a gente possa levar uma orientação correta a todos os nossos produtores de todas as classes, para que a gente possa trabalhar, fazer um trabalho em conjunto na organização do segmento produtivo, dá mais condições, mais orientações aos nossos produtores para que eles possam aumentar a produtividade no uso das novas tecnologias que estão aí disponíveis. Quero agradecer ao CREA pela grande parceria que nós temos na execução da Rondônia Rural Show, todo ano a gente tem essa Feira, que é a 8ª maior Feira do segmento em nível de Brasil já onde que aquela semana são montados vários stands, estrutura dentro aquela feira e que nós temos uma grande parceria que o CREA também entendeu a necessidade daquela feira, porque aquela feira, ela traz tecnologia, ela traz desenvolvimento, ela traz oportunidade do produtor fazer os investimentos na sua atividade lá, aonde vai gerar empregos, renda a todos os segmentos. Então, só fica assim a minha colocação aqui, quero me colocar a disposição do CREA para que a gente possa a construir juntos todos os encaminhamentos em nível de Governo de Estado, tanto nas Secretarias afins de produção como as demais necessárias em tratativas com o Governo do Estado. Muito obrigado a todos.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Padovani. Com a palavra o senhor Ailton, Vice-Presidente do CREA.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Enquanto caminha para fazer uso da palavra, registrar a presença do Senhor Felipe Monclair, Engenheiro Agrônomo da AEARON e o senhor Luiz Carlos Menezes, representando Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Luiz Cláudio; Senhora Vitalina Orneles, Presidente da União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária - UNICAFES.

O SR. AILTON PACHECO DIAS – Senhoras e senhores boa tarde, em nome do Presidente Nélio Alencar, o CREA agradece, Excelentíssimo Senhor Deputado Lazinho da Fetagro, a participação na Audiência Pública, também quero cumprimentar a Mesa, Excelentíssimo Senhor Secretário Evandro Padovani, Excelentíssimo senhor Secretário Francisco de Sales que está ali sentado, Secretário Adjunto da SEDAM; Senhor Francisco Mendes Barreto, Diretor Presidente da Emater; a Senhora Elissandra Dutra, Secretária de Políticas Agrícolas da FETAGRO e a Senhora Mariuza Krause, Procuradora Jurídica do CREA que compõe a Mesa. Muito bem, ouvindo aqui a palavra, o começo ali pelo Deputado Lazinho da Fetagro, depois o Chiquinho da Emater, Presidente da Emater falou e a gente vem notando. Senhores e senhoras, o CREA, ele é parceiro de todos os órgãos do Estado, tanto do Governo Estadual, como Municipal, Federal, o CREA é parceiro. A intenção do CREA, não é penalizar nenhum produtor rural, nenhum produtor industrial, pecuarista do Estado de Rondônia não, é que na ação que o Estado propôs contra o CREA para ver a legalidade da cobrança das ARTs, esse problema, ele começa a surgir daí Deputado, daí que começa esse problema, desculpa Excelentíssimo senhor Deputado Adelino Follador. E daí que foi que o sistema foi na Justiça e procurou os direitos, a Lei 5.194/66 que é a lei que rege as profissões dos profissionais do sistema, ela é de 66. Então ela é bem antiga, então para os órgãos públicos não cabe aqui dizer que não tem conhecimento da legislação. O que aconteceu é que de dois meses para cá, Deputado, o CREA realmente apertou a fiscalização na área rural, que quase não acontecia, quase não acontecia, Chiquinho. Alguns produtores quando a gente chega lá, ele tem lá 15 lâminas de água de piscicultura e diz: “não, é a Emater que nos dá assistência”. Tudo bem, é a Emater, então nos dá ART da Emater, do assistente da Emater. “Não, eu não tenho”. Não, então quem é o profissional que vem prestar aqui a sua assistência, me dá o nome dele que a gente vai ligar. Não é desconfiando do produtor, mas é para não..., faz de toda a busca para não notificar o produtor e muitas vezes ele não tem. Então quando ele não tem, aí ele vai receber uma notificação por 15 dias, depois pode pedir prorrogação por mais 30 dias até equacionar aquela notificação. Então o CREA não multa ninguém, chega lá na hora e diz: “está aqui você está multado”. O CREA não faz isso. O CREA, ele primeiro notifica para depois é que é, aí mesmo a pessoa não estando presente lá vai ser julgado pela Câmara; a Câmara especializada; se for à área da Engenharia Civil é a Engenharia Civil; se for à área da Agronomia é na área da Agronomia, na Câmara especializada em Agronomia, depois vai para o plenário ainda, quer dizer são duas instâncias. E aí a pessoa pode interpor esses recursos que ainda vai ao CONFEA ainda para lá tentar reverter a situação. Então o que tem acontecido que a dois meses para cá realmente, por que também chega muita denúncia de pessoas que estão com a sua atividade regulamentada, que paga o profissional técnico, o engenheiro, o agrônomo, o zootecnista e muitos que estão lá produzindo, concorrendo com ele, não pagam. Então é eles que fazem a denúncia e chega a denúncia e a gente tem que ir atrás. Eu vou dá o exemplo aqui das hortas, igual nós tivemos

uma reunião já com a Emater, não é isso Siguimar? Com o pessoal da Emater, aí um produtor rural que tem horta ele disse: “não, está aqui eu tenho a ART, eu pago o engenheiro agrônomo, eu tenho exame, análise física e química da água, eu tenho o controle do agrotóxico quando é preciso usar e os outros têm isso? Os outros produtores de hortifrutigranjeiros têm isso? E aí o que a gente faz nessa hora? Tem que, se ele está trazendo uma denúncia, você tem que investigar a denúncia, você tem que ir lá e aí você chega lá realmente não tem; então você faz a notificação. E aqui Chiquinho eu também gostaria que a Emater, é o pequeno agricultor que tivesse um jeito dela chegar ali e delimitar o público, é o pequeno agricultor? É a agricultura familiar? E aí a gente vai saber e vai dizer assim: “esse povo, esses produtores rurais, pequenos, médios, talvez até grande também, esse está com a assistência pela Emater”. E quando fizer a ART, mandar uma via da ART lá para o produtor rural guardar, por que o fiscal está indo nas linhas, está indo lá na porta do produtor rural: “olha eu vim aqui, nós usamos o serviço de drones, nós usamos carta e imagem de satélite para saber as atividades”. Então não tem como a gente chegar ali e dizer; vou fiscalizar esse ou deixar esse. E às vezes a fiscalização, ela pega, por exemplo, uma linha lá 180 no Rolim de Moura, ele começa no quilômetro 1 vai até o quilômetro 50 e isso tem acontecido. Mas para isso viu, Deputado, a gente quer fazer os convênios com a SEDAM, a gente quer fazer os convênios, é interesse do CREA manter o convênio com a SEDAM, com a Emater, até com a própria FETAGRO, com todo mundo. Por que viu, Secretário Padovani, para que isso não venha mais penalizar o produtor. É interesse sim do CREA manter e renovar esses convênios, a SEDAM, por exemplo, eu acho que tem lá uns 700 autos de infração contra ela, parece, eu não sei, é que vai chegando e a gente vai vendo. Então o CREA agradece sim, o CREA agradece a participação nessa consulta pública e estamos à disposição ali no CREA para tirar qualquer dúvida. Muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado senhor Pacheco, eu só gostaria de adiantar, eu acho que nós vamos ter que separar aqui então a agricultura familiar da agricultura empresarial. E é por isso que vem essa Audiência está muito bem Ailton Pacheco delimitado, o que é agricultura familiar e o que é agricultura empresarial. A Agricultura Familiar pela Lei 11.326/2006 delimita o que é, a Lei 12.188 que é a Lei do PNATER – Plano Nacional de Assistência Técnica, delimita o que é e a Lei 12.188 também, essas leis definem a gratuidade a toda e qualquer assistência técnica para a agricultura familiar, toda, toda, sem convênio, sem nada, se é o CREA, se é a Emater, o Governo do Estado fazer parceria com o CREA, aí é outra coisa, aí é o Estado e é para isso essa reunião. Essa reunião define, eu acho que nós vamos chegar aqui tranquilamente num denominador comum. Como o senhor disse, chega numa propriedade de médio ou grande porte, que ele tem lá o seu engenheiro, tem tudo aquilo que é preciso ter para ele fazer as atividades. Na propriedade da agricultura familiar o Estado é o responsável, o Estado brasileiro e aqui através da Emater é o responsável, então eu acho que depois, no fechamento já dá para a gente sair daqui com consenso com relação a isso, agricultura familiar e agricultura empresarial.

Passo então a palavra para Elissandra que é Diretora de Política Agrícola da Fetagro e depois o Deputado Adelino já vai começar nos ajudar encaminhar. Se tiver alguém ainda, nós temos aqui a SEDAM e o IDARON, nós não chamamos

para a Mesa porque no nosso entendimento o setor produtivo é representado pela SEAGRI, mas, como já foi dito aqui a SEDAM e o IDARON exercem atividades também na agricultura familiar e terão a visita do CREA, poderão ter, porque exercem atividades que dependem de assistência técnica, então serve para o IDARON e a SEDAM aquilo que nós encaminhamos aqui, aí se a SEDAM, se o IDARON e mais alguém quiser se inscrever nós estamos aqui à disposição para levantar o braço e as nossas meninas vão aí recolher o nome de vocês para poder posteriormente a fala da Elissandra a gente já abrir para as proposições, inclusive, de quem tiver. Ok? Obrigado. Elissandra.

A SRA. ELISSANDRA DUTRA – Primeiro quero cumprimentar o Exmº Sr. Deputado Lazinho da Fetagro e já desde o início parabenizá-lo por esta audiência que tem afligido nossos agricultores; Exmº Sr. Evandro Padovani, Secretário de Estado da SEAGRI; Exmº Sr. Deputado Adelino Follador, Sr. Francisco Mendes Barreto, Diretor-Presidente da Emater; Sr. Ailton Pacheco Dias, Vice-Presidente do CREA, e a Sra. Mariuza Krause, Procuradora Jurídica do CREA, e uma boa tarde a todos presentes nesta audiência. A Federação tem uma preocupação muito grande com essas notificações ou autuações que tem tirado o sono da agricultura familiar, porque nós agricultores sabemos o quanto é difícil hoje você estar lá na sua propriedade produzindo e de repente chega um presentinho, não é, um presentinho que é uma ART dizendo que para produzir ali um hectare de milho, eu preciso ter uma ART, eu preciso pagar uma taxinha. Então isso não está claro ainda para a agricultura familiar a maneira que está chegando isso para os nossos agricultores, porque em momento nenhum a Federação ou a Emater, eu acho que pelo que eu ouvi, foi chamada para sentar e fazer esse debate, eu acho que nós não fizemos essa discussão e não estamos ainda esclarecidos diante dessa situação. Eu espero que com a fala do representante do CREA hoje, ele disse que essa situação está superada, então eu espero que no momento que nós sairmos daqui isso de fato esteja superado. Não se pode exigir a presença de um agrônomo numa propriedade pelo simples fato de estar produzindo ali um pouco de milho ou estar fazendo ali um curral, por exemplo. Porque a gente entende assim que nós somos agricultura familiar, nós moramos nas nossas propriedades em uma área pequena e às vezes a gente se assusta com essas questões, com essas cobranças que a gente ouve, e, que a gente vê as notificações que estão sendo emitidas. Já tivemos uma experiência similar dentro das habitações rurais que os nossos agricultores foram beneficiados com essa habitação e de repente chegou a multa lá, a ART, uma multa para eles no valor de cinco mil e pouco sem nem ter uma visita do CREA na sua propriedade, simplesmente conseguiram uma lista lá do empreendimento, pegaram 72 agricultores e autuou com a multa de R\$ 5 mil, e a Federação recorreu e novamente a multa, saiu a decisão à qual a gente conversou a pouco, e que nós vamos sentar para sendo esclarecido e tentar solucionar a questão. Então, é baseada nisso aí que foi promovida esta Audiência para nós esclarecermos e chegar a um entendimento. Se for um convênio por parte do Governo do Estado, que o Governo chame o CREA e acerte, e assine para que os nossos agricultores não sejam penalizados, porque a gente sabe que nós temos aí a gratuidade da assistência técnica. No mais era isso, obrigada.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Elissandra. Registrar a presença também do Isaias, veio aqui

representando a CEPLAC, que também é órgão de assistência técnica; do Vereador Valdecir do Machadinho, nosso Maguila, Vice-Presidente do Sindicato de Machadinho. Está inscrito aqui então, o Dr. Siguimar, que é também técnico, é engenheiro do CREA. Por favor, senhor Siguimar, pode fazer uso da palavra.

Todos que tiverem já as proposições podem ir fazendo, aqui já saíram algumas e a gente vai tentar encaminhar para não precisar delongar tanto a Audiência.

O SR. SIGUIMAR FRANCISCO CRUZ – Boa tarde a todos. Quero em nome do CREA agradecer pelo convite, e também fazer algum pronunciamento na questão de alguns questionamentos. O CREA, todo mundo sabe, é um órgão fiscalizador, foi criado em 1966, com o objetivo de fiscalizar toda atividade de engenharia. Hoje o CREA tem aproximadamente quase, mais 300 títulos de engenharias, são muitas áreas para serem fiscalizadas. Inclusive, a própria atividade agro-nômica, nós achamos que não deveria ser fiscalizada. É uma atividade produtora realmente no nosso Estado, o crescimento é enorme na área de agropecuária, então o CREA não multa. O CREA exige que cada atividade tem que ter a participação de um profissional. O objetivo é que todos os produtores tenham uma produção com qualidade, tenham um maior ganho na sua produção, menos agrotóxicos. Então, esse é um dos trabalhos que o CREA faz, é que tem que ter a presença do profissional na propriedade, não apenas sair multando. Nós temos convênio com a Emater, já há alguns anos feito o convênio, sempre discutindo a questão do registro da ART da Emater. A Emater foi constituída para dar assistência aos pequenos produtores, têm profissionais em dias, qualificados, registrados no CREA. Então, uma das atribuições da Emater é fazer essas ARTs para o pequeno agricultor, que inclusive estão fazendo. Eles estão buscando essa parceria com o CREA, até para poder registrar essas atividades. O CREA não pode deixar de fiscalizar, é o órgão que foi constituído para fiscalizar os exercícios das profissões. Então, não é aqui querer arrecadar ou botar dinheiro no bolso, não! É um órgão que foi constituído pela Lei 5.194, de 1966. Inclusive, nós estamos numa Casa que cria Leis, então nós temos que ver a diferença da questão das legislações. Quanto à assistência técnica, familiar pequena, a gente tem a Lei 11.088, de 2008, realmente o CREA também não apenas multa como participou, que nem falou o nosso..., lá da Emater, que o CREA doou o projeto, os projetos para construções rurais, o CREA doou o projeto, sem custo nenhum. A Emater entra com o acompanhamento do profissional, inclusive tem o profissional. A própria lei diz que tem que ter assistência técnica, quem dá assistência técnica? Hoje nós temos no Estado a Emater que dá assistência técnica. Se você observar na própria lei lá no artigo 5º, parágrafo 2º, ele diz: "qualquer das modalidades da atuação prevista no caput deste artigo, deve ser assegurada devida Anotação de Responsabilidade Técnica"; que é a ART. Quem faz essa ART é o profissional, tanto que o técnico agrícola, engenheiro agrônomo, engenheiro florestal, todos que tiverem atribuições para serem feitas. Nós também temos, o CREA vai abraçar realmente essa propositura, nós temos, vamos até conversar com o pessoal da Emater, nós temos Resoluções que amparam atividades de rotina. Praticamente as atividades da Emater, podem ser consideradas como uma atividade de rotina em cada propriedade. Então, o custo da ART é um custo baixo. Então, a gente vai conversar com o pessoal da Emater, até a questão desse convênio para poder efetivar, fazer com que os próprios produtores, os trabalhadores, de forma geral, eles têm que ter um acompanhamento do próprio profissional. Então o objetivo é que todas as proprie-

dades, todas as atividades técnicas de engenharia têm que ter o acompanhamento profissional. Então aqui eu quero agradecer a Mesa pela oportunidade. Obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Ok. Temos mais dois inscritos, mas só salientando, eu volto a salientar a questão da agricultura familiar. Essas leis que eu citei dão a gratuidade da assistência técnica ao agricultor familiar, eles dão. O que precisa aqui também levar em consideração é o potencial de atendimento dos nossos órgãos de assistência técnica em conseguir universalizar essa assistência técnica, que às vezes não consegue universalizar. Então, se a gente for levar ao pé da letra, por exemplo, o Supremo teria que ter, ao dar o ganho, porque o ganho ao CREA foi dado pela função que o CREA tem, ele tem essa função. Então aí está dada a ele a autorização, está reiterada a autorização de que essa é a função do CREA. Agora, o que a gente precisa ver aqui é, se nós formos levar em consideração que a Emater e que as empresas públicas de assistência técnica não conseguem atingir a todos os produtores e não conseguem atingir todas as ações lá na propriedade. Nesse sentido, o CREA vai poder multar todos os produtores do Estado, grande e pequeno. Agora, o que nós precisamos ver é: bom, aquele curral lá na propriedade da agricultura familiar, ou até da grande propriedade agora, lá não tem um projeto de arquitetura, precisa do engenheiro para fazer o curral, precisa do engenheiro para fazer a cerca, precisa do engenheiro para fazer... Não é lógico. É lógico para quem está aqui, precisa do engenheiro para fazer a horta, precisa do engenheiro para fazer um galinheiro, não é? Se nós levarmos isso ao pé da letra, a lei diz que precisa. A Lei de Assistência Técnica para a Agricultura Familiar fala que é gratuita. Então o CREA não pode cobrar da agricultura familiar nada. Ele tem que prestar assistência técnica gratuita também. Porque a lei está dizendo que a agricultura familiar, a assistência técnica é gratuita. Então o engenheiro não precisa nem de convênio. Nesse caso, porque a lei de gratuidade, a Lei da Agricultura Familiar, a Lei do Plano Nacional de Assistência Técnica veio, uma em 2006 e a outra em 2010, e a do CREA é de 1966. Então ela sobrepõe essa lei e não está sendo levado isso em consideração. Então é isso. Precisa ter o engenheiro? Precisa, não discordo. Tudo bem, precisa ter o engenheiro para fazer o curral. Então o CREA, como agora é só fiscalizador, porque é muito mais fácil também, eu não quero entrar nesse mérito aqui: “precisa pagar o CREA”. Precisa pagar o CREA. Agora, a lei fala que não precisa pagar o CREA. O CREA vai fornecer para ele assistência técnica gratuita?

O SR. SIGUIMAR FRANCISCO CRUZ – Que além de você ter o profissional, você tem que ter o responsável técnico e registrar a ART. Se quem vai pagar é o órgão, mas tem que ter a ART. É isso que nós estamos questionando.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – A ART, o que eu estou dizendo é isso, a ART para a agricultura familiar tem que ser gratuita, então. Porque a lei diz da gratuidade da assistência técnica. Não estou falando que o produtor não tem que tirar a ART dele. Ele pode tirar a ART, mas ela tem que ser gratuita, porque a lei está dizendo que é gratuita. Toda e qualquer assistência técnica para a agricultura familiar é gratuita. Deputado Adelino.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu quero cumprimentar o Deputado Lazinho pela iniciativa, cumprimentar todos os componentes da Mesa aqui. Para nós é um prazer estar aqui, o

Evandro, Secretário; também o Chiquinho da Emater; Elissandra, representando aqui também a Fetagro; o Vice-Presidente e o Presidente do CREA. O brasileiro, por isso que muitas vezes o pessoal fala assim: “se os políticos não atrapalharem o povo para trabalhar, acho que já faz um grande favor”. Agora, a gente que faz as leis, nós, o Poder Legislativo municipal, estadual, federal, muitas vezes não olha o que, aonde, até aonde chega. Imagina se tiver que plantar um pouco de milho, aí tem que tirar... Aí os periquitos já comem a metade sem autorização nenhuma, não é? Aí você tem que... E ainda vem um fiscal lá encher o saco com aquilo, aí o técnico assinou lá se responsabiliza, se não dá produção, se não colhe? O responsável técnico tem que ir lá tem que fazer produzir, se não der, se o periquito levou tem que responder lá, tem que fazer o relatório, tem uns macacos lá, eu conheço macaco que faz 2 km em cima do arame para ir lá comer o cacau, aí eu quero ver se o técnico vai se responsabilizar de tudo. Eu acho que nós temos que ter um mínimo de lógica, eu estou vendo aqui, a menina passou aqui a multa, o agricultor, imagina pegar uma multa lá ele vai ter que pagar um advogado para fazer a defesa dele, olha quanto que vai ficar, eu estou falando aqui de multa de mil e oitocentos reais, aí com mais o advogado, onde é que o agricultor, ele já está falido lá, está lá com uma rocinha de arroz, uma rocinha de milho, uma mandioca lá para fazer farinha e você vai lá e dá mil e oitocentos reais para ele. Nós temos que ter o mínimo de bom senso, eu acho que, eu concordo com todos os profissionais, eu acho que tem que pagar o CREA, profissional que nem o Secretário estava falando aqui, todos os profissionais para estarem habilitados eles atem que pagar mensalmente, anualmente, seja da maneira que a categoria define, mas eu acho que se nós começarmos a ir à área rural nós vamos criar tanto problema, o curral, o galinheiro, uma cerca, eu acho que nós vamos complicar a vida do homem do campo e eu que me criei na roça, meu pai criou nove filhos em dez alqueires de terra, a gente conhece a realidade do campo e a gente vive isso todo o momento, não é Deputado Lazinho, no campo, nós temos que ter, se tem alguma coisa para acertar entre o CREA e o Governo dentro da legalidade daquilo que é legal, mas nós temos que pedir ao CREA, mesmo que seja a Lei tem que alterar essa Lei, mesmo que existir a Lei tem tanta coisa mais importante para prejudicar, para fiscalizar essas obras que muitas vezes coisa grande, sem ir lá essas coisas pequenas, isso perturba o cidadão, perturba o agricultor, você não sabe a raiva que ele vai, que ele larga, ele não planta mais, ele já está com o saco cheio, ainda se chegar lá um fiscal e perturbar ele nem ele e nem os familiares, nem os vizinhos não plantam mais, vão ficar de revolta.

Então, eu quero parabenizar Deputado Lazinho, mas esperamos que a gente chegue num bom senso. Parabenizar o CREA que está vindo aqui para discutir esse assunto, vieram com a maior... Está aqui o IDARON, está aqui a SEDAM e esperamos que nós, os representantes da categoria junto com os políticos, a gente resolva para perturbar o menos possível, o agricultor que nós estamos ajudando muito eles, se a gente não atrapalhar. Obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Deputado Adelino. O Felipe, Engenheiro Agrônomo, Diretor da AERON, Associação dos Engenheiros Agrônomos.

O SR. FELIPE MONCLAIR – Boa tarde aos senhores aqui presentes nesta Audiência Pública. Gostaria de agradecer ao Deputado Lazinho por chamar, por provocar essa discussão, o

Deputado Adelino, Evandro Padovani e a colega da FETAGRO que estava aqui presente, explanou um pouco das dificuldades dos seus assistidos. Eu acho que seria de suma importância, eu penso que aqui no meio de nós existem algumas pessoas leigas que não sabem do que significam ART, de qual é a sua função, para que serve. E eu enquanto ali ouvinte senti a necessidade de esclarecer esse ponto.

ART, nada mais é do que um documento que comprova que o produtor ou qualquer outra pessoa esteja sendo assistida por um profissional habilitado para está dando no mínimo orientações a respeito daquele assunto.

Então, nós estamos discutindo aqui que ART tem oneração do produtor. Na realidade, se o produtor recebe assistência técnica de órgão público ou de profissional particular, o órgão público ou o profissional está obrigado a emitir essa ART de qualquer maneira. O produtor rural não pode de maneira alguma executar serviços técnicos sem assistência técnica de alguém que entenda do assunto, no caso, aqui nós estamos tratando de Agricultura Familiar nós pensamos em pequenas propriedades, em pequenas lavouras, em pequenas obras e pequenos serviços, mas, não deixa de ser um serviço técnico, independente do tamanho.

Então, o seguinte, como o colega Pacheco explanou aqui, existe convênio com a Emater, a Empresa de Assistência Técnica Rural do Estado, a Emater, ela já dá Assistência Técnica, então ela simplesmente deveria fazer a ART, preencher a ART, que a ART nada mais é do que uma comprovação do que você está sendo bem assistido e de que qualquer problema que aconteça na sua obra ou serviço, existe uma pessoa que vai ser responsável por isso judicialmente.

Então, nós falamos aqui do milho, em hectare de milho, mas para se plantar um milho tem que gradear uma terra, certo! Uma gradagem mal realizada, ela implica em vários fatores que degradam a fertilidade do solo e/ou promove carregamento de material para os rios, causando o quê? Assoreamento. Está ali o nosso amigo Secretário da SEDAM, o Sales, é testemunha do problema que nós temos no Estado de assoreamento de pequenos copos de água e de onde vem esse assoreamento? Uma área florestada não promove assoreamento. Uma área desflorestada própria para agricultura, mal manejada ela promove assoreamento. O assoreamento é? A morte de um rio. O quê que nós vamos fazer sem água? Eu chamo os senhores para a reflexão, o quê que nós vamos fazer sem água. Não vamos fazer nada. A agricultura familiar é responsável praticamente por 80% do alimento colocado na mesa de nós brasileiros. Parabéns, ótimo. Mas, em contrapartida, está passando no jornal praticamente todo mês, o nível de agrotóxico encontrado no pimentão, no morango, no tomate, não sei mais em que lá. Isso é responsabilidade de quem?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Mais você acha que todo mundo, quem vai fazer as coisas erradas vai tirar autorização? Não vai...

O SR. FELIPE MONCLAIR – E precisa ser fiscalizado...

O SR. ADELINO FOLLADOR – O problema é esse. Eu concordo contigo. Mas, como que você vai, tirando a ART de algumas propriedades, como que você vai, aquele que faz a coisa errada, ele não vai... Hoje tem 130 mil propriedades rurais, a Emater atinge só 30, 35, 45 mil propriedades e o restante vai aonde tirar autorização? Vai tirar aonde?

O SR. FELIPE MONCLAIR – Então, mais se a Emater não tem capacidade de infraestrutura de atender a totalidade dos produtores que têm o direito da assistência técnica gratuita, que ter o direito e gozar do direito, tem uma diferença, ter o direito e gozar do seu direito, é diferente. Se a Emater não tem condições de atender todo mundo, o CREA é responsável por isso?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Não, nesse caso Felipe, nesse caso o quê que nós vamos fazer? Nós vamos uma Lei Estadual baseado nas Leis Federais e todo o engenheiro agrônomo terá obrigatoriedade para prestar serviço gratuito de assistência técnica para a agricultura familiar.

O SR. FELIPE MONCLAIR – Se ela tiver constitucionalidade, o senhor fique à vontade.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Porque vocês, porque o engenheiro também não vai dar conta de atender isso.

O SR. FELIPE MONCLAIR – Não existe profissional suficiente para todo mundo.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Então, a gente vai ter que achar aqui, é isso que o Deputado Adelino falou. Nós vamos ter que achar aqui um bom senso. Nós não vamos parar o Estado de Rondônia, eu acho que é em cima disso que nós temos que trabalhar.

O SR. FELIPE MONCLAIR – E aí quando o senhor toca no assunto das Leis que regem a agricultura familiar, ela é clara aqui; a assistência técnica ela é gratuita para esses produtores. Só que o Conselho, ele não dá assistência técnica, ele fiscaliza o exercício profissional, certo? De duas maneiras...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Mas ele tem que fiscalizar em cima daquilo que não é, que não é legal. Se a partir do momento que tem uma Lei Federal, é legal, você não pode multar...

O SR. FELIPE MONCLAIR – Sim, mas, eu não estou...

O SR. ADELINO FOLLADOR – O CREA não pode multar.

O SR. FELIPE MONCLAIR – Ninguém está multando o produtor, autuando e posteriormente, notificando e posteriormente autuando pelo produtor ser pequeno produtor rural. Ele executou ali, ele executou ali uma gradagem do solo, ele executou uma aplicação de calcário, ele executou ali uma fertilização. Quem foi o produtor A está gradeando, está usando uma tonelada e meia de calcário por hectare, por quê? Quem indicou? Quem foi que calculou para ele? Através de análise de solo, quem calculou? Quem indicou? A pessoa que deu essa indicação, ela deveria preencher a anotação de responsabilidade técnica, eu não estou falando que o produtor está errado. O produtor, ele está desassistido, é diferente, ele não está errado, ele está desassistido, certo? Então, quando o CREA vai lá e encontra uma situação dessas, ele, é obrigação do CREA, senão ele está se omitindo das suas obrigações.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Ok.

O SR. FELIPE MONCLAIR – Então, só para concluir. Que ART, ela é instituída por legislação federal e o CREA tem obrigação

infelizmente, ou felizmente de aplicar a Lei e isso também se dá aos maus profissionais, profissionais que não têm habilitação para está trabalhando com plano de manejo, aí o cara vai lá e se mete a trabalhar com plano de manejo. Quem é que vai fiscalizar esse profissional? É o CREA. O produtor ou o empresário que está trabalhando com qualquer atividade exclusiva de profissionais do sistema CREA. Quem que vai também fiscalizar? É o CREA. Então, eu vim aqui simplesmente para que nós possamos deixar claro o quê que significa o ART e que o CREA não presta assistência técnica rural.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Ok.

O SR. FRANCISCO MENDES BARRETO – Viu Felipe. Eu acho que a Emater e o CREA, já achou uma solução. Como é que vamos definir Deputado Lazinho, o que é pela DAP's da agricultura familiar. Todo produtor que tem DAP, é da agricultura familiar. Todo produtor que tem DAP, é da agricultura familiar, ele é pequeno, então, o Ministério da Reforma Agrária, já definiu isso. Agora o que nós temos que ver também, Pacheco, e podemos conversar, Deputado Lazinho e Deputado Adelino Follador, é nos assentamentos ainda não municipalizados, que estão lá diversos produtores rurais que não são donos ainda da terra, que estão lá para ganhar terra, eles não têm assistência técnica, são vários assentamentos ainda que estão com o Incra, que todos os profissionais do Incra, todos os profissionais da SEDAM, do IDARON, da Emater pagam a sua anuidade ao CREA. Então, a gente quer, entendeu Pacheco, que nesses assentamentos o CREA, entre nós, Governo e CREA que deixe para entrar lá quando eles tiverem documento da terra, ou pelo menos uma declaração do INCRA que é dono da terra, porque se não tem muitos assentamentos que não tem nada, o Felipe, aí falou das questões do CREA, então, eu na Emater tenho procurado, Pacheco, cobrar de todos os colegas, não deixo ninguém estar na atividade sem pagar o CREA, todos, entendeu. Então, eu acho que precisa disso e a gente, eu acho que o caminho seria esse, esse contrato da Emater via com o CREA para a gente sanar agricultura familiar, e a Emater vai emitir as ARTs.

O SR. FELIPE MONCLAIR - Chiquinho, aproveitando o gancho, quando o Incra faz um projeto de assentamento, o Incra durante mais ou menos uns dez anos, ele é responsável por tudo ali dentro.

O SR. FRANCISCO MENDES BARRETO – Ou até mais.

O SR. FELIPE MONCLAIR - O Incra tem engenheiros agrônomos, tem engenheiros florestais, tem agrimensores e todos esses profissionais estão obrigado a emitir a ART. Já que a nossa Audiência Pública é sobre ART...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado pela participação.

O SR. FELIPE MONCLAIR – Eu queria concluir aqui com uma questão. Que eu estou aqui na realidade não em defesa do CREA, só esclarecendo a questão, eu estou aqui em defesa dos engenheiros agrônomos que quando sai na mídia uma notícia de excesso de agrotóxico em alimentos, isso impacta diretamente os profissionais em engenharia agrônômica. Sendo que se o CREA não realiza essa fiscalização, nós não estamos nem sabendo do caso, do ocorrido.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Eu só sei de uma coisa, não tem engenheiro agrônomo para dá conta em atender os produtores no Estado, não tem.

O SR. FELIPE MONCLAIR – Mas tem técnico agrícola.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Eu digo o seguinte: eu espero, têm mais pessoas inscritas, eu só vou fechar com a Mesa, porque aqui está simples o caso, está simples. O Governo junto com o CREA vai ter que tomar as providências, levando em consideração a legislação, eu acho que é esse o ponto, porque não dá para os agricultores, nós vivemos numa outra realidade do que os engenheiros agrônomos estão pensando. O Chiquinho falou dos assentamentos, esquecem que vai dez anos para ter estrada no assentamento, meu filho, dez anos, vinte anos para ter documento da terra, então, não vai ter atividade nenhuma. Eu acho que é possível a gente achar aqui um meio termo e deixar o povo trabalhar, achar um bom senso porque, eu vou sair fazendo propaganda para os produtores, pegar um pedaço de pau, a hora que entrar um na propriedade dele, meter o cacete, entendeu, porque não dá para entender, chama a polícia, já chega o IBAMA que tem que cobrar, a SEDAM que tem que cobrar, agora imagina o produtor fazer uma poça de água, não dá. Chiquinho, Padovani, eu peço, eu peço que vocês sentem, eu acho que o CREA está com boa intenção, nós não viemos aqui beneficiar a categoria, nós precisamos dos engenheiros agrônomos, nós precisamos de engenheiro agrônomo. Agora não venha, não venha descumprir a legislação, o engenheiro agrônomo que é bom e gosta, cumpra a Lei da Agricultura Familiar dê assistência técnica de graça e a ART de graça, porque está aqui a Lei que tem que cumprir. Gente, vocês não sabem o que vocês estão causando no Estado de Rondônia, vocês não têm noção do que estão causando naquele fundo de Corumbiara, de Machadinho do Oeste, só o medo, o cabra tem uma cerca, não vai ART, não tem, não tem. Então é bom senso que nós precisamos.

O SR. FELIPE MONCLAIR – Deputado, com o perdão da palavra. O CREA, exigindo a ART, eu quero, acho que eu não fiquei bem claro com nisso, exigindo a ART, ele estará exigindo a participação de um profissional habilitado e isso implica em quê? Implica em qualidade de atendimento, qualidade de obra e de serviço.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Não tem engenheiro para isso, filho, não tem na Emater.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Teoricamente você está certo, mas você atende uma propriedade, a outra não, aí o outro vai contaminar esse também. Então, a teoria sua está certa, a prática...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – A Legislação está correta.

O SR. ADELINO FOLLADOR - A prática hoje sem o documento da terra, sem a condição que o pessoal tem, não funciona, nós temos que ter na realidade, hoje a realidade é essa, e a lei dá, é só a maneira que nós temos que ver como que vai fazer. Mas aqueles que estão amparados por lei federal eles não podem ser perturbados...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Deputado Adelino outra coisa...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Se ele fizer alguma coisa de errado, é claro que a SEDAM está aí para ir lá multar, o IBAMA está aí para ir lá multar, se alguém fez alguma coisa de errado tem os órgãos competentes para irem lá, agora dentro das normas, agora o problema é o seguinte; exigir que cada agricultor cento e quarenta mil agricultores no Estado de Rondônia, ou que seja lá quantos forem os da agricultura familiar, todo mundo tenha lá o certificado, vá lá plantar o milho, vá lá buscar na Emater, a Emater às vezes nem tem, a Emater às vezes é 100 quilômetros longe. Então não adianta...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – É falso, é falso você achar, não adianta, a gente ...

O SR. ADELINO FOLLADOR – E se o técnico não for lá na área, ele vai dá o certificado também não valer nada...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Não, o certificado não vai aparecer lá, não vai...

O SR. ADELINO FOLLADOR – É só teórico, a EMATER não tem como ir lá fiscalizar, ele vai SÓ fazer de conta que deu, o risco tem do mesmo jeito.

O SR. FELIPE MONCLAIR – Sem dúvida. Agradeço aqui a oportunidade.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado. Eu passo a palavra novamente o Sr. Ailton de repente a gente já consegue encaminhar Sr. Ailton.

O SR. AILTON PACHECO DIAS - Olha nós viemos aqui atendendo, e é uma preocupação minha, eu sou filho de agricultor, neto de agricultor. Eu dei assistência técnica lá no Joana D'Arc de graça para quem sabe lá na linha 17, lá no PA Margarida Alves eu dei assistência lá de graça a quem não sabe. Eu saía daqui de Porto Velho para ir lá com meu combustível por que eu tenho amigos lá que são produtores rurais. Então eu faço isso muitas vezes quando eu vou a propriedades rurais, eu vou lá oriento, se for preciso eu tiro ART, eu mesmo faço a ART, é setenta e quatro reais eu mesmo pago entendeu? Não, eu estou dizendo assim para que o pequeno agricultor não seja, mas, eu também eu sei, Deputado que uma galinha caipira lá no sítio custa quarenta reais. O meu irmão é agricultor lá em Alta Floresta, mas, vai lá vê se ele te dá um queijo lá, vai comprar. Eu comprei queijo lá em Nova Mamoré vinte reais o quilo, lá no produtor rural. Então assim eu acho, Deputado, o seguinte: o senhor chamou aqui, a gente veio com boa vontade, já está bastante adiantada a conversa com a Emater, inclusive lá, Secretário Padovani, para auxiliar também a Emater lá tem bastante engenheiro que pode sim atender o chamado da Emater, viu Deputado, atender por que às vezes há uma urgência, o colega lá da Secretaria sua lá pode fazer essa ART para ajudar o pessoal da Emater.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Ailton só me responde uma coisa, o que eu estou questionado aqui, veja bem, não estou dizendo que está errado, tem que ter a ART, eu estou trazendo para a nossa realidade, Doutor. Imagina uma propriedade de 10 alqueires da agricultura familiar ou menos, mas vamos colocar dez alqueires, ele tem que fazer...

O SR. ADELINO FOLLADOR – A maioria é menos, menos...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Ele tem que fazer uma parte de pasto, ele vai fazer seca, aí tem que tirar a ART, ele tem que gradear aquela terra ele tem que ir lá tirar a ART, ele vai plantar um hectare de café, ele tem que tirar a ART, ele vai plantar um pedacinho de milho, de mandioca, cada atividade ele tem que uma ART por que é por atividade não é por propriedade, por que é por propriedade, é por atividade. Por que senão aí não tem sentido de ter ART, não tem sentido por que a atividade, se ele for construir um curral ele tem que ter ART do curral. Se ele for fazer um desmatamento, ele tem que ter a ART mais a licença da SEDAM, se ele for construir, gente, imagina, então é por atividade, o que eu estou dizendo é que a ART que está sendo questionada tanto do grande quanto do pequeno, não é a solução de ter a correção legal das atividades produzidas no campo por que nós não temos instrumento humano para dá assistência técnica que precisa ter, é isso que eu estou dizendo. Não adianta a gente achar, agora se é por uma obrigatoriedade a cada propriedade ter um engenheiro contratado para dá emprego para os engenheiros agrônomos, aí é outra coisa. Mas a ART que está sendo questionada e que os produtores estão com medo por que também não entende tudo, a ART não vai trazer a legalidade da ação desenvolvida na propriedade por que não vai ter o técnico acompanhando como deve ter, entendeu? Então, Ailton eu quero pedir, o Márcio está inscrito, tem mais gente inscrita, o Itamar está inscrito, mas, eu acho que o debate aqui acaba levando para um lado que não é esse aqui o objetivo, porque eu tenho certeza que nós precisamos sair daqui com o objetivo, primeiro, aos engenheiros agrônomos do Estado de Rondônia quem dera que a Emater pudesse tê-los em seus quadros para atender todos os produtores em todas as atividades, quem dera que a Emater conseguisse emitir ART de todas as atividades envolvidas nas 45 mil propriedades que atende, eu não estou falando das 130 mil propriedades, estou falando das 45..

O SR. ADELINO FOLLADOR – Quisera que o INCRA também ...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Quisera que o INCRA tivesse, quisera que a CEPLAC pudesse fazer isso, que a SEDAM pudesse, mas não é essa a nossa realidade.

O SR. AILTON PACHECO DIAS – E a gente está aqui para resolver o problema, viu Deputado, agora assim eu vou até desconsiderar a sua fala ali quando o senhor falou que incentivar a população, o produtor a bater nos fiscais...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Não, soltar um cachorrinho, solta um cachorrinho lá.

O SR. AILTON PACHECO DIAS – É, entendeu, assim para que depois, porque o CREA está na defesa da sociedade, o agricultor também se ele não tem o direito de cidadania dele reconhecido e a assistência técnica também é uma cidadania que o Estado tem que servir ao agricultor e nós queremos sim, nós queremos que todo produtor rural seja assistido, nós não viemos aqui com embate, porque se for com embate eu pedir a fiscalização para apertar mais, se for para embate eu posso chegar para a fiscalização aperte mais, aperte mais, mas, não é isso, não, eu estou dizendo não é isso que nós queremos, mas se for necessário, se caminhar para isso aí, se for para entrar no embate, a maior parte dos engenheiros compahei-

ro é lá da CUT, o sindicato dos engenheiros é filiado lá na CUT, lá na CUT, faz parte também, quem faz parte do CREA, faz parte do SENGE, faz parte de todos os sindicatos de engenheiros, mas nós não queremos aqui entrar em embate com a Assembleia, com o senhor Deputado, jamais, nós queremos aqui juntamente com o Chiquinho, juntamente com o Evandro Padovani, juntamente com a Associação de Agricultores, são várias que tem no Estado, são várias também, a gente procurar uma solução e a solução é essa, um convênio com a Emater, convênio com a SEDAM, convênio com o IDARON, convênio com as demais, entre aí a gente consegue, a gente consegue um acordo e a gente consegue ir equacionando esse problema sem precisar embate, gente, nós não viemos aqui armados não, viemos desarmados aqui para um diálogo tranquilo, tranquilo aqui. Chiquinho, o CREA está lá à sua disposição e à disposição da Assembleia.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Eu gostaria de propor então para a gente encaminhar aqui que fosse suspensa toda e qualquer atividade até que resolvesse o problema aqui no Estado com relação à agricultura familiar, porque tem a legislação federal também da agricultura, então todas as atividades até que se resolva essa questão aqui com o Estado. Se o problema é o convênio, esse é um pedido.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Deputado Lazinho, uma proposição então que suspenda essa proposição, também que sentem a Emater, a SEAGRI com...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Encaminhando isso para que resolva numa reunião o mais rápido possível, como disse o Padovani.

O SR. ADELINO FOLLADOR – E a FAPERON e a Fetagro também e que encaminhe sempre defendendo a agricultura familiar e no restante que haja o entendimento.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – SEAGRI, CREA, SEDAM, IDARON, FAPERON, Fetagro, para poder marcar uma reunião, se pudesse sair com uma data daqui para vocês tentarem solucionar esse problema lá, porque lá no campo não dá para a gente ficar esperando mais nada. Essa é a proposta que eu faço aqui.

O SR. AILTON PACHECO DIAS – Concernente a reunião, pode marcar com o CREA, a gente encaminha os ofícios que a gente vai atender sim, e também fica aqui o compromisso aqui do CREA desacelerar as notificações, viu Chiquinho, para que este mês de dezembro a gente ter outro foco, criar outro foco.

O SR. FRANCISCO MENDES BARRETO – Não ir a campo, ok, ok, tranquilo. Eu acho, Deputado Lazinho, eu acho que é o encaminhamento o senhor deu, vamos fazer uma reunião Agricultura, Emater, SEDAM...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Primeira coisa suspensão, suspender as ações até resolver cá.

O SR. AILTON PACHECO DIAS – É, aí o senhor suspende até resolver porque...

O SR. FRANCISCO MENDES BARRETO – Está suspenso até 1º de janeiro.

O SR. AILTON PACHECO DIAS – Está combinado, então está ótimo, está feito o acordo.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Suspenso então até dia 1º de janeiro. O Secretário Padovani diz que vai convocar para a próxima segunda-feira a reunião com os órgãos responsáveis, a CEPLAC, a Emater, a SEAGRI, IDARON, FAPERON, Fetagro, SEDAM, CREA.

O SR. ADELINO FOLLADOR – EU gostaria de fazer uma sugestão aqui, que não seja dia 1º, porque dia 1º de janeiro, o recesso já está muito próximo, e não vai dá tempo, então vai passar fevereiro ou março para poder dá mais tempo para poder discutir. Está quase firmado o convênio aí..., fevereiro, dia 1º de março, Presidente, 1º de março, que daí dá um tempinho para você vê os convênios, porque começo do ano, sabe que não tem orçamento, um monte de coisas. 1º de março, uma data para a gente voltar. Mas, o Secretário aqui está propondo que até segunda-feira, ele vai convocar e depois, na Comissão da Agricultura, na outra semana nós poderíamos discutir.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Sugerir então, como disse o Deputado Adelino, que o trâmite do convênio deve sair até fevereiro. Então que fique até 1º de março, que até lá esse convênio já está firmado, até lá as ações ficam suspensas para que a gente resolva as atividades e assim que estiver solucionado, o convênio e tudo, a gente gostaria de ter o CREA e a SEAGRI na Comissão de Agricultura para a gente participar da finalização do acordo, ok? Para a gente acompanhar aqui.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Mas que seja estudada essa questão para atingir toda a agricultura familiar, não só o que a Emater atende.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Não, toda a agricultura familiar. Porque tem espaços, todo agricultor que tenha DAP, que a DAP é o comprovante de que a pessoa é da agricultura familiar. O Incra emite, o de assentamento. Itamar.

O SR. ITAMAR FERREIRA – Só esclarecer então, Deputado, que são, está suspenso o trâmite das notificações e novas ações de fiscalização. É isso? É tudo.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Exato.

O SR. ITAMAR FERREIRA – Eu só queria me somar aqui ao que o Vice-Presidente falou, do CREA, que nós estamos juntos na questão de defender as prerrogativas, as condições de trabalho, direitos e salário dos engenheiros. Só para dizer isso.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Ok. Certo, então? Repetindo, está suspensa... É isso, Presidente? Estão suspensas as atividades até 1º de março, do CREA, de cobrança, de notificações até 1º de março. Até discutir esse convênio novamente com o Governo do Estado e a partir daí a Emater passa, com o convênio a Emater passa a emitir junto com o CREA ou para o CREA as ARTs.

O SR. ADELINO FOLLADOR – E se precisar adaptar alguma coisa da lei federal com a lei estadual, também, que o Secre-

tário de Agricultura junto com a Procuradoria do Estado veja alguma adequação que precisa fazer na legislação, que tem, que é legal, para fazer via Estado, não é, Deputado Lazinho?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Passa para a gente, e a gente pode encaminhar aqui.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Que nós fazemos parte da Comissão de Agricultura a gente pode estudar junto e o que é legal fazer para que isso seja...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Só socializando então, Ailton, está fazendo uma ata e nós vamos assinar para a gente poder dar acompanhamento às ações. Concorde? Ok? Então está ok. Primeiro a suspensão das atividades de fiscalização e cobrança até 1º de março. E o encaminhamento da reunião para a próxima segunda-feira, entre os órgãos responsáveis.

O SR. FRANCISCO MENDES BARRETO – Deputado, as multas que já foram aplicadas seguem o trâmite normal.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Será no trâmite normal o que não for da agricultura familiar, porque senão há questionamento jurídico. O que é da agricultura familiar tem que ser separado. Eu não vou de forma nenhuma aqui deixar que vocês respeitem uma legislação federal. A legislação está aqui. Não pode cobrar nenhum ato de assistência técnica da agricultura familiar. Está aqui. Se tiver multa, se tiver qualquer outra coisa já tem que ser definitivamente suspensa, porque a legislação tem que ser cumprida. Se os engenheiros estão agoniados para trabalhar, eu acho que têm que cumprir a legislação federal também. Entra numa instituição pública e presta assistência técnica aos agricultores familiares, conforme rege a lei. Agora, de modo particular, aí não dá para que a gente exija que o agricultor familiar pare suas atividades por não poder pagar um engenheiro agrônomo. Não existe isso. Dá só um tempinho para eles tentarem ajudar a encaminhar aqui. Eu acho que nós vamos pedir a Associação dos Engenheiros Agrônomos para que nos ajude nas atividades, lá nas propriedades da agricultura familiar. Os encaminhamentos aqui então.

Primeiro encaminhamento: criação de um grupo de trabalho com a participação do CREA, Emater, SEAGRI, Fetagro, Faperon, SEDAM, Idaron, CEPLAC e outros, porque aí depois a SEAGRI vai ver.

O SR. FRANCISCO MENDES BARRETO – Deputado Lazinho, Deputado Adelino Follador e Padovani. A gente quando, um acordo com o CREA, a gente faz a ART por propriedade e não por atividade, entendeu? Esse é um acordo que nós temos com o CREA.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Uma cópia vai ficar agora na propriedade?

O SR. FRANCISCO MENDES BARRETO – É na propriedade, é por propriedade da agricultura familiar.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Porque aí ele fica sabendo que todas as propriedades da agricultura familiar, a Emater vai ter que passar e dá a ART. É em todas. Porque senão nós vamos ter dor de cabeça.

O SR. FRANCISCO MENDES BARRETO – Mas isso é uma parceria com o CREA. Pode ficar tranquilo.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Então está bom. Aqui, anota mais esse encaminhamento, que nas propriedades da agricultura familiar, a Emater emitirá a ART por propriedade e não por atividade, gratuita para a agricultura familiar, nas propriedades da agricultura familiar, não é?

Eu só não sei... Agora, outra coisa aqui que a gente precisa, Ailton, ficar bem claro, a propriedade da agricultura familiar em que o CREA for e ela tiver a DAP, ela tiver a DAP, a notificação tem que ser feita à Emater, jamais ao produtor. Não é assim não? É assim sim. Jamais ao produtor, porque o responsável em prestar assistência técnica é a Emater, gratuita, não é isso? Não em nome do produtor, que a multa seja para a Emater também e não em nome do produtor. Não quero nem saber de ver produtor sendo multado porque não conseguiu chegar lá a assistência técnica.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Pode deixar que o Chiquinho paga tudo aí. Mandar para o Chiquinho, que o Chiquinho banca tudo aqui.

O SR. FRANCISCO MENDES BARRETO – Deputado Follador, o CREA é parceiro da agricultura familiar. Eu tenho certeza que ele vai, ele sabe a importância...

O SR. ADELINO FOLLADOR – É o aval, é o aval.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Quero, neste momento, agradecer a cada um e a cada uma que puderam vir com a gente. Agradecer ao CREA pela disponibilidade de vir conversar, agradecer a Associação dos Engenheiros Agrônomos que se fizeram presentes para colocar o seu ponto de vista. Eu acho que é importante a gente ter as várias linhas de pensamento e as preocupações de cada setor. Agradecer a nossa Fetagro por estar presente, a SEAGRI, a Emater, aos nossos Sindicatos, a Débora, a nossa Assessora da FETAGRO que está aqui; o Anselmo do IDARON, o Sales, da SEAGRI; o Carlinhos da Coordenadoria da Agricultura Familiar e se os produtores forem multados, que as multas sejam encaminhadas para SEAGRI em nome da Secretaria, da Coordenadoria de Agricultura Familiar, aos nossos Vereadores, a todos os companheiros da Emater que estão presentes.

Eu passo ao Deputado Adelino para fazer as considerações finais, posteriormente, nós vamos fazer a leitura aqui dos encaminhamentos e o encerramento, e já avisando que tem uma merendinha aqui fora para poder abastecer o estômago.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Quero só parabenizar ao Deputado Lazinho pela iniciativa, parabenizar também todas as pessoas que estão aqui na Mesa, todos os que vieram, o assunto é muito sério, eu acho que é uma coisa muito importante e dizer que aquilo que o CREA sugeriu aí gostaríamos que..., é uma utopia, mas, gostaríamos que um dia o Brasil chegasse nesse ponto de todo mundo poder pagar seu engenheiro, seu técnico, que todo mundo pudesse fazer aquilo que a Lei fala, mas, infelizmente, o Brasil nosso é outra realidade, Rondônia também é outra realidade e nós temos que nos adequar.

Então, com certeza, pedir, agradecer o CREA pela sensibilidade esperamos que analise bem e principalmente agradecer as pessoas que vieram aqui, a FETAGRO, Secretário de Agricultura; que vieram e o assunto com certeza é muito sé-

rio, então para mim é um prazer estar aqui participando. Parabéns a todos. Obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Deputado Adelino. Só aqui os encaminhamentos: Criação de um Grupo de Trabalho com a participação do CREA, Emater, SEAGRI, FETAGRO, FAPERON, SEDAM, IDARON, CEPLAC e outros que a SEAGRI acha conveniente convidar para discutir os encaminhamentos e impasses de emissão de ART junto ao Governo do Estado. Segundo, a suspensão até 1º de março da fiscalização e a emissão da ART. Reunião na próxima segunda-feira a ser convocada pela SEAGRI, através do nosso Secretário de Estado Evandro Padovani.

Aí a gente pede assinatura de todos os membros que estavam na Mesa e invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro encerrada esta Audiência Pública, para discutir a Emissão de ARTs no Estado.

Muito obrigado e aqui no saguão tem uma merendinha, eles falam aqui que é coffee break, mas, para nós lá da roça é uma merenda agora às 15h00, 16h00 que é para poder abastecer o estômago.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 16 horas e 20 minutos)

ATA DA 14ª SESSÃO SOLENE PARA ENTREGA DE VOTO DE LOUVOR A SERVIDORES PÚBLICOS LOTADOS NA UNIDADE DE INTERNAÇÃO MASCULINA SENTENCIADA I.

Em 21 de novembro de 2016

Presidência do Sr.
JESUÍNO BOABAID - Deputado

(Às 09 horas e 54 minutos é aberta a Sessão)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e Senhores, mais uma vez bom dia. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, após aprovação em plenário de requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Jesuíno Boabaid, realiza nesta data, Sessão Solene para entrega de Votos de Louvor a Servidores Públicos lotada na Unidade de Internação Masculina Sentenciada I, em Porto Velho.

Convidamos para compor à Mesa, o Excelentíssimo Senhor Deputado Jesuíno Boabaid, proponente da Sessão Solene de Homenagem; Sra. Sirlene Bastos, representando a Secretaria de Estado de Justiça; Sr. Maurício da Costa Silva, Diretor Geral da Unidade de Internação Masculina Sentenciada I; Sra. Ozineia Dias Franco, Diretora Administrativa da Unidade de Internação Masculina Sentenciada I.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Desejar um bom dia a todos, agradecer a presença também. Vamos dar abertura à solenidade.

Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense declaro aberta esta Sessão Solene para entrega

de Votos de Louvor a Servidores Públicos lotados na Unidade de Internação Masculina Sentenciada I, em Porto Velho.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Então convidamos a todos para cantarmos o Hino Céus de Rondônia, composição de Joaquim de Araújo Lima e música do Dr. José de Mello e Silva. Favor todos de pé.

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Ok. Muito obrigado, podem sentar. Bom a dinâmica da Sessão Solene de Homenagem de Sua Excelência Senhor Deputado Jesuíno Boabaid, que vai fazer uso da palavra explicando os motivos que fez em conceder o Título de Louvor, depois das falas da Mesa, começamos a entrega.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Cumprimentar os integrantes da Mesa, senhora Sirlene Bastos, representando a SEJUS; o Maurício da Costa Silva, Diretor Geral da Unidade de Internação; Ozineia Dias Franco, Diretora Administrativa da Unidade de Internação Masculina Sentenciada I, a todos os servidores, a todas as pessoas presentes, todos trabalhadores que se encontram também no recinto da Assembleia Legislativa. Dizer que a devida Comenda originou-se por conta, eu fui fazer uma visita na unidade e ali me deparei com uma situação mesmo, totalmente atípica, diferente, o empenho do Maurício, ali junto com os trabalhadores, a forma que estava sendo tratado ali os infratores, a questão também da educação que estava sendo empregada ali, sabemos que ali são infratores, são menores infratores que lidar com eles é um pouco complicado, mas, mesmo assim com as condições que são dadas pela SEJUS, vocês fizeram algo que para mim é digno realmente de uma Comenda, de um Voto de Louvor. Trabalhar daquela forma lá, vivendo sem condições, diga-se de passagem, sem utilizar armamento, até porque não pode ser utilizado nesses locais o armamento, diferente dos Estados Unidos, lá criança é tratada realmente de outra forma, até choque eles levam; choque eu falo de realidade, são conduzidos a prisões, colocados ali no mesmo sistema lá com os meliantes, assassinos e lá o entendimento é o outro, a criança já sai, aqui se fizer isso já é tortura, é o diabo a quatro. Mas independente disso, a gente tem que entender que é a legislação brasileira, infelizmente passando por uma questão realmente, uma guerra civil já declarada por conta do tráfico, por conta desses meliantes que em todo momento atentam contra os servidores da força de segurança, a qual ainda constitucionalmente os agentes penitenciários, socioeducadores não são incluídos, mas eu, eu entendo que sim, que isso tem que ser alterado, tem que ser agrupado já vocês como força de segurança porque lidam com aqueles que atentam contra a sociedade. Estive em Manaus participando de um congresso representando a Comissão dos Direitos das Crianças e Adolescentes, e ali discutiram uma série de questões e todo tema, todo debate passa por uma só situação, educação, eu defendendo de forma aguerrida, de forma assídua que as escolas, e aí quem for contrário, as escolas têm um sistema militarizado,

eu tenho certeza igual Manaus, eu visitei um local que o índice de criminalidade era altíssimo e pude me deparar com uma situação diferenciada, foi instalada agora a militarização, e, as crianças; conversei com as crianças, conversei com os professores, professores de vinte e seis anos, falaram para mim: “olha Deputado, aqui é outra realidade, aqui as crianças já estão tendo uma melhora na educação, uma melhora nas suas notas, a disciplina, a hierarquia”. Então, isso que eu tenho sempre assim a minha defesa na questão do militarismo é isso, essa doutrina, porque eu tenho certeza não só as escolas, as faculdades, diga-se de passagem, o ITA tem os melhores alunos, então são essas defesas, aí um falou para mim, a questão do professor, lógico, o professor tem que ganhar bem, mas tem que ser bem valorizado não só o professor, os servidores públicos. Mas, o que nós estamos discutindo é essa realidade, e aí vocês assistiram, estão assistindo nas redes sociais um helicóptero foi, falar abalroado porque qualquer coisa que adentre dentro do helicóptero, porque você vê quando eles passam os caras soltam foguetes, e ali alguma coisa deve ser afetada, matou quatro policiais militares, não é diferente, não é diferente todo dia você vê agentes penitenciários, policiais militares, policiais civis, policiais federais sendo mortos pelo crime, e não adianta mudar a legislação, a gente tem que mostrar outra forma para isso mudar. Verdade, isso aqui também deveria ser, retornar, aí quando fala dos direitos humanos, olha que eu sou vice da Comissão de Direitos Humanos, falar em pena mais severa, aí já começa se levantar um povo aí, ficar contra a gente dizendo que isso não pode no Brasil, o que pode então é matar, o que pode então é eles atentarem, igual atentaram recentemente um amigo meu cabeleireiro o João, foi morto de forma covarde por dois infratores de dezessete anos, para mim dezessete anos tem que estar na cadeia, desde os dezesseis, pode votar, porque não pode? Mas não é cadeia, cadeia é separada mesmo e cumpre tinta anos no fechado, não é esse negócio de regressão não, assim que tem que ser, o Brasil só tem lei, são muitas leis que beneficiam bandidos, e aí quando atentam, por que a maioria das pessoas que tem poder está dentro de condomínio, paga segurança aí pode falar, eu moro até hoje na Zona Leste. Em frente de casa um dia desses um cara estava assaltando na minha frente, por não ser ainda militar, não pode usar arma ainda, não posso usar arma, eu presenciei o cara levando, roubando na minha frente, mataram lá do meu lado, eu não saio por que eu tenho esse princípio moral por mim mesmo, não é por conta disso, meus filhos estudam em colégio público e vou mantê-los por que estou deputado, servidor público eu era quando eu era militar, eu era policial, hoje eu não sou um servidor público, eu sou um agente político. Enquanto eu estiver aqui, eu falo a gente tem tempo, a gente tem uma estadia aqui na Assembleia enquanto estiver vou defender essa questão. É muito fácil você defender vagabundo, com todo respeito, e você nunca vivenciar uma situação dessas, ter a sua família estuprada, ter um roubo, o cara bater, quando o vagabundo chega e fica te tratando como? É te tratando do bicudo, falando, te chamando de vagabundo, eu sou contrário a isso, eu sou totalmente contrário. O Brasil tem que, eu estou vendo aí foro privilegiado, essa briguinha aí, foro privilegiado tem que acabar mesmo, mas

não é só para parlamentar não, é para juiz, desembargador, membro do Ministério Público, é para todo mundo. Nos Estados Unidos não tem esse negócio não, todo mundo vai para a Vara comum, se quer acabar com o foro privilegiado, igual um Senador está se levantando, que eu não quem que ele é, então cabe para todo mundo, para todos, sem exceção, aí sim eu defendo, aí eu defendo, não fazer esse sensacionalismo barato, para mim está virando uma palhaçada, eu defendo é que já tenha uma intervenção militar mesmo, não estou falando para voltar a ditadura militar não, eu estou falando para ter uma intervenção, moraliza, faz o que tem para fazer e depois entrega novamente ao poder constituinte, se aí vai ser democracia, eu já defendo uma nova constituição que essa de 1988 para mim já está superada. Desculpe o desabafo por que sinceramente hoje é um momento de felicidade, é um momento de entrega de títulos, mas, eu não poderia não me manifestar quanto a essas questões que nós estamos vivenciando, esse Brasil violento, esse Brasil sem rédea, nós estamos vivenciando uma guerra civil. Vagabundo, se você vê uma filmagem os caras com tanto armamento, o poderio ali, ainda tirando onda, rapaz aquilo ali é uma violência, eu quase não durmo, eu sei que um fuzil daquele me atravessa, me mata na hora, mas, eu falo com maior convicção sem medo, é uma violência! Cadê o Ministro da Defesa? Cadê o Exército para estar nas ruas? Cadê? Coloca todo mundo no meio da rua, eu sou voluntário. Vamos continuar, por que se não eu passo da hora, eu tenho que viajar daqui a pouco, vou lá à Brasília aproveitar o ensejo e vou colocar, tiver uma reunião com o Temer lá, com o Presidente, que tem uma agenda, eu vou falar: “Presidente como é que vai ficar essa segurança? O senhor vai deixar quantas mais pessoas irão morrer?”. O Brasil hoje está sendo violentado, vai lá à Bolívia; o furto, eles cortam é a mão. Eu fico vendo é um País bem pequenininho, mas, lá os caras são patriotas, lá os caras têm uma visão diferenciada.

Eu vou passar a palavra aqui para o senhor Maurício da Costa Silva, Diretor, se o senhor quiser fazer uso de lá, fica a vontade.

O SR. MAURÍCIO DA COSTA SILVA – Em primeiro lugar eu quero agradecer imensamente todos os socioeducadores que estão presentes. Excelentíssimo Deputado, a minha filha que está aqui comigo presente, não gostaria de esquecer ninguém, então eu estou falando aqui em nome de todos, por que todos são importantes naquela unidade, são mestres. Quando eu cheguei naquela Unidade eu vi a dificuldade que o socioeducador, os profissionais daquela unidade que tinha, por que aqueles adolescentes, aqueles garotos infratores que estão naquele local, são garotos que infelizmente, poucos se recuperam, por que hoje nós temos uma política que ela não chegou ainda no socioeducativo. A partir do momento que as políticas públicas chegarem ao socioeducativo do Estado de Rondônia, talvez, alguns adolescentes comecem ter recuperação. Hoje o socioeducativo, ele só não deixa de andar pelo fato de ter grandes profissionais. Eu não quero esquecer os professores, da equipe técnica, da enfermagem, nem daquele que dá manutenção, porque é muito complicada uma unidade, que quando cheguei naquela unidade o socioeducativo fazendo tra-

balho que onde poderia ter um servidor para fazer aquele trabalho que seria de conservação e limpeza. E quando eu falo dos socioeducativos, do socioeducador é porque eu me orgulho porque eu sou agente penitenciário e eu não vi até hoje um agente penitenciário fazer o que o socioeducador faz, pelo fato do socioeducador trabalhar com a psicologia, pelo fato do socioeducador trabalhar com o social e isso vocês fazem bem. Porque o socioeducador é envolvido em vários fatores, ele é envolvido com o familiar, ele é envolvido com a sua reputação e eles sabem muito bem desenvolver, eles sabem muito bem voltar para a sua casa, para a sua família, seu verdadeiro B.O chamado, e isso vocês são mestres. E hoje, Deputado, se aquela Unidade Socioeducativa Sentenciada I está funcionando, se ela tem a condição que ela está andando, a honra é deles, o mérito é todo de vocês e isso a SEJUS, o Governo têm que agradecer, porque nunca mais, graças ao bom Deus, a gente teve ocorrência, episódio de grande proporção, então vocês estão de parabéns. Até porque a minha passagem na Rio de Janeiro é curta e vocês ficam, a casa é de vocês, então o mérito é de vocês. Parabéns, e que Deus ilumine a todos e que Deus continue iluminando aquela Casa, porque é muito bom trabalhar com vocês. Parabéns! Obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Passar a palavra agora para a Senhora Sirlene Bastos, representante da SEJUS.

A SRA. SIRLENE BASTOS – Quero primeiramente cumprimentar a mesa em nome do Exmº Deputado Jesuíno, e cumprimentar os demais através da Diretora Administrativa Ozineia e agradecer a oportunidade de estar presenciando a primeira homenagem, Deputado, aos servidores socioeducativos no Estado, apesar de ser uma categoria bem recente, mas, é o primeiro Deputado a fazer esse Voto de Louvor a esses servidores. Entendemos muito bem a revolta do Deputado, a angústia do Deputado em todos os pontos que ele tocou neste momento aqui e o Brasil, o Estado de Rondônia, nós estamos vivenciando uma nova era, coisas que nós não víamos antigamente hoje já estão acontecendo e é como o Deputado disse temos que ter igualdade para todos, eu também defendo isso e acredito muito nisso e fico feliz porque nós temos representantes que querendo ou não levam os nossos anseios e levam os nossos desejos traduzidos em lei. Quero falar agora aos socioeducadores, parabenizá-los pelo trabalho que vem sendo desenvolvido e dizer o seguinte: que a Polícia Militar é armada, ela prende, o Agente Penitenciário conquistou pelo menos a questão de poder estar andando armado e lida com pessoas maiores de idade e os senhores lidam com pessoas que são menores de idade, mas não tão diferentes dos que estão presos em unidades prisionais. Então, o serviço, o trabalho dos senhores vai muito além do que o policial militar, do que o agente penitenciário, ele exige muito mais dos senhores, a começar pelo nome que é dado aos senhores: socioeducadores. Então além dos senhores guardarem, os senhores também são professores, os senhores também são educadores, os senhores também são pais. Olha a responsabilidade, a figura que os senhores representam num sistema caótico como nós estamos vivendo, onde as nossas famílias estão sendo destruídas, onde nós não temos mais como, praticamente, defender a instituição familiar. E essas crianças e esses adolescentes totalmente desestruturados, e eles chegam às mãos dos senhores, adultos, em corpos adultos, mas em idades de menor idade. Então

a responsabilidades dos senhores é muito grande, é muito grande. Além do que o Deputado disse, que ele prima pela disciplina, e isso, essas crianças, esses adolescentes não tiveram, ele prima por limites, e essas crianças e esses adolescentes não tiveram limites, e hoje estão onde eles estão. E os senhores, além de tudo, têm que impor limites, têm que impor disciplinas e têm que fazer isso com amor. Difícil, não é? Porque socioeducação é acima de tudo amor. Então os senhores além de disciplinar, além de impor limites, os senhores ainda têm a responsabilidade de educar. E acredito que essas crianças, esses adolescentes, esses homens, que são chamados de 'infratores', estão ali, e os senhores, dependem dos senhores, e eu acredito que os senhores fazem, estão fazendo um trabalho excepcional. E eu fico feliz ao retornar para a SEJUS e verificar que, praticamente no meu primeiro mês, eu esteja participando de uma solenidade, onde os senhores estão sendo reconhecidos pelo trabalho com louvor, o trabalho que os senhores têm desenvolvido. É uma grande responsabilidade, não é fácil, principalmente por que nós temos uma Lei de maior proteção, de socioeducação e isso nós ainda não temos mudado, e isso, os senhores têm que lidar com isso. Eu quero parabenizar aos senhores, e que continue dando a esses adolescentes, dando a essas crianças que não tiveram lá fora, disciplina, que não tiveram lá fora, limites, e que não tiveram lá fora, amor. Então eu quero parabenizá-los em nome do Secretário Rocha, queiram desculpar, ele está no médico agora, mas agradecer em nome dele e em nome da Secretaria de Justiça, o trabalho e a dedicação que os senhores têm e o compromisso que os senhores têm com o trabalho. Muito obrigada.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – A Ozineia Dias Franco, falar em nome dos Socioeducadores também.

A SRA. OZINEIA DIAS FRANCO - Primeiramente bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar a Mesa, o Excelentíssimo Deputado Jesuíno, a Secretária Sirlene e a todos que estão presentes. Primeiramente eu queria agradecer a Deus, por este momento único na minha vida, eu acredito que também na vida de muitos de vocês. Em nove anos, em quase oito anos de sistema, esse é o primeiro voto de elogio que eu recebo, através do Deputado Jesuíno que, em duas visitas na nossa Unidade, ele pode perceber o trabalho muito bom que a gente tem realizado ali na Unidade Sentenciada I. Esse trabalho não teria como acontecer se não fosse com o apoio de todos os servidores socioeducadores, equipe técnica e os professores no geral. Eu quero agradecer muito a cada um de vocês. A Unidade é um corpo e em 100% um setor depende do outro. Essa profissão de socioeducador, eu sou socioeducadora, estou hoje com Diretora Administrativa, mas, eu sou socioeducadora, é uma profissão que realmente requer múltiplas coisas. O socioeducador é psicólogo do adolescente, ele é amigo do adolescente, ele tem um papel multi dentro da Unidade e requer também um cuidado maior fora da Unidade também. A partir do momento que você assume o concurso como socioeducador ou agente penitenciário ou policial militar, você não tem como sair de casa com aquela tranquilidade que você saia antes. Muito pelo contrário, você não consegue mais parar num barzinho para beber com aquela tranquilidade de antes, porque a qualquer momento você sabe que pode se deparar com um dos nossos clientes, não é? E eu queria agradecer realmente a cada socioeducador que está aqui presente, a equipe técnica e a todos os demais. A gente sabe que é um trabalho difícil, mas que com a graça de Deus

a gente está conseguindo um destaque. O Deputado Jesuíno, em apenas duas visitas, pode perceber e estamos aqui hoje graças ao seu convite. Era somente o que eu queria falar. Bom dia.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Eu ouvi vocês atentamente, dizer para vocês o seguinte, o servidor também, eu fui servidor por 10 anos, trabalhei muito tempo na rua junto com outros companheiros, eu nunca recebi nem... O que eu recebi foi memorando disciplinar, foram inquéritos e nem: 'obrigado, meu comandante'; isso é fato. Porque a gente fica, muitos pensam: - não, está trabalhando tem que fazer mais que o seu papel. Mas o servidor também quer ser reconhecido, quer ter pelo menos: 'olha, alguém lembrou de mim'. Então isso, acredito que as pessoas também querem, na sua maioria. Eu, pelo menos, queria, nem que seja um papelão velho para me dar lá no Comando: 'olha, reconheci que o Jesuíno, na época, fez um bom trabalho no Nacional'; um exemplo, mas nunca foi assim. Agora que eu estou começando a ganhar algumas comendas da Polícia Militar, agora, foram duas medalhas que eu ganhei. Mas, se dependesse mesmo, na época que eu era soldado, meu amigo, pode ter certeza que ganhava era peia, era caneta. Isso é para você ver, vou te chamar de Brasília, desculpa você aí Maurício, mas você é conhecido de forma carinhosa também por Brasília. As pessoas, às vezes, lembram assim, 'alguém foi', 09 anos que vocês estão, hoje existentes como socioeducadores, e os servidores que trabalham lá, os servidores civis também, que eu vi que tem professores, tem todas as pessoas, eu quis agradecer todas. Aí alguém me perguntou: "E a outra?" Eu falei: "vou visitar todas". E se eu me deparar com essas questões que eu digo, diga-se de passagem, entender, vou fazer um Requerimento, ir a plenário, que são os 24 Deputados que vão entender: "realmente é digno dos trabalhadores". Para mim, todo trabalhador é digno de receber Voto de Louvor, mas assim, eu entendi, naquele momento, na visita ali na Rio de Janeiro... Porque quando eu fui lá, na época, quando eu era militar, menino, o negócio era feio. Lá não respeitavam ninguém não, o troço era de outro mundo. E vi como é a questão da manutenção, a questão do tratamento, as reformas, tudo, tudo, os servidores trabalhando, discutindo o fardamento, que eu achei interessante. Eu fui numa reunião que eles estavam discutindo o fardamento. E dizer para vocês aqui, Secretária, até aproveitar o ensejo e a oportunidade, o governo está em falta com esta Casa. Hoje são 21 de novembro e o PCCR de vocês não chegou nesta Casa. Eu estou aguardando, hoje vai ter uma viagem junto com o Presidente, junto com o Líder do governo, junto com o Governador, vou cobrar: "- Governador, cadê o PCCR das categorias, da Polícia Civil, dos Agentes Penitenciários?". E vocês aí, eu vou dizer, até falar para a senhora, chegando essa matéria aqui, eu vou chamar uma reunião, mas, eu vou mudar o nome dos socioeducadores, eu vou fazer essa proposta. Socioeducadores, primeiro não é sócio do Estado, já não defendendo esse nome, é sócio de quê? Vocês são sócios de quê? Eu defendo Agentes Socioeducadores, entendeu? Outra coisa que eu defendo de forma ferrenha, o socioeducador, que é Agente Socioeducador, que eu defendo que ainda não foi mudado, deve ter o porte de arma também, não para usar dentro da localidade, do estabelecimento, fora. Porque ele é ameaçado, ele é ameaçado todo momento. Por que não? Hoje o cidadão pode comprar uma arma, ele não vai ter a posse, pode, vocês podem ter a posse de vocês. Vocês entram em qualquer site, pede, faz o procedimento. O porte vai ser deferido como? Vai

ser deferido através de um Requerimento da Polícia Federal. E vocês, por estarem fazendo o mesmo trabalho dos Agentes Penitenciários; que é lidando com aquelas crianças infratoras; vou ser expulso da Comissão se eu falar alguma coisa. A oportunidade, a Secretária falou 'oportunidade', todo mundo tem oportunidade. O Ministro Joaquim Barbosa foi engraxate, eu estou falando do Ministro Joaquim Barbosa, mas quantos e quantos tiveram oportunidade sim, se a pessoa quer estudar, quer aprender, quer tomar um rumo na vida bom, ou seja, um segmento correto ele vai seguir, mas, tem uns que se deixam levar, realmente, pelas más influências, é uma cabeça de bagre mesmo que não tem aquele entendimento ainda, vejo as filmagens: "eu sou do crime e tal". Eu fico olhando e depois quando é pego chora igual menino. Aí eu fico entendendo: "ah! Mas esse aí é uma criança, o sistema que feriu, ou seja, que não deu condições". Lógico que deu, rapaz, lógico que deu. Quantas crianças que vieram de famílias pobres, vivendo uma situação de miséria mesmo, e, hoje são doutores, são juizes, são magistrados, eu vou dar exemplo do Dr. Dimis, que foi agraciado aqui, ele contou uma história aqui para a gente, Dimis da Costa Braga, que é Juiz Federal, e quantas e quantas pessoas e eu não vim também de uma família de posse. Não. Aí se eu tivesse também que seguir o crime, eu iria seguir o crime. E assim que é o homem, Deus deu a maior dívida, o livre arbítrio, você segue o que você quer. Hoje as crianças com nove anos, oito anos, menino, o menininho pega o telefone, destrói, sabe tudo, sabe mais do que a gente, são superinteligentes, minha filha com 12 dá até medo dela ela faz assim, eu digo: "rapaz, o mundo mudou".

Hoje a criança nasce com olho aberto, é, pode pegar, as crianças nasciam com olho fechado, tinha um tempo, não é? Hoje, já nasce com os olhos abertos, tem uns que são tão desenvolvidos com 30 dias começa a querer falar e a coisa vai avançando nesse mundo.

Eu tenho que viajar 11h30. O Isaac quer falar. Isaac pode fazer uso da palavra e aí a gente vai fazer entrega das Comendas.

O SR. ISAAC BOMFIM SANTOS – Bom dia a todos! Serei breve, para que o Deputado possa fazer a sua viagem. Certamente nós seremos beneficiados com essa viagem, então, serei breve.

A nobre colega que falou agora há pouco aqui, e certamente os servidores de mais tempo se sentiram incluídos também por ela, porque ela tem quase oito anos servindo como Socioeducadora e eu quero falar em nome dos mais novatos, estamos no nosso primeiro ano como Socioeducadores, quero aqui agradecer ao Deputado por ter sido o proponente desta solenidade que muito nos interessa e também nos deixa lisonjeados, honrados, porque, infelizmente, o reconhecimento que esses profissionais precisam, ele vem de forma muito precária, muito pouco reconhecimento, a sociedade desconhece a nossa profissão, somos profissionais, desconhecem a nossa profissão, algumas pessoas da própria Secretaria, muitas vezes também não dá o devido reconhecimento, às vezes o Juizado não nos reconhece como profissionais, não nos reconhece como profissionais em algumas situações.

Quando eu digo que nós muitas vezes não somos reconhecidos como profissionais é porque essas autoridades que têm o poder de autorizar para nós, por exemplo, o uso de equipamento de proteção, eles se negam, e essa negativa para mim, o sentimento que eu tenho é de que nós não somos vis-

tos como profissionais, eu quero agradecer que esta Casa, na pessoa do Deputado Jesuíno está reconhecendo, mas, eu gostaria que esse reconhecimento fosse mais abrangente e eu gostaria de declarar isso aqui. Nós lidamos com uma função dupla, Deputado, Secretária Adjunta que está aqui, nós somos Socioeducadores, mas, também somos Agentes de Segurança, e infelizmente, nós temos carências para executar essa função na questão da segurança, quem que nega para a gente? São as autoridades competentes, o Juizado, por exemplo, não é favorável ao uso de equipamentos, para não se indispor com o Juizado a Secretaria também não faz uma Portaria autorizando, não quer se indispor.

Portando, eu sei que eu estou aqui até saindo um pouco aqui da tônica da solenidade, mas, eu não poderia deixar de pedir ao senhor como Presidente da Comissão de Segurança Pública que oficiasse essas pessoas competentes, oficiasse o Juizado, oficiasse o CONEDCA, o nosso Plano de Segurança foi protocolado no Juizado há um ano, há um ano está protocolado lá no CONEDCA e até hoje eles não fizeram as reuniões necessárias, não colocaram na Pauta, no dia que colocaram, tiraram. Então, nós precisamos sim do apoio desta Casa, do apoio de todos quantos sensibilizarem com essa parte da segurança que nós precisamos sim na Unidade, eu agradeço essa propositura do senhor em dá esse reconhecimento, esse Voto de Louvor, mas, infelizmente não são todas as autoridades que reconhecem. Então, eu falo aqui do não reconhecimento, agradeço o reconhecimento, mas falo do não reconhecimento como profissionais que nós somos. Nós lidamos sim com menores, mas também temos a necessidade da segurança que é precária dentro da Unidade e eu reitero mais uma vez e já finalizo aqui que o Senhor officie esses órgãos para que dê celeridade a aprovação do Plano de Segurança para que a gente exerça nossa função, garanta a integridade física do adolescente e dos demais servidores, mas, também garantindo a nossa, se nós não garantimos a nossa integridade física, não teremos condições de garantir a integridade física dos adolescentes que lá estão. Porque eu estou dizendo isso? Porque recentemente vários colegas nossos dentro da Unidade foram atacados, infelizmente. Nós não estamos ali lidando com crianças em situação de risco, é diferente, infelizmente a normativa, a Lei, ela, parece que o pensador, o legislador pensou na criança em situação de risco. Mas, não pensou no infrator e eles estão lá contra a sua vontade, a internação, ela é compulsória, eles não nos veem como pessoas: “estão aqui para facilitar a nossa vida”. A gente se esforça para ser socioeducador. Mas, a visão que o adolescente tem nossa, é que nós estamos ali para privá-lo da sua liberdade. E de fato, estamos lá para isso. A internação é compulsória. Por isso, eu encerro aqui agradecendo o reconhecimento, mas, abrindo esse parêntese para falar desse não reconhecimento por parte de algumas autoridades que nos negam direitos básicos de proteção dentro da Unidade de Segurança Socioeducativa. Parabéns a todos nós, aos mais antigos, aos mais novos e vamos continuar firmes nessa luta, sendo um agente público, como diz o grande filósofo brasileiro Mário Sérgio Cortella: “que nós estamos fazendo o nosso melhor, enquanto não temos condições melhores para fazer ainda melhor”. Muito obrigado, bom dia a todos.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Bom, a dinâmica da entrega vai ser o seguinte. Eu convido Sua Excelência, o Senhor Deputado Jesuíno Boabaid, aqui à frente para

entrega e vou chamando o nome do agraciado, um aperto de mão, recebe. No final, aí teremos a fotografia todos vocês, vai ficando ao lado do Deputado, ficando ao lado, se não dê para ficar ao lado, fica aqui em cima.

Nós convidamos também a Senhora Sirlene Bastos, Secretária Adjunta, para que possa acompanhar a entrega dos Votos.

- Alex Daniel Cangussu Rocha
- Ana Emanuela de Carvalho
- Aristóteles Alves
- Dejair Viamonte de Brito
- Eder Fernando Machado
- Edson da Silva Medeiros
- Enoque Paiva Alves
- Fernanda Angrewski Coutinho
- Fernando Henrique Queiroz da Silva
- Francisco Beleza Limoeiro
- Franque Henrique de Souza
- Geniele Brandão dos Santos
- Gleuber Luiz Pantoja Lyra
- Isaac Bomfim Santos
- Ivanaldo Leite da Silva
- Jaqueline Arinos de Souza
- Jianny Leite de Moraes
- Katiana Nunes de Araújo Pessoa
- Laynara Damascena Cruz
- Luciano Pinheiro Torres
- Luiz Cláudio Corbin Castro
- Marcelo Portela Coelho de Oliveira
- Maria Neuzuíta Marques dos Santos
- Maurício da Costa Silva
- Ocivanda Rodrigues Lima
- Ozineia Dias Franco
- Raika Fabíola Guzmán da Silva
- Renato Santos Farias
- Rodrigo Vinicius Pereira Pierim
- Silvio Márcio Rodrigues
- Suez Ardaia da Silva
- Vanildo Aparecido Catanha
- Veroneide Soares Bezerra.

Acredito que todos foram entregues, e aqueles que não puderam vir em virtude de trabalho, nós vamos entregar ao Diretor e o Diretor fará a entrega lá na Unidade. Agora por gentileza depois dessa fotografia junte todo mundo, uma fotografia geral com Sua Excelência o senhor Deputado Jesuíno Boabaid que está em cima da hora, mas, ele sempre sente muito honrado em realizar este trabalho de reconhecimento a todos os trabalhadores, todas as trabalhadoras; como diz o sindicato, se sente muito honrado em prestar este reconhecimento ao servidor público de qualquer Secretaria. Só a questão formal para encerrar a solenidade, com a palavra Sua Excelência o senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Tem algum servidor que chegou depois do início da Sessão Solene? Ninguém então. Eu vi uma faixa ali: Concursados aprovados, viu Secretária tem uma faixa lá pedindo a formação aí de novos aprovados, também somos solidários com esses trabalhadores tam-

bém que sejam convocados, havendo necessidade, tinha um acordo de 150, se não me engano, chamar para essa próxima formação. Eu quero novamente agradecer, eu me sinto feliz em estar com vocês e dizer que o nosso mandato como bem falam que o Deputado Jesuíno só é deputado da Polícia Militar, do Bombeiro Militar, estão muito enganados, a minha ação parlamentar é em defesa de todos, e pode ter certeza aqueles que nos procurarem e aí fica aqui uma crítica dura aos sindicatos, as associações que eu não sei qual é o receio que tem de não nos procurar para postular os devidos direitos de vocês: “olha Deputado nós estamos precisando disso”. Eu nunca recebi um sindicato no meu gabinete, teve uma associação que foi formada, a ASPEN, APEN ou algo, ela foi lá ao início, nós apoiamos, e hoje ela vem, inclusive, fez uma postagem comigo, ela falou que passando por uma situação de perseguição, uma situação meio complicada que eu espero, inclusive, vou até falar com o Secretário Marcos Rocha que acredito que isso não pode passar, que não possa vivenciar nenhum representante de associação, de sindicato deva ser perseguido em defesa dos seus associados, seus sindicalizados. E isso eu vivenciei na pele e digo para que vocês: quem assume uma cadeira em cargo eletivo que seja em associação, que seja sindicato está passivo de sofrer isso, o ônus e o bônus, eu tinha explicado isso para ela, e ela falou: “Deputado, eu não estou vendo mais a gente avançar. Hoje a gente está sendo retalhado; a gente está sendo perseguido”. Eu falei para ela que isso poderia acontecer e abomino se isso estiver acontecendo de forma verdadeira mesmo, eu abomino e não me receio e não vou me furtar de abrir os procedimentos administrativos contra aquele que está se portando dessa forma, e isso pode ter certeza. Por isso que nós elegemos nossos representantes, e eu tenho muito falado a questão de representatividade, o deputado, ele não é exemplo, ele não fica só no ar condicionado não, ele vai para as bases, ele vai ter que fazer fiscalização, ele vai legislar, ele vai fiscalizar, ele ouvir comissões, ele vai ouvir o cidadão, é muito diferente do que acontece, que as pessoas imaginam, eu não posso falar, eu falo por mim, eu falo por essa pessoa. Acaba de chegar a Presidente da ASPEN, ela está aqui presente, então é assim, eu defendo a classe trabalhadora, ainda com mais carinho a classe da segurança pública. Agora vocês têm um coquetel, então parabenizar vocês, em Brasília eu vou levar lá as comendas, a gente marca uma data para entregar lá, na verdade não é solenidade, que fique registrado, o nosso Regimento proíbe a entrega, eu vou participar lá de uma reunião e na oportunidade o Maurício vai e faz as devidas entregas lá, por que é vedada ter solenidade de entrega em outro ambiente, em outra localidade, em outro local. Isso foi uma propositura minha mesmo, então não posso passar por cima da minha propositura que é aprovada e hoje vigora nesta Casa. Então o que pode acontecer? É uma reunião na oportunidade, o Maurício faz a entrega das comendas, está certo? Então me despedir de vocês e dizer sempre sem luta não há vitória, não adianta a gente ficar murmurando, se lamentando, ficar só em casa esperando que a coisa aconteça, a gente tem que ir para aci-

ma mesmo, o cara que acredita, aquele que quer realmente mudança, aquele que tem ideais, que acredita ainda num futuro melhor. Porque o Brasil infelizmente, a gente passa por uma situação complicada, mas, eu ainda acredito em dias melhores porque se eu não acreditar, meu amigo, então eu tenho que pegar a minha mala e ir lá para um país vizinho desses aí e ficar dentro do mato lá, virar um eremita, isso eu não quero, então eu enquanto estiver nesta Casa com este mandato, vou representar e defender, mesmo que eu seja o único aqui defendendo, lutando, buscando, falando a verdade do onde doer e com certeza muita coisa está mudando e está melhorando. O companheiro também que é agente penitenciário pode ficar tranquilo, o seu pleito quanto a situação dos 35 anos para os militares a gente estará buscando também a mudança em Rondônia, porque eu vejo que tem que ter essa mudança, pelo menos 35 anos é uma idade boa para as pessoas ainda podem fazer o concurso público para polícia e bombeiro militar. E alertá-los, qualquer convocação, qualquer situação, participem, é interessante. Quando esse PCCR de vocês chegar aqui, não deixe só a gente ficar discutindo não, venham, participem, falem: “olhem isso aqui está errado, isto aqui está bom”; porque depois que passar, meus amigos, já foi, e o que eu tiver, o que eu puder fazer, eu vou fazer, o Deputado só não pode fazer emenda para aumentar despesa, mas pode fazer emenda desde que não traga ônus para o Estado e outras questões pertinentes, ou seja, tem que ter pertinência temática com a matéria, o que é isso? Tem que ter conexão do que aquilo que está sendo discutido, então o PCCR de vocês vai ser um marco que, espero que o Secretário, a senhora também está chegando agora na pasta, a senhora já foi secretária, não é? Foi, retornou porque com certeza fez um bom trabalho também. O Marco Amaral não é, a gente teve uns entraves aqui meio feio, mas espero que esse PCCR chegue para vocês e o que for discutido com a categoria venha a contemplá-los, eu acredito que não venha aquela mil maravilha, mas venha trazer algum benefício. Só o fato, senhores, de vocês terem uma legislação, vocês não têm ideia como é importante, porque hoje vocês estão na vala comum, na 68, aí quando é para aplicar benefício: “não, é a 68, aplica outra coisa, mas não aplica a 68”. É assim que funciona, então essas garantias que o servidor tem que começar a entender. Eles me perguntaram: “Deputado, se o senhor fosse militar o que o que o senhor defende?”. Uma legislação consolidada, uma legislação que me dê garantia que no final na minha inatividade me dê um suporte, me dê condições para prover pelo menos uma alimentação, uma cesta básica, do jeito que a gente vai aí a coisa tende, Deus me perdoe, vai chegar um dia que a coisa, espero que não, o Brasil tem que ir para a rua, todo mundo para a rua aí sim, aí eles começam a ter medo. Mas vamos lá. Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, declaro encerrada a Sessão Solene de Homenagem. Convidamos a todos para um coquetel que será servido no Salão Nobre desta Assembleia Legislativa. Muito obrigado e um bom dia a todos.

(Encerra-se esta Sessão Solene às 10 horas e 57 minutos).

**ATA DA 61ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA****Em 22 de novembro de 2016****Presidência do Sr.**

EDSON MARTINS - 1º Vice-Presidente

Secretariado pela Sra.

ROSÂNGELA DONADON - 4 Secretária

(Às 17 horas e 57 minutos é aberta a Sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Aécio da TV (PP), Ailton Gurgacz (PDT), Alex Redano (PRB), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PMN), Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior (PSDC), Lazinho da Fetagro (PT), Lebrão (PMDB), Luizinho Goebel (PV), Rosângela Donadon (PMDB), Saulo Moreira (PDT) e Só Na Bença (PMDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Adelino Follador (DEM), Glaucione (PMDB), Hermínio Coelho (PDT), Jean Oliveira (PMDB), Jesuíno Boabaid (PMN), Laerte Gomes (PSDB), Leo Moraes (PTB), Lúcia Tereza (PP), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PMDB) e Ribamar Araújo (PR).

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense declaro aberta a 61ª Sessão Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 9ª Legislatura.

Solicito à Senhora Secretária que proceda à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

A SRA. ROSÂNGELA DONADON (4ª Secretária) – Peço a dispensa da leitura da Ata, Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Está dispensada a leitura da Ata da Sessão Extraordinária e determino a sua publicação no Diário da Assembleia Legislativa.

Passamos à Ordem do Dia. Solicito à Senhora Secretária que proceda à leitura das matérias a serem apreciadas.

A SRA. ROSÂNGELA DONADON (4ª Secretária) – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 085/16 DO DEPUTADO LEBRÃO. Altera e revoga dispositivos do Regimento Interno.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – O projeto aqui de autoria do Deputado Lebrão, que apresentou, já vários Deputados que no dia até pediram. Deputado Lebrão, o senhor pudesse explicar.

O SR. LEBRÃO – É só para complementar uma explicação aqui. A semana passada nós discutimos a mudança aí dentro do Regimento Interno, para que a gente pudesse dar velocidade aqui nas nossas Sessões e também mudasse o horário que estava para o meio dia, voltando novamente para as 09:00 horas da manhã e fazendo alteração também, adiantando a Ordem do Dia. Esse é o projeto.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Então, ele mantém a Ordem do Dia após o período eleitoral, depois das Breves Comunicações a gente já entra na Ordem do Dia, então é como era antes. Vamos voltar o horário das 09:00 horas e a Ordem do Dia também.

O projeto se encontra sem parecer. Solicito ao ilustre Deputado Saulo Moreira que proceda ao parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. SAULO MOREIRA – Senhor Presidente, o Projeto de Lei de autoria do Deputado Lebrão que, altera e revoga dispositivos do Regimento Interno desta Casa e esse Projeto de Lei já partiu de um entendimento de todos os membros desta Casa, senhor Presidente, com relação ao horário das Sessões, para retornamos ao horário original que já vinha acontecendo antes. Portanto, o meu parecer é favorável à aprovação desta emenda que revoga dispositivos do Regimento Interno desta Casa.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do ilustre Deputado Saulo Moreira. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em discussão única e votação o Projeto de Resolução nº 085/16. Votação simbólica. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado o Projeto com um voto contrário do Deputado Ezequiel Júnior. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Secretária.

A SRA. ROSÂNGELA DONADON (4ª Secretária) – Encerradas as matérias, Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Encerrada a Ordem do Dia. E nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Ordinária para o dia 23 de novembro no horário regimental, ou seja, a partir de amanhã, às 09:00 horas.

Está encerrada esta Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 18:00 horas)

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº1489/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da Lei Complementar nº 730 de 30 de setembro de 2013, resolve,

ALTERAR:

A Referencia da Função em Comissão de Assessor Técnico, do servidor **EBENEZER PEREIRA DA SILVA**, matrícula nº 100021014, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta

Casa Legislativa, para código AT-22 da Superintendência de Recursos Humanos, a contar de 03 de novembro de 2016.

Porto Velho, 11 de novembro de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Maria Mariludo Rosario de B. Silveira
Secretário Geral Adjunto

ATO Nº1499/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013, resolve;

N O M E A R:

FRANCISCO TAVARES DE MELO, cadastro nº. 100010455, ocupante do Cargo de Auxiliar Administrativo, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, na Função de Assessor Técnico, código AT – 21, na Escola do Legislativo, a partir de 03 de novembro de 2016.

Porto Velho, 11 de novembro de 2016.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº1562/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da Lei Complementar nº 730 de 30 de setembro de 2013, resolve,

EX O N E R A R:

Da Função em Comissão de Diretor Administrativo, código DGS-2, da Escola do Legislativo, a servidora **IARLEI DE JESUS RIBEIRO**, cadastro nº. 100019572, Cargo de Auxiliar Administrativo, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, a partir de 21 de novembro de 2016.

Porto Velho, 17 de novembro de 2016.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº1488/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da Lei Complementar nº 730 de 30 de setembro de 2013, resolve,

ALTERAR:

A Referencia da Função em Comissão de Assessor Técnico, do servidor **JORGE MARQUES MOREIRA**, matrícula nº 100002750, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, para código AT-24 da Superintendência de Recursos Humanos, a contar de 03 de novembro de 2016.

Porto Velho, 11 de novembro de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Maria Marilu do Rosário de B. Silveira
Secretário Geral Adjunto

ATO Nº1486/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da Lei Complementar nº 730 de 30 de setembro de 2013, resolve,

ALTERAR:

A Referencia da Função em Comissão de Assessor Técnico, do servidor **JULIO JUHASC**, matrícula nº 100011776, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, para código AT-24 da Superintendência de Recursos Humanos, a contar de 03 de novembro de 2016.

Porto Velho, 11 de novembro de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Maria Mariludo Rosario de B. Silveira
Secretário Geral Adjunto

ATO Nº1487/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da Lei Complementar nº 730 de 30 de setembro de 2013, resolve,

ALTERAR:

A Referencia da Função em Comissão de Assessor Técnico, do servidor **MARCOS A BORGES DE ANDRADE**, matrícula nº 100008343, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, para código AT-24 da Superintendência de Recursos Humanos, a contar de 03 de novembro de 2016.

Porto Velho, 11 de novembro de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Maria Mariludo Rosario de B. Silveira
Secretário Geral Adjunto

ATO Nº1463/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

ADENILSO RAMOS DE OLIVEIRA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-14, do Gabinete do Deputado Laerte Gomes, a contar de 1º de novembro de 2016.

Porto Velho, 09 de novembro de 2016

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

MARIA MARILU DO ROSARIO DE B. SILVEIRA
SECRETÁRIO GERAL ADJUNTO

ATO Nº1568/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

A referência do Cargo em Comissão do servidor **ADRINO CUNHA DOS SANTOS**, matrícula 200161765, que exerce Cargo em Comissão de Assistente Técnico, para o Código AST-18, do Departamento de Logística, a contar de 03 de novembro de 2016.

Porto Velho, 17 de novembro de 2016

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1573/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

AGENOR NOE LEITAO, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-13, do Gabinete do Deputado Laerte Gomes, a contar de 18 de novembro de 2016.

Porto Velho, 18 de novembro de 2016

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1476/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

ALEXANDRO BARROSO DUARTE, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-17, no Gabinete do Deputado Edson Martins, a contar de 03 de novembro de 2016.

Porto Velho, 10 de novembro de 2016.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

MARIA MARILU DO ROSARIO DE B. SILVEIRA
SECRETÁRIO GERAL ADJUNTO

ATO Nº1515/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

A referência do Cargo em Comissão do servidor **ALEXEI VERAS ABDO**, matrícula 200162826, que exerce Cargo em Comissão de Assessor Técnico, para o Código AT-27, do Departamento de Informática, a contar de 03 de novembro de 2016.

Porto Velho, 11 de novembro de 2016

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

MARIA MARILU DO ROSARIO DE B. SILVEIRA
SECRETÁRIO GERAL ADJUNTO

ATO Nº1422/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

Os Servidores relacionados, do Cargo de Provimento em Comissão, que exerce no Gabinete do Deputado Ribamar Araújo, a contar de 1º de novembro de 2016.

Nome

ALEXIA MARISSA OLIVEIRA FRANÇA
THIAGO CASTRO DE OLIVEIRA

Código

ASP-09
ASP-09

Porto Velho, 07 de novembro de 2016.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1457/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

ALINNE CAIADO SOUZA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-26, no Gabinete do Deputado Léo Moraes, a contar de 03 de novembro de 2016.

Porto Velho, 09 de novembro de 2016.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

MARIA MARILU DO ROSARIO DE B. SILVEIRA
SECRETÁRIO GERAL ADJUNTO

ATO Nº1501/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

ALTAMIR GONÇALVES DA ROSA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-20, no Departamento de Logística, a contar de 03 de novembro de 2016.

Porto Velho, 11 de novembro de 2016.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

MARIA MARILU DO ROSARIO DE B. SILVEIRA
SECRETÁRIO GERAL ADJUNTO

ATO Nº1413/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

Os Servidores relacionados, do Cargo de Provimento em Comissão, que exerce no Gabinete do Deputado Léo Moraes, a contar de 1º de novembro de 2016.

Nome

ANA CLARA OLIVEIRA E OLIVEIRA ROCHA
NILTON SILVA MACHADO
RAMILDO QUEIROZ PASSOS

Código

ASP-15
ASP-09
ASP-15

Porto Velho, 04 de novembro de 2016.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1566/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

A referência do Cargo em Comissão da servidora **ANA LUCIA DE PAULA**, matrícula 200162273, que exerce Cargo em Comissão de Assessor Técnico, para o Código AT-18, do Departamento Médico, a contar de 03 de novembro de 2016.

Porto Velho, 17 de novembro de 2016

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1516/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

A referência do Cargo em Comissão do servidor **ANDERSON DIEGO BARBOSA MENDONÇA**, matrícula 200163008, que exerce Cargo em Comissão de Assistente Técnico, para o Código AST-30, do Gabinete da Presidência, a contar de 03 de novembro de 2016.

Porto Velho, 11 de novembro de 2016

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

MARIA MARILU DO ROSARIO DE B. SILVEIRA
SECRETÁRIO GERAL ADJUNTO

ATO Nº1455/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

O Cargo em Comissão do servidor **ANDRE ALEXANDRE FA-RIAS**, matrícula 200162855, para Assistente Técnico, e relatar no Gabinete da Comissão Permanente de Fiscalização e Controle, a contar de 03 de novembro de 2016.

Porto Velho, 09 de novembro de 2016

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

MARIA MARILU DO ROSARIO DE B. SILVEIRA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1402/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

BARBARA DALILA NISZCRAK, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-19, do Departamento Médico, a contar de 01 de novembro de 2016.

Porto Velho, 03 de novembro de 2016

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1491/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

A referência do Cargo em Comissão do servidor **BRUNO FRANÇA BARROS**, matrícula 200160954, que exerce Cargo em Comissão de Assessor Técnico, para o Código AT-24, da Superintendência de Recursos Humanos, a contar de 03 de novembro de 2016.

Porto Velho, 11 de novembro de 2016

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

MARIA MARILU DO ROSARIO DE B. SILVEIRA
SECRETÁRIO GERAL ADJUNTO

ATO Nº1429/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

CEILA CUNHA DA COSTA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-28, no Gabinete do Deputado Léo Moraes, a contar de 03 de novembro de 2016.

Porto Velho, 08 de novembro de 2016.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1384/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

CIRO SILVA DE ANDRADE, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AST-09, do Gabinete do Deputado Cleiton Roque, a partir de 30 de outubro de 2016.

Porto Velho, 28 de outubro de 2016

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1389/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

CRYSTHOFFER RAPHAEL W. DE OLIVEIRA FARES, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-18, da Superintendência de Compras e Licitações, a contar de 30 de outubro de 2016.

Porto Velho, 31 de outubro de 2016

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1483/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos

termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

DAVINO GOMES SERRATH, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Assistente Técnico, código AST-15, no Gabinete da Presidência, no período de 03 a 30 de novembro de 2016.

Porto Velho, 10 de novembro de 2016.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

MARIA MARILU DO ROSARIO DE B. SILVEIRA
SECRETÁRIO GERAL ADJUNTO

ATO Nº1462/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EX O N E R A R

DEBORA STEFANY DOS SANTOS, do Cargo de Provisão em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-13, do Gabinete do Deputado Laerte Gomes, a contar de 08 de novembro de 2016.

Porto Velho, 09 de novembro de 2016

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

MARIA MARILU DO ROSARIO DE B. SILVEIRA
SECRETÁRIO GERAL ADJUNTO

ATO Nº1408/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

DEBORA THEOTONIO BEVILAQUA DOS SANTOS, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-09, no Gabinete do Deputado Dr. Neidson, a contar de 03 de novembro de 2016.

Porto Velho, 04 de novembro de 2016.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1524/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EX O N E R A R

Os Servidores relacionados, do Cargo de Provisão em Comissão, que exerce no Gabinete do Deputado Jean Oliveira, a contar de 1º de novembro de 2016.

Nome	Código
DHIONATAN PAULINO DA CRUZ	ASP-09
JACINTO BARBOZA WASZCZUK JUNIOR	ASP-09

Porto Velho, 16 de novembro de 2016.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1555/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

O Cargo em Comissão do servidor **EDIMILSON MARQUES BARBOSA**, matrícula 200160994, para Assistente Técnico, e relatar no Departamento de Planejamento Geral, a contar de 03 de novembro de 2016.

Porto Velho, 17 de novembro de 2016

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1477/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EX O N E R A R

EDSON CAVALCANTI, do Cargo de Provisão em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-20, do Gabinete da Presidência, a contar de 1º de novembro de 2016.

Porto Velho, 10 de novembro de 2016

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

MARIA MARILU DO ROSARIO DE B. SILVEIRA
SECRETÁRIO GERAL ADJUNTO

ATO Nº1407/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

EDUARDO BATISTA DE LIMA MATOS, do Cargo de Provisão em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-09, do Gabinete da Deputada Lucia Tereza, a contar de 01 de novembro de 2016.

Porto Velho, 04 de novembro de 2016

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1436/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

EDUARDO GONÇALVES PRENZLER, do Cargo de Provisão em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-14, do Gabinete do Deputado Alex Redano, a contar de 1º de novembro de 2016.

Porto Velho, 08 de novembro de 2016

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1387/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

ELAINE PATRICIA FERREIRA AMORIM, do Cargo de Provisão em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-15, do Gabinete do Deputado Léo Moraes, a partir de 30 de outubro de 2016.

Porto Velho, 28 de outubro de 2016

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1547/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

A referência do Cargo em Comissão da servidora **ELAINE REGINA PEREIRA MAIA**, matrícula 200161391, que exerce Cargo em Comissão de Assessor Técnico, para o Código AT-28, no Departamento de Comunicação Social, a contar de 03 de novembro de 2016.

Porto Velho, 17 de novembro de 2016

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1538/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

Os Servidores relacionados, do Cargo de Provisão em Comissão, que exerce no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a contar de 16 de novembro de 2016.

Nome	Código
ELIA DE SOUZA FERREIRA	AST-12
NELMA LOPES VIEIRA	AT-12
WALTER FONSECA MACHADO	AST-09

Porto Velho, 16 de novembro de 2016.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1441/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

ELIA MARIA DE SANTANA, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-

09, no Gabinete do Deputado Ezequiel Junior, a contar de 03 de novembro de 2016.

Porto Velho, 08 de novembro de 2016.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1526/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

ELTON LIMA GONÇALVES, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-09, no Gabinete do Deputado Jean Oliveira, a contar de 03 de novembro de 2016.

Porto Velho, 16 de novembro de 2016.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1569/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

A referência do Cargo em Comissão do servidor **FERNANDO DE ALMEIDA COLARES**, matrícula 200162443, que exerce Cargo em Comissão de Assessor Técnico, para o Código AT-27, do Gabinete da Presidência, a contar de 03 de novembro de 2016.

Porto Velho, 17 de novembro de 2016

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1504/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

FERNANDO DE LUCENA FROIS, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Assistente Técnico, código AST-14,

no Gabinete do Deputado Saulo Moreira, a contar de 03 de novembro de 2016.

Porto Velho, 11 de novembro de 2016.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

MARIA MARILU DO ROSARIO DE B. SILVEIRA
SECRETÁRIO GERAL ADJUNTO

ATO Nº1416/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

FRANCISCA DE SOUSA CAVALCANTE, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Assessor Técnico, código AT-27, no Gabinete da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, a contar de 03 de novembro de 2016.

Porto Velho, 04 de novembro de 2016.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1564/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

A referência do Cargo em Comissão da servidora **FRANCISCA MARCIA OLIVEIRA DO NASCIMENTO**, matrícula 200161769, que exerce Cargo em Comissão de Assessor Técnico, para o Código AT-23, do Departamento Médico, a contar de 03 de novembro de 2016.

Porto Velho, 17 de novembro de 2016

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1406/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

E X O N E R A R

Os Servidores relacionados, do Cargo de Provimento em Comissão, que exerce no Gabinete do Deputado Léo Moraes, a contar de 1º de novembro de 2016.

Nome	Código
FRANCISMAR VIEIRA DA SILVA	AP-30
FRANCINEIDE ALVES RODRIGUES	AP-30
OZANA ROSA DOS SANTOS	AP-30

Porto Velho, 04 de novembro de 2016.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1574/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

JADSON RIBEIRO DE OLIVEIRA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-14, do Gabinete da Liderança do Governo, a contar de 18 de novembro de 2016.

Porto Velho, 18 de novembro de 2016

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1560/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

O Cargo em Comissão da servidora **JANE MEIRE CALDEIRA TORRES**, matrícula 200161834, para Secretária de Apoio, Código DGS-9, do Departamento Médico, a contar de 03 de novembro de 2016.

Porto Velho, 17 de novembro de 2016

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1394/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

JOADIR SCHULTZ, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-12, no Gabinete da Deputada Lucia Tereza, a contar de 03 de novembro de 2016.

Porto Velho, 03 de novembro de 2016.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1403/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

JOSE CARLOS NUNES FRANCH, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-19, do Gabinete da Presidência, a contar de 01 de novembro de 2016.

Porto Velho, 03 de novembro de 2016

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1533/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

JOSE INACIO FILHO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-09, no Gabinete da Deputada Glaucione, a contar de 03 de novembro de 2016.

Porto Velho, 16 de novembro de 2016.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1447/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

JUCELINO DAMER, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-09, no Gabinete do Deputado Adelino Follador, a contar de 03 de novembro de 2016.

Porto Velho, 08 de novembro de 2016.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1475/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

KATIENE KERLEN PEREIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-14, no Gabinete do Deputado Edson Martins, a contar de 03 de novembro de 2016.

Porto Velho, 10 de novembro de 2016.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

MARIA MARILU DO ROSARIO DE B. SILVEIRA
SECRETÁRIO GERAL ADJUNTO

ATO Nº1506/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EX O N E R A R

LAURA JAQUELYNE SOUZA TAVARES, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-24, do Gabinete do Deputado Saulo Moreira, a contar de 1º de novembro de 2016.

Porto Velho, 11 de novembro de 2016

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

MARIA MARILU DO ROSARIO DE B. SILVEIRA
SECRETÁRIO GERAL ADJUNTO

ATO Nº1511/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

A referência do Cargo em Comissão da servidora **LINDALVA DA SILVA ROMANINI**, matrícula 200161178, que exerce Cargo em Comissão de Assistente Técnico, para o Código AST-22, da Superintendência de Finanças, a contar de 03 de novembro de 2016.

Porto Velho, 11 de novembro de 2016

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

MARIA MARILU DO ROSARIO DO B SILVEIRA
SECRETÁRIO GERAL ADJUNTO

ATO Nº1456/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

LUIZ CARLOS PEREIRA PORTELA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-26, no Gabinete do Deputado Léo Moraes, a contar de 03 de novembro de 2016.

Porto Velho, 09 de novembro de 2016.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

MARIA MARILU DO ROSARIO DE B. SILVEIRA
SECRETÁRIO GERAL ADJUNTO

ATO Nº1470/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EX O N E R A R

LUIZ SERGIO DE ARAUJO GOMES, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-09, do Gabi-

nete da Ouvidoria Parlamentar, a contar de 1º de novembro de 2016.

Porto Velho, 10 de novembro de 2016

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

MARIA MARILU DO ROSARIO DE B. SILVEIRA
SECRETÁRIO GERAL ADJUNTO

ATO Nº1459/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

MARILUZ HORNEY BUZANELLO, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-19, no Gabinete da Deputada Glaucione, a contar de 03 de novembro de 2016.

Porto Velho, 09 de novembro de 2016.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

MARIA MARILU DO ROSARIO DE B. SILVEIRA
SECRETÁRIO GERAL ADJUNTO

ATO Nº1474/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

MAYCON DAVID DOMINGOS ALVES, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-09, no Gabinete do Deputado Edson Martins, a contar de 03 de novembro de 2016.

Porto Velho, 10 de novembro de 2016.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

MARIA MARILU DO ROSARIO DE B. SILVEIRA
SECRETÁRIO GERAL ADJUNTO

ATO Nº1454/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

mos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

MILENE SUELI SOUZA COELHO, para exercer o Cargo de Provisão em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-26, no Gabinete do Deputado Léo Moraes, a contar de 03 de novembro de 2016.

Porto Velho, 09 de novembro de 2016.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

MARIA MARILU DO ROSARIO DE B. SILVEIRA
SECRETÁRIO GERAL ADJUNTO

ATO Nº1570/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

A referência do Cargo em Comissão do servidor **OLIVIO GILBERTO PERSCH**, matrícula 200161011, que exerce Cargo em Comissão de Assessor Parlamentar, para o Código AP-30, do Gabinete da Presidência, a contar de 03 de novembro de 2016.

Porto Velho, 17 de novembro de 2016

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1551/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

A referência do Cargo em Comissão da servidora **OZANA ANDRADE DE JESUS**, matrícula 200162864, que exerce Cargo em Comissão de Assistente Parlamentar, para o Código ASP-26, e relatar no Gabinete da Presidência, a contar de 03 de novembro de 2016.

Porto Velho, 17 de novembro de 2016

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1472/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

O Cargo em Comissão do servidor **PEDRO HENRIQUE TANUS DA COSTA**, matrícula 200161867, para Membro da Comissão Permanente de Licitação, código DGS-3, e relotar na Superintendência de Compras e Licitações, a contar de 03 de novembro de 2016.

Porto Velho, 10 de novembro de 2016

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

MARIA MARILU DO ROSARIO DE B. SILVEIRA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1445/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

RAQUEL SILVA FERREIRA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-09, do Gabinete do Deputado Ezequiel Júnior, a contar de 01 de novembro de 2016.

Porto Velho, 08 de novembro de 2016

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1398/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

RENATO RODRIGUES DA COSTA FILHO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-27, no Gabinete da Comissão Permanente de Fiscalização e Controle, a contar de 03 de novembro de 2016.

Porto Velho, 03 de novembro de 2016.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1395/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

RICARDO JOSE DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Gabinete, código DGS-1, no Gabinete do Deputado Saulo Moreira, a contar de 03 de novembro de 2016.

Porto Velho, 03 de novembro de 2016.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1461/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

SAMARA PATRICIA JONJOB PORFIRIO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-19, no Gabinete da 2ª Secretaria - Deputada Glaucione, a contar de 03 de novembro de 2016.

Porto Velho, 09 de novembro de 2016.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

MARIA MARILU DO ROSARIO DE B. SILVEIRA
SECRETÁRIO GERAL ADJUNTO

ATO Nº1391/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

SAYMON CORBOLIN DOS SANTOS, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-09, do Gabinete do Deputado Saulo Moreira, a contar de 01 de novembro de 2016.

Porto Velho, 03 de novembro de 2016

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1381/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

SILVANA PEDRALLI DA SILVA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-21, do Gabinete da Presidência, a partir de 30 de outubro de 2016.

Porto Velho, 26 de outubro de 2016

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1420/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

THOMAZ SOUZA DE OLIVEIRA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-09, do Departamento Legislativo, a contar de 04 de novembro de 2016.

Porto Velho, 07 de novembro de 2016

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1444/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

Os Servidores relacionados, do Cargo de Provimento em Comissão, que exerce no Gabinete do Deputado Edson Martins, a contar de 1º de novembro de 2016.

Nome	Código
VAGNER SASSAKI	ASP-09
JOÃO ALEXANDRE LEITE DE SOUSA	ASP-09
JACIANE RAMOS DOS SANTOS	ASP-19

Porto Velho, 08 de novembro de 2016.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1383/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

VALDECI PEREIRA DE OLIVEIRA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-09, do Gabinete do Deputado Só na Bença, a partir de 30 de outubro de 2016.

Porto Velho, 27 de outubro de 2016

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº1460/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

ZINEIDE KLIPPEL, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-09, no Gabinete da Deputada Glaucione, a contar de 03 de novembro de 2016.

Porto Velho, 09 de novembro de 2016.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

MARIA MARILU DO ROSARIO DE B. SILVEIRA
SECRETÁRIO GERAL ADJUNTO

ATO Nº 416/2016-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina o Parágrafo Único do Art. 1º da Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 21 a 23/11/2016 ao Deputado Estadual MAURO DE CARVALHO, matrícula nº200090481, conforme Processo nº. 00016188/2016-93.

Porto Velho - RO, 21 de Novembro de 2016.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

MARIA MARILU DO ROSARIO DE B. SILVEIRA
SECRETÁRIO GERAL ADJUNTO

ATO Nº 417/2016-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 21 a 23/11/2016 aos servidores relacionados, que se deslocarão a cidade de Brasília - DF, para assessorar o Senhor Presidente desta Casa de Leis, que estará participando de audiência com o Presidente da República, conforme Processo nº. 00016188/2016-93.

Matrícula: 200161748
Nome: Eranildo Costa Luna
Cargo: Assessor Técnico
Lotação: Dep.Com.Social

Matrícula: 100009490
Nome: Wagna Vieira da Silva
Cargo: Assistente Técnico
Lotação: Gab. da Presidência

Porto Velho - RO, 21 de Novembro de 2016.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

MARIA MARILU DO ROSARIO DE B. SILVEIRA
SECRETÁRIO GERAL ADJUNTO

ATO Nº 418/2016-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina o Paragrafo Único do Art. 1º da Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias no período de 21 a 22/11/2016 ao Deputado Estadual JESUÍNO SILVA BOABAID, matrícula nº 200160356, conforme Processo nº.0016220/2016-11.
Porto Velho - RO, 21 de Novembro de 2016.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

MARIA MARILU DO ROSARIO DE B. SILVEIRA
SECRETÁRIO GERAL ADJUNTO

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2016/ALE-RO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2016/CPP/ALE/RO**
Processo Administrativo 0013027/2016-86

A **Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia**, situado na Rua Major Amarantes, nº 390 – Bairro Arigolândia, em Porto Velho-RO, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 04.794.681/0001-68, daqui em diante denominada **ALE/RO**, representada, neste ato, por seu Presidente, Deputado **MAURO DE CARVALHO**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 287.641 SSP/RO, CPF nº 220.095.402-63, na forma regimental e, em conformidade com o resultado do **Pregão Eletrônico nº 023/2016/CPP/ALE/RO**, devidamente homologado às fls. 372/373 nos autos do **Processo Administrativo nº 0013027/2016-86**, resolve nos termos da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, bem como da Lei 10.520/02 e do Decreto 7.892/2013, REGISTRAR OS PREÇOS, em conformidade com o referido pregão e com as cláusulas e condições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por finalidade o **REGISTRO DE PREÇOS para aquisição futura e de forma parcelada de SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (CARTUCHOS DE TINTAS E TONER)**, para atender as necessidades da **Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia**, conforme especificações detalhadas no Termo de Referência, constante do Anexo I do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2016/CPP/ALE/RO.

2. DOS PREÇOS

2.1. Os preços registrados, fornecedor, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta (s) são as constantes na tabela abaixo:

FORNECEDOR: PORT DISTRIBUIDORA DE INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA, com sede na Rod R. 262, 222 - complemento Galpão: 01, Modulo 01 - Vila Bethania, Viana - ES, CEP 29.136-010, (27) 3422-0600, inscrita no **CNPJ nº 08.228.010/0004-33** neste ato, por intermédio de sua representante legal, **Senhora Adriana Vieira Lima Vítor**, portadora do RG nº 14.117.061/SSP-MG e do CPF Nº 085.158.797-60. **Endereço para correspondência:** Av. Tereza Cristina, 171, Prado, Belo Horizonte/MG, CEP 30.410-600, Fone: (31) 3349-5040/5041/5042, Fax: (31) 3291-1052, e-mail: licitacao@portinfo.com.br.

Lote	Item	Descrição	Unid.	Qtd.	Marca Modelo	Unit
1	1.1	Cartucho de tinta cor PRETA, marca de referência - HP da linha 711 , código de referencia CZ133A, com 80ml, embalagem individual.	Unid	60	HP/CZ133A	333,00
	1.2	Cartucho de tinta cor CIANO, marca de referência - HP da linha 711 , código de referencia CZ134A, pacote contendo 3 cartuchos de 29ml, cada	Unid	25	HP/CZ134A	360,00
	1.3	Cartucho de tinta cor MAGENTA, marca de referência - HP da linha 711 , código de referencia CZ135A, pacote contendo 3 cartuchos de 29ml, cada	Unid	25	HP/CZ135A	360,00
	1.4	Cartucho de tinta cor AMARELA, marca de referência - HP da linha 711 , código de referencia CZ136A, pacote contendo 3 cartuchos de 29ml, cada	Unid	25	HP/CZ136A	360,00
2	2.1	Cartucho de TONER cor PRETA, marca de referência - HP , código de referencia CF280X, Capacidade de impressão mínima 6.900 páginas.	Unid	250	HP/CF280XZ	880,00

2.2. A existência de preços registrados não obriga a **ALE/RO** a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições (Art. 64, § 1º da Lei 8.666/93).

2.3. Os preços registrados poderão ser revistos sendo de responsabilidade do gestor da avença a negociação com o contratado, observada as disposições contidas na alínea "d" do Inciso II do **caput** do art. 65 da Lei 8.666/93 (Art. 17 do Decreto Nº 7.892/13).

2.4. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, **ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado** na Ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem (§ 4º, do art. 22 do Decreto nº 7.892/13).

2.5. É **vedado** efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993 (§ 1º, do art. 12 do Decreto nº 7.892/13).

2.6. A Ata de Registro de Preços devidamente publicada poderá ser utilizada por qualquer órgão da administração pública na qualidade de Órgão Não Participante, desde que cumpridas as regras normais de solicitação de adesão e anuência do Órgão Gerenciador e do Licitante Participante (art. 2º do Decreto nº 8.250/2014).

3. DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

3.1. Sempre que julgar necessário, a **ALE/RO** solicitará, durante a vigência da respectiva Ata de Registro de Preços, o fornecimento do material registrado, na quantidade que for preciso, mediante a entrega da Ordem de Fornecimento;

3.2. A Nota de Empenho será enviada ao fornecedor por e-mail, a qual deverá confirmar o recebimento no prazo de **24 horas** ou ser retirada na **Secretaria Administrativa** situada na Rua Major Amarantes, nº 390 - Bairro Arigolândia, nesta Capital de Porto Velho/RO, no prazo de 1 (um) dia, contado a partir da convocação;

3.3. O prazo para confirmação do recebimento ou para retirada da Nota de Empenho poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado pelo **FORNECEDOR** durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela ALE/RO;

3.4. A não confirmação do recebimento ou a não retirada da Nota de Empenho no prazo previsto, por ocasião do empenho da despesa, implicará aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis;

3.5. O prazo para entrega dos materiais será de no máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data de recebimento da Nota de Empenho;

3.6. A entrega dos materiais deverá ser efetuada na **DIVISÃO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO** desta **ALE/RO**, situada na Rua Pinheiro Machado, 1670 - Bairro São Cristóvão – Porto Velho/RO – CEP: 76.804-080, telefone (69) 3216-2857;

3.7. O **FORNECEDOR** responsabilizar-se-á pela qualidade do material cotado e entregue, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado;

3.8. O recebimento do material na Divisão de Almoarifado e Patrimônio é de forma provisória, sendo o mesmo recebido de forma definitiva, a partir da certificação da Nota Fiscal, pela **Comissão de Acompanhamento, Fiscalização e Recebimento de Serviços, Bens de Consumo e Bens Permanentes da ALE/RO**;

3.9. O prazo de validade dos produtos será de no mínimo 01 (um) ano, a contar da data do seu recebimento.

4. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 O pagamento será efetuado após a liquidação da despesa, por meio de ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, até 10 (dez) dias úteis, mediante a apresentação de nota fiscal/fatura, devidamente certificada pelo setor competente da **ALE/RO** que deverá vir acompanhada da Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros-**CND**, do Certificado de Regularidade do FGTS-CRF, da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (pessoa jurídica), certidão negativa de débitos trabalhistas (**CNDT**), bem como outras Certidões que vierem a ser obrigatórias por lei, desde que tenham correlação com o objeto, devendo ser apresentados todos esses documentos dentro dos respectivos prazos de validade.

4.2. As pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (**Simples Nacional**), deverão apresentar a cada pagamento, Declaração em duas vias, na forma do **Anexo IV da Instrução Normativa RFB nº 1.234**, de 11/01/2012 (artigo 4º, inciso XI, c/c artigo 6º).

4.3. Nenhum pagamento será efetuado ao **FORNECEDOR**, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

4.4. Não haverá sob-hipótese alguma, pagamento antecipado ao **FORNECEDOR**;

4.5. No texto da Nota Fiscal ou Nota Fiscal/Fatura deverão constar as marcas dos materiais, os valores unitários e totais e o número do processo que deu origem à aquisição;

4.6. Havendo erro na Nota Fiscal ou Nota Fiscal/Fatura ou outra circunstância impeditiva, o recebimento definitivo ficará suspenso, até que a empresa tome as medidas saneadoras necessárias;

5. DA VIGÊNCIA

5.1 O prazo de vigência da presente Ata é de **12 (doze) meses**, a contar da data da sua publicação no **Diário Oficial Eletrônico da ALE/RO**.

6. DO GESTOR E FISCALIZAÇÃO

6.1. A ALE-RO promoverá o acompanhamento e fiscalização do material, sob os aspectos quantitativos e qualitativos.

6.2. Na forma do que dispõe o artigo 67, da Lei nº 8.666/93, para o acompanhamento e a fiscalização do material ficarão designados os servidores do Setor de Almoarifado e Patrimônio e Comissão de Recebimento de Materiais e Serviços de Informática, com autoridade para exercerem em nome da **ALE/RO** toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização.

6.3. Para o acompanhamento e a fiscalização do material ficarão designados os servidores do Setor de Almoarifado e Patrimônio e Comissão de Recebimento de Materiais e Serviços de Informática.

6.4. A fiscalização pela ALE-RO não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor por quaisquer irregularidades na entrega do material, nem perante terceiros, ainda que resultante de imperfeições técnicas.

6.5. O Fiscal da Contratação ficará na responsabilidade de realizar a negociação, quando necessário, para alteração de preços, em cumprimento aos Artigos 17 e 18 do Dec. 7.892/13.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA ASSEMBLEIA:

7.1. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao vencedor.

7.2. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas Termo de Referência e Proposta vencedora.

7.3. Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos itens.

7.4. Efetuar o pagamento na forma e prazo estabelecidos.

7.5. Atestar o recebimento dos itens entregues, rejeitando os que não estiverem de acordo com as especificações do termo de referência por meio de notificação à empresa vencedora.

7.6. Comunicar à empresa vencedora qualquer irregularidade constatada no cumprimento de suas obrigações.

7.7. Aplicar penalidades cabíveis por descumprimento do pactuado na proposta.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

8.1. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto ofertado.

8.2. Fornecer material novo e de boa qualidade, em estrita conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

8.3. Prestar informações e esclarecimentos solicitados pela ALE-RO;

8.4. Seguir as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituído pela Lei nº 12.305/2010;

8.5. REALIZAR a LOGÍSTICA REVERSA de acordo com as definições constantes no art. 33 da Lei nº 12.305/2010.

8.6. Seja durante o prazo de validade da ata, ou durante toda a execução da eventual contratação, deverão ser mantidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação (INSS, FGTS, Tributos Estaduais e outras solictas) e qualificação exigidas na licitação, de acordo com o art. 55, inciso XIII, da lei n. 8.666/93.

8.7. A detentora da Ata não poderá subcontratar, total ou parcialmente, o objeto da Ata de Registro de Preços.

9. REVISÃO E CANCELAMENTO

9.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

9.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

9.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

9.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

9.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

9.6. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

9.7. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

9.8. O registro do fornecedor será cancelado quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s);

V - O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV deste item, será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

VI - O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público;

b) a pedido do fornecedor.

10. DAS PENALIDADES

10.1. Havendo recusa da Detentora da Ata de Registro de Preços em receber a Nota de Empenho ou instrumento contratual equivalente, será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o respectivo valor total, além de recair-lhe a responsabilidade por eventuais perdas ou prejuízos causados a ALE.

10.1.1. O prazo para recolhimento da multa e/ou do ressarcimento por eventuais perdas ou prejuízos será de 5 (cinco) dias úteis, após o recebimento da notificação pela Detentora da Ata de Registro de Preços.

10.2. O atraso injustificado na entrega do(s) material (is) sujeitará a Detentora da Ata de Registro de Preços à multa diária de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor da respectiva Nota de Empenho ou instrumento contratual equivalente, até o 20º (vigésimo) dia consecutivo, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil após o término do prazo para entrega. A partir do 21º (vigésimo primeiro) dia consecutivo, cumprir-se-á o disposto no subitem 10.6 deste Termo de Referência.

10.3. A Detentora da Ata de Registro de Preços, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a entrega do (s) material (is), nos casos previstos no art. 57, § 1º, II e V da Lei n. 8.666/93, deverá, até o vencimento do respectivo prazo,

apresentar justificativa por escrito ao Departamento de Patrimônio, Materiais e Documentação, devendo juntar documentos comprobatórios dos fatos alegados, ficando a critério desta ALE a sua aceitação.

10.4. Vencido o prazo proposto sem a entrega do (s) material (is), a ALE oficiará à Detentora da Ata de Registro de Preços, comunicando-lhe a data limite para a entrega. A partir da data limite considerar-se-á recusa, sendo-lhe aplicada a sanção de que trata o subitem 10.6 deste Termo.

10.5. A entrega do (s) material (is) até a data limite de que trata o subitem anterior não isenta a detentora da Ata de Registro de Preços da multa prevista no subitem 10.2 deste Termo.

10.6. Pelo descumprimento total ou parcial do compromisso pela Detentora da Ata de Registro de Preços, o ALE poderá anular/rescindir o contrato formalizado mediante a Nota de Empenho ou instrumento contratual equivalente, bem aplicar multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total daquela.

10.7. As multas devidas e os prejuízos causados ao ALE serão deduzidos dos valores a serem pagos ou recolhidos na forma da Lei.

10.8. A Detentora da Ata de Registro de Preços inadimplente que não tiver valores a receber deste ALE terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, após o recebimento da notificação, para recolhimento da multa ou para o ressarcimento de danos ou prejuízos a ele causados.

10.9. A aplicação de multas, bem como a anulação do empenho, não impede que a ALE aplique à empresa faltosa as demais sanções previstas no art. 87 da Lei n. 8.666/93 (advertência, suspensão temporária ou declaração de inidoneidade).

10.10. A aplicação de multas, bem como a anulação do empenho, ou todas as sanções relacionadas neste Termo serão precedidas de processo administrativo, mediante o qual se garantirá a ampla defesa e o contraditório.

10.11. As multas previstas neste item não têm caráter indenizatório e o seu pagamento não eximirá a Detentora da Ata de Registro de Preços da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

11. DO FORO

11.1. As partes contratadas elegem o Foro da Comarca de Porto Velho/RO, como único competente para dirimir as questões que porventura venham a surgir na execução da presente Ata de Registro de Preços, com renúncia expressa a qualquer outro.

12. CONDIÇÕES GERAIS

12.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

12.2. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Porto Velho/RO, 16 de novembro de 2016.

Deputado Mauro de Carvalho
PRESIDENTE - ALE/RO

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral – ALE/RO

Adriana Vieira Lima Vítor
Representante Legal
PORT DISTRIBUIDORA DE INFORMÁTICA
E PAPELARIA LTDA
CNPJ nº 08.228.010/0004-33

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2016/ALE-RO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2016/CPP/ALE/RO Processo Administrativo 0013027/2016-86

A **Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia**, situado na Rua Major Amarantes, nº 390 – Bairro Arigolândia, em Porto Velho-RO, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 04.794.681/0001-68, daqui em diante denominada **ALE/RO**, representada, neste ato, por seu Presidente, Deputado **MAURO DE CARVALHO**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 287.641 SSP/RO, CPF nº 220.095.402-63, na forma regimental e, em conformidade com o resultado do **Pregão Eletrônico nº 023/2016/CPP/ALE/RO**, devidamente homologado às fls. 372/373 nos autos do **Processo Administrativo nº 0013027/2016-86**, resolve nos termos da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, bem como da Lei 10.520/02 e do Decreto 7.892/2013, REGISTRAR OS PREÇOS, em conformidade com o referido pregão e com as cláusulas e condições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por finalidade o **REGISTRO DE PREÇOS para aquisição futura e de forma parcelada de SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (CARTUCHOS DE TINTAS E TONER), para atender as necessidades da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia**, conforme especificações

detalhadas no Termo de Referência, constante do Anexo I do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2016/PP/ALE/RO.

2. DOS PREÇOS

2.1. Os preços registrados, fornecedor, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta (s) são as constantes na tabela abaixo:

Lote	Item	Descrição	Unid.	Qtd.	Marca Modelo	Unit
3	3.1	Cartucho de tinta cor PRETA, marca de referência - HP da linha 932 XL (Alta capacidade), código de referencia CN053AL, com 22,5ml, capacidade de impressão mínima 1000 páginas.	Unid	40	HP/CN053AL	144,25
	3.2	Cartucho de tinta cor CIANO, marca de referência - HP da linha 933 XL (Alta capacidade), código de referencia CN054AL, com 8,5ml, capacidade de impressão mínima 800 páginas.	Unid	30	HP/CN054AL	75,00
	3.3	Cartucho de tinta cor MAGENTA, marca de referência - HP da linha 933 XL (Alta capacidade), código de referencia CN055AL, com 9ml, capacidade de impressão mínima 800 páginas.	Unid	30	HP/CN055AL	75,00
	3.4	Cartucho de tinta cor AMARELA, marca de referência - HP da linha 933 XL (Alta capacidade), código de referencia CN056AL, com 8,5ml, capacidade de impressão mínima 800 páginas.	Unid	30	HP/CN056AL	75,00

2.2. A existência de preços registrados não obriga a ALE/RO a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições (Art. 64, § 1º da Lei 8.666/93).

2.3. Os preços registrados poderão ser revistos sendo de responsabilidade do gestor da avença a negociação com o contratado, observada as disposições contidas na alínea "d" do Inciso II do caput do art. 65 da Lei 8.666/93 (Art. 17 do Decreto Nº 7.892/13).

2.4. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao **quíntuplo do quantitativo de cada item registrado** na Ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem (§ 4º, do art. 22 do Decreto nº 7.892/13).

2.5. É **vedado** efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993 (§ 1º, do art. 12 do Decreto nº 7.892/13).

2.6. A Ata de Registro de Preços devidamente publicada poderá ser utilizada por qualquer órgão da administração pública na qualidade de Órgão Não Participante, desde que cumpridas as regras normais de solicitação de adesão e anuência

FORNECEDOR: LATINA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME, com sede na Rua Salgado Filho, 2375, Sala B, Bairro São Cristovão, Porto Velho-RO, CEP: 76.704-054 Fone: (69) 3015-0353/9918-7985, E-mail: latinacomercioro@gmail.com, inscrita no **CNPJ nº 21.373.522/0001-09** neste ato, por intermédio de sua representante legal, **Senhora EMANUELA REGINA GALVÃO CARDOZO SILVEIRA**, portadora do RG nº 337.288/SSP-RO e do CPF nº 517.659.502.87.

do Órgão Gerenciador e do Licitante Participante (art. 2º do Decreto nº 8.250/2014).

3. DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

3.1. Sempre que julgar necessário, a ALE/RO solicitará, durante a vigência da respectiva Ata de Registro de Preços, o fornecimento do material registrado, na quantidade que for preciso, mediante a entrega da Ordem de Fornecimento;

3.2. A Nota de Empenho será enviada ao fornecedor por e-mail, a qual deverá confirmar o recebimento no prazo de **24 horas** ou ser retirada na **Secretaria Administrativa** situada na Rua Major Amarantes, nº 390 - Bairro Arigolândia, nesta Capital de Porto Velho/RO, no prazo de 1 (um) dia, contado a partir da convocação;

3.3. O prazo para confirmação do recebimento ou para retirada da Nota de Empenho poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado pelo **FORNECEDOR** durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela ALE/RO;

3.4. A não confirmação do recebimento ou a não retirada da Nota de Empenho no prazo previsto, por ocasião do empenho da despesa, implicará aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis;

3.5. O prazo para entrega dos materiais será de no máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data de recebimento da Nota de Empenho;

3.6. A entrega dos materiais deverá ser efetuada na **DIVISÃO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO** desta **ALE/RO**, situada na Rua Pinheiro Machado, 1670 - Bairro São Cristóvão – Porto Velho/RO – CEP: 76.804-080, telefone (69) 3216-2857;

3.7. O **FORNECEDOR** responsabilizar-se-á pela qualidade do material cotado e entregue, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado;

3.8. O recebimento do material na Divisão de Almoarifado e Patrimônio é de forma provisória, sendo o mesmo recebido de forma definitiva, a partir da certificação da Nota Fiscal, pela **Comissão de Acompanhamento, Fiscalização e Recebimento de Serviços, Bens de Consumo e Bens Permanentes da ALE/RO**;

3.9. O prazo de validade dos produtos será de no mínimo 01 (um) ano, a contar da data do seu recebimento.

4. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 O pagamento será efetuado após a liquidação da despesa, por meio de ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, até 10 (dez) dias úteis, mediante a apresentação de nota fiscal/fatura, devidamente certificada pelo setor competente da **ALE/RO** que deverá vir acompanhada da Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros-**CND**, do Certificado de Regularidade do FGTS-CRF, da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (pessoa jurídica), certidão negativa de débitos trabalhistas (**CNDT**), bem como outras Certidões que vierem a ser obrigatórias por lei, desde que tenham correlação com o objeto, devendo ser apresentados todos esses documentos dentro dos respectivos prazos de validade.

4.2. As pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (**Simples Nacional**), deverão apresentar a cada pagamento, Declaração em duas vias, na forma do **Anexo IV da Instrução Normativa RFB nº 1.234**, de 11/01/2012 (artigo 4º, inciso XI, c/c artigo 6º).

4.3. Nenhum pagamento será efetuado ao **FORNECEDOR**, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

4.4. Não haverá sob-hipótese alguma, pagamento antecipado ao **FORNECEDOR**;

4.5. No texto da Nota Fiscal ou Nota Fiscal/Fatura deverão constar as marcas dos materiais, os valores unitários e totais e o número do processo que deu origem à aquisição;

4.6. Havendo erro na Nota Fiscal ou Nota Fiscal/Fatura ou outra circunstância impeditiva, o recebimento definitivo ficará suspenso, até que a empresa tome as medidas saneadoras necessárias;

5. DA VIGÊNCIA

5.1 O prazo de vigência da presente Ata é de **12 (doze) meses**, a contar da data da sua publicação no **Diário Oficial Eletrônico da ALE/RO**.

6. DO GESTOR E FISCALIZAÇÃO

6.1. A ALE-RO promoverá o acompanhamento e fiscalização do material, sob os aspectos quantitativos e qualitativos.

6.2. Na forma do que dispõe o artigo 67, da Lei nº 8.666/93, para o acompanhamento e a fiscalização do material ficarão designados os servidores do Setor de Almoarifado e Patrimônio e Comissão de Recebimento de Materiais e Serviços de Informática., com autoridade para exercerem em nome da **ALE/RO** toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização.

6.3. Para o acompanhamento e a fiscalização do material ficarão designados os servidores do Setor de Almoarifado e Patrimônio e Comissão de Recebimento de Materiais e Serviços de Informática.

6.4. A fiscalização pela ALE-RO não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor por quaisquer irregularidades na entrega do material, nem perante terceiros, ainda que resultante de imperfeições técnicas.

6.5. O Fiscal da Contratação ficará na responsabilidade de realizar a negociação, quando necessário, para alteração de preços, em cumprimento aos Artigos 17 e 18 do Dec. 7.892/13.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA ASSEMBLEIA:

7.1. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao vencedor.

7.2. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas Termo de Referência e Proposta vencedora.

7.3. Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos itens.

7.4. Efetuar o pagamento na forma e prazo estabelecidos.

7.5. Atestar o recebimento dos itens entregues, rejeitando os que não estiverem de acordo com as especificações do Termo de Referência por meio de notificação à empresa vencedora.

7.6. Comunicar à empresa vencedora qualquer irregularidade constatada no cumprimento de suas obrigações.

7.7. Aplicar penalidades cabíveis por descumprimento do pactuado na proposta.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

8.1. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto ofertado.

8.2. Fornecer material novo e de boa qualidade, em estrita conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

8.3. Prestar informações e esclarecimentos solicitados pela ALE-RO

8.4. Seguir as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituído pela Lei nº 12.305/2010;

8.5. REALIZAR a LOGÍSTICA REVERSA de acordo com as definições constantes no art. 33 da Lei nº 12.305/2010.

8.6. Seja durante o prazo de validade da ata, ou durante toda a execução da eventual contratação, deverão ser mantidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação (INSS, FGTS, Tributos Estaduais e outras solictas) e qualificação exigidas na licitação, de acordo com o art. 55, inciso XIII, da lei n. 8.666/93.

8.7. A detentora da Ata não poderá subcontratar, total ou parcialmente, o objeto da Ata de Registro de Preços.

9. REVISÃO E CANCELAMENTO

9.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

9.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

9.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

9.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

9.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

9.6. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

9.7. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

9.8. O registro do fornecedor será cancelado quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s);

V - O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV deste item, será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

VI - O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor.

10. DAS PENALIDADES

10.1. Havendo recusa da Detentora da Ata de Registro de Preços em receber a Nota de Empenho ou instrumento contratual equivalente, será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o respectivo valor total, além de recair-lhe a responsabilidade por eventuais perdas ou prejuízos causados a ALE.

10.1.1. O prazo para recolhimento da multa e/ou do ressarcimento por eventuais perdas ou prejuízos será de 5 (cinco) dias úteis, após o recebimento da notificação pela Detentora da Ata de Registro de Preços.

10.2. O atraso injustificado na entrega do(s) material (is) sujeitará a Detentora da Ata de Registro de Preços à multa diária de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor da respectiva Nota de Empenho ou instrumento contratual equivalente, até o 20º (vigésimo) dia consecutivo, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil após o término do prazo para entrega. A partir do 21º (vigésimo primeiro) dia consecutivo, cumprir-se-á o disposto no subitem 10.6 deste Termo de Referência.

10.3. A Detentora da Ata de Registro de Preços, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a entrega do (s) material (is), nos casos previstos no art. 57, § 1º, II e V da Lei n. 8.666/93, deverá, até o vencimento do respectivo prazo, apresentar justificativa por escrito ao Departamento de Patrimônio, Materiais e Documentação, devendo juntar documentos comprobatórios dos fatos alegados, ficando a critério desta ALE a sua aceitação.

10.4. Vencido o prazo proposto sem a entrega do (s) material (is), a ALE oficiará à Detentora da Ata de Registro de Preços, comunicando-lhe a data limite para a entrega. A partir da data limite considerar-se-á recusa, sendo-lhe aplicada a sanção de que trata o subitem 10.6 deste Termo.

10.5. A entrega do (s) material (is) até a data limite de que trata o subitem anterior não isenta a detentora da Ata de Registro de Preços da multa prevista no subitem 10.2 deste Termo.

10.6. Pelo descumprimento total ou parcial do compromisso pela Detentora da Ata de Registro de Preços, o ALE poderá anular/rescindir o contrato formalizado mediante a Nota de Empenho ou instrumento contratual equivalente, bem aplicar multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total daquela.

10.7. As multas devidas e os prejuízos causados ao ALE serão deduzidos dos valores a serem pagos ou recolhidos na forma da Lei.

10.8. A Detentora da Ata de Registro de Preços inadimplente que não tiver valores a receber deste ALE terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, após o recebimento da notificação, para recolhimento da multa ou para o ressarcimento de danos ou prejuízos a ele causados.

10.9. A aplicação de multas, bem como a anulação do empenho, não impede que a ALE aplique à empresa faltosa as demais sanções previstas no art. 87 da Lei n. 8.666/93 (advertência, suspensão temporária ou declaração de inidoneidade).

10.10. A aplicação de multas, bem como a anulação do empenho, ou todas as sanções relacionadas neste Termo serão precedidas de processo administrativo, mediante o qual se garantirá a ampla defesa e o contraditório.

10.11. As multas previstas neste item não têm caráter indenizatório e o seu pagamento não eximirá a Detentora da Ata de Registro de Preços da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

11. DO FORO

11.1. As partes contratadas elegem o Foro da Comarca de Porto Velho/RO, como único competente para dirimir as questões que porventura venham a surgir na execução da presente Ata de Registro de Preços, com renúncia expressa a qualquer outro.

12. CONDIÇÕES GERAIS

12.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

12.2. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Porto Velho- RO, 16 de novembro de 2016.

Deputado Mauro de Carvalho
PRESIDENTE - ALE/RO

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral – ALE/RO

Emanuela Regina Galvão Cardozo Silveira
Representante Legal
LATINA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME
CNPJ Nº 21.373.522/001-09